

## Assembleia Municipal da Guarda

### Ata

#### Sessão Ordinária de Dezanove de Junho de Dois Mil e Vinte

Aos dezanove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, pelas dez horas, teve início, no Grande Auditório do Teatro Municipal da Guarda, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, que a seguir se transcreve: -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Faz favor. Tem o termo de posse na mesa. Gostaria que o lesse e assinasse.” -----

- **Deputado Emanuel Proença Barata (PS):** “Bom dia a todos. Queria cumprimentar a senhora Presidente da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados, Comunicação social e público em geral. Juro solenemente por minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada e bem-vindo. Eu daria agora conhecimento das substituições. Do Grupo Municipal do PSD: falta Amélia Maria da Silva Ramos Fernandes, é substituído por Maria Emília Dias de Carvalho Gonçalves; falta Rodolfo Alberto Balaia de Queirós, é substituído por João Manuel Costa do Rosário Bandurra; falta Anabela Gil Pires Marques Garcia, é substituída por António José Jorge Terras. Do Grupo Municipal do PS: falta Sandra Amaral Santos, é substituída por António José Pires Barbosa; falta José Alberto Varges Pires, é substituída por Nuno Filipe Costa Laginhas. Do Grupo Municipal do CDS, falta Elsa Marina Lourenço Gonçalves Silva e é substituída por José Carlos Breia Lopes. Das Juntas de Freguesia, falta o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Fernando, Bruno Pina Monteiro, que é substituído pela Secretária, Maria do Carmo Gonçalves. Falta o Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Estrela, Ricardo Miguel dos Reis Gonçalves, que é substituído pelo Secretário, Cristóvão Lages Antunes. Falta o Presidente da Junta de Freguesia da Guarda, João José Pina Prata, é substituído pela Secretária, Isabel Maria Lourenço Tavares dos Anjos Martins. Falta o Presidente da Junta de Freguesia de Codeceiro, Raul Júlio Justino, que é substituído pela Secretária, Cristina Sofia Castanheira Pedro Machado. -----

Antes de entrarmos propriamente no início dos trabalhos, eu iria pôr à aprovação a ata da última reunião de 27 de fevereiro de 2020.” -----

----- **Resultado da votação da ata do dia 27 de fevereiro de dois mil e vinte.** -----

- Aprovada, por maioria, com cinquenta e cinco votos a favor e três abstenções. -----

#### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu queria, para começar a sessão, dizer duas ou três palavrinhas a propósito do local onde nos encontramos hoje, que é o Teatro Municipal da Guarda. E uma vez que é a primeira vez que estamos aqui e que podemos realizar a Assembleia, felizmente que temos este espaço maravilhoso que a todos nós pertence, eu socorri-me das palavras de um artista porque ninguém melhor do que eles

para poder prestar homenagem a este espaço onde nos encontramos. Entre outros elogios ao TMG de vários artistas, escolhi as do Mário Laginha, que vou passar a ler. «Existem em Portugal alguns auditórios que nos marcam de forma profunda. São esses que não esquecemos. São a esses que desejamos voltar. O Teatro Municipal da Guarda pertence a esse grupo restrito. Uma sala calorosa e acolhedora, bem desenhada e com ótimas condições. Eis um teatro que faz uma cidade orgulhosa de o possuir e os artistas honrados por lá passarem. Eu sinto-me feliz e honrado por ter sido um deles.» A minha pequena homenagem, a nossa pequena homenagem a este espaço onde nos encontramos. Agora, eu passava a palavra ao senhor Deputado Tiago Gonçalves. Alguns já saberão, outros, penso que ainda não. Mas, infelizmente, faleceu o Rui Quinaz. Uma pessoa que foi Vereador desta terra e que foi Deputado Municipal e, portanto, se não se importavam, eu dava a palavra ao senhor Deputado para dizer umas palavrinhas. Muito obrigado.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Senhora Presidente da Assembleia Municipal e respetivos Secretários, senhor Presidente da Câmara Municipal e demais Vereadores, senhores Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia. No fundo, para transmitir a todos aquilo que a senhora Presidente da Assembleia Municipal acabou de fazer. Faleceu, esta noite, o nosso, meu, neste caso, amigo Rui Quinaz. E atendendo a que não estamos em momento de poder fazer um Voto de Pesar oficialmente e de dar entrada do documento, em prazo, para ele ser obrigatoriamente aceite por esta Assembleia Municipal, em nome do Grupo Municipal do PSD gostaria de fazer um requerimento à Mesa, para a Mesa, eventualmente, o submeter a esta Assembleia, tendo em conta o facto desta situação ter ocorrido nesta noite e, portanto, não ter sido possível, em tempo útil, que seria até à meia noite da última quarta feira, darmos entrada nesta Assembleia Municipal de um Voto de Pesar, que o mesmo pudesse ser aceite para votação nesta Assembleia Municipal. Sendo certo que, em devido tempo, e se tal for aceite, proferirei aqui duas ou três palavras em homenagem à pessoa do Dr. Rui Quinaz. E era isto, no fundo, que queria. Que a Mesa submetesse, eventualmente, à apreciação da Assembleia, a possibilidade de se votar esse Voto de Pesar pelo seu falecimento.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Então, eu deixo à consideração do plenário e sugeria, se todos concordassem, se não houvesse oposição, que, para além do Voto de Pesar, se fizesse um minuto de silêncio em homenagem ao Dr. Rui Quinaz. Alguém se opõe? Ninguém se abstém? Muito bem. Então, quer dizer mais umas palavrinhas Tiago? Faz favor.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Apenas para, neste momento solene, dizer que o Dr. Rui Quinaz é uma personalidade que todos recordarão certamente, do exercício das funções tanto na Assembleia Municipal, como na Vereação no mandato 2009/2013. No caso do Grupo Municipal do PSD, cumpre-nos também destacar o seu papel, a sua perseverança e tenacidade no exercício da oposição naquela altura, que veio também arredondar depois, essa boa oposição feita pelo Dr. Rui Quinaz, no resultado eleitoral que o PSD obteve no ano de 2013 e, nomeadamente, na vitória eleitoral autárquica que, naquele ano, aconteceu. No caso concreto e aqui o que mais interessa, neste momento,

é recordar que, efetivamente, as suas intervenções na Câmara Municipal sempre se nortearam pela defesa do interesse público, pela defesa do bem comum para a cidade da Guarda e recordar também a sua personalidade muito afável, muito calorosa e muito simpática que ficará, jugo eu, na memória de todos nós. E, com isto, naturalmente, fazemos-lhe o seu justo tributo e homenagem e endereçar as condolências à sua família, especialmente aos seus dois filhos.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Antes de fazermos um minuto de silêncio. Quem está com o som, o Deputado Hugo Fernandes mandou uma mensagem e diz que não está a ouvir nada em casa. Vejam o que se passa. Faríamos então um minuto de silêncio agora, se todos concordassem.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Deixem-me só dizer duas ou três coisas que me esqueci. Deveria ter dito no início, mas ainda vou a tempo. Dadas as condicionantes dos tempos que vivemos e das regras a que estamos obrigados, dar duas notas. A primeira é de que os Deputados Municipais entram todos nas portas cimeiras, mas as saídas são, aqui em baixo, nas laterais. Portanto, sempre que tenham que sair do auditório sairão pelas laterais e sobem as escadas. Pedia-vos também o favor de que não circulassem muito. Portanto, as regras mandam que se circule o menos possível e, por isso, pedia-vos essa contenção hoje. Sei que às vezes estamos demasiadas horas aqui fechados e sentados e às vezes sabe bem até movimentar um pouco as pernas. Mas pedia-vos que hoje, particularmente, fizessem um esforço acrescido para que só se levantassem em casos mesmo extremamente urgentes e necessários. Também quanto aos microfones, já repararam, que temos dois laterais para as pessoas das primeiras filas poderem falar nestes microfones laterais. Penso que temos... quantos microfones temos na sala? Portáteis, quatro? Foi a indicação que me deram, é isso? Temos quatro portáteis para as pessoas que estão sentadas mais acima e nas cadeiras mais centrais, para que não tenham necessidade de se movimentar e evitar grandes cruzamentos. Por isso, sempre que pretendam usar da palavra, fazem sinal e, se for alguma dessas pessoas daí, ser-lhes-á facultado o microfone. Penso que não me estou a esquecer de mais nenhuma regra. Se me lembrar de mais alguma, ou surgiu mais alguma eu farei essa advertência. Passávamos, então, agora, ao Período de Antes da Ordem do Dia, com a apresentação das Moções. Temos aqui as Moções da CDU que são três. Eu leio o título e depois o senhor Deputado fará a apresentação das mesmas. Uma delas é «O Serviço Nacional de Saúde como fator efetivo de coesão social e territorial», a outra é «Investimento na Ferrovia para integrar na nossa região o Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos» e, por último, «Salvar centenas de Micro, Pequenas e Médias Empresas: primeiro passo para retoma económica de que o Concelho da Guarda precisa». Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor, tem a palavra. Pode dirigir-se a um dos microfones.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Então, bom dia. Vou começar pelo Serviço Nacional de Saúde. «O Serviço Nacional de Saúde como fator efetivo de coesão social e territorial. Perante as lições que nos dá este tempo de COVID, é fundamental que todos os eleitos na Assembleia Municipal da Guarda contribuam para travarmos o caminho de supressão da oferta pública de cuidados de saúde no distrito da Guarda. De facto, o Serviço

Nacional de Saúde foi sucessivamente amputado de instrumentos fundamentais para o garantir o direito à saúde, designadamente de financiamento e de profissionais em número adequado para prestar cuidados de saúde de qualidade, em segurança e de forma atempada. Todas estas amputações concorreram para enfraquecer a resposta pública e para incrementar a resposta privada. Por isso, não nos podemos alhear da necessidade fundamental de uma resposta cabal ao longo de todo o ciclo das nossas vidas. De facto, o SNS universal, geral e gratuito é prosseguido por via da gestão pública, descentralizada e participada, sendo para tal concedida autonomia administrativa e financeira às entidades e estabelecimentos que o compõem. Neste sentido, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida aos dezanove dias do mês de junho de dois mil e vinte, reivindica e propõe o seguinte: Implementação de medidas excecionais de contratação de profissionais de saúde conforme um Plano de Estabilização Estratégico Económico e Social; Exigência de reformulação de todas as redes de referência hospitalar que permitam o reforço da capacidade instalada ao nível das diversas especialidades médicas; Não aceitação da alienação de serviços fundamentais para o funcionamento do Serviço de Urgência Médico-Cirúrgica, como seja a cardiologia médica e a ortopedia sem o reforço das dotações seguras de enfermeiros, dos quais especialistas de enfermagem Médico-Cirúrgica na dotação de 50% na equipa de enfermagem; A articulação entre todas as instituições públicas de ensino e de saúde sem haver a necessidade de criação de qualquer Centro Hospitalar da Beira Interior; A Guarda e a Beira Interior necessitam de medidas diferenciadoras tendo em conta o despovoamento e a desertificação do mundo rural, que passam desde logo por um novo modelo de financiamento não associado à matriz exclusivamente populacional, devendo considerar o grau de dependência e dispersão da sua população no território.»-

«Investimento na ferrovia para integrar na nossa região o Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos. O surto epidémico está a causar impacto em diversas áreas da vida nacional, regional e local, particularmente na diminuição da atividade e circulação de pessoas, sendo imperioso que as empresas de transportes públicas e privadas não diminuam a oferta. Salientamos por isso a importância do reforço do transporte ferroviário na imprescindível mobilidade das populações no interior e do interior para outras regiões. Perante os défices estruturais da inexistência de uma rede de transportes públicos entre Concelhos, não aceitamos a supressão de qualquer serviço na linha da Beira Alta, seja no serviço intercidades, seja inter-regional, seja para deslocações a Coimbra à procura de respostas públicas em serviços de saúde, nomeadamente no IPO de Coimbra, seja nas deslocações mais longas, diminuindo a nossa qualidade de vida e isolando-nos como interior desertificado, pondo em causa uma efetiva coesão económica e social. Neste sentido, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida aos dezanove dias do mês de junho de dois mil e vinte exige: A reposição de todo o serviço de comboios na linha da Beira Alta; Plano estruturado e em articulação para o futuro próximo entre a linha da Beira Alta e Beira Baixa, sem descurar a ligação internacional, via de Vilar Formoso, potenciando o transporte ferroviário como suporte de interconexões a outros serviços públicos, sejam na saúde e educação e na mobilidade em geral nas Beiras; Medidas de discriminação positiva que integrem o transporte ferroviário no regime de financiamento permanente do Programa de Apoio

à Redução Tarifária nos transportes públicos na Beira Interior e desta para as outras áreas intermunicipais e metropolitanas.» -----

A terceira Moção, «Salvar centenas de Micro, Pequenas e Médias Empresas: primeiro passo para retoma económica de que o Concelho da Guarda precisa. Só quem não conhece a realidade nacional é que poderá ficar surpreendido com a situação de grande aflição por que passam muitos milhares de pequenos empresários e as suas famílias. O surto epidémico que atinge o País e o mundo, veio expor, de forma brutal, as muitas fragilidades e problemas que atingem o tecido empresarial português. Nestes meses, uma larga camada desses empresários ficou sem qualquer tipo de rendimentos face à suspensão das suas atividades, encerramento ou delimitação dos espaços onde as desempenham, ou ainda pelo desaparecimento ou significativa redução da procura e de clientes. O Governo avançou com algumas medidas de apoio aos micro, pequenos e médios empresários, mas que são claramente insuficientes e limitadas. Mais grave ainda é que muitos destes empresários foram excluídos de qualquer apoio, porque tinham situações por resolver ou em resolução perante a Segurança Social, a Autoridade Tributária ou a Banca, ou de milhares de sócios gerentes que ficaram de fora dos critérios definidos pelo Governo ou pela exclusão do programa ADAPTAR de empresas em regime de contabilidade simplificada. Também ficou evidente que os recursos que o País tem não podem ser usados para defender os lucros e privilégios dos grandes grupos económicos, mas devem ser usados em defesa dos milhares de micro, pequenos e médios empresários cuja atividade é fundamental para recuperar e desenvolver o País. É evidente que responder agora e sem demoras aos seus problemas, é fundamental para a retoma económica de que o País precisa. Assim, a Assembleia Municipal da Guarda exige do Governo que se adotem medidas: de levantamento de todas as restrições colocadas às micro, pequenas e médias empresas no acesso aos apoios já decididos (Lay-off simplificado, programa ADAPTAR, etc); de apoio aos sócios-gerentes das micro e pequenas empresas equiparando-os ao regime de trabalhadores independentes quanto ao apoio mensal mínimo de 438,81 euros; suspender este ano o Pagamento por Conta em sede de IRC; a redução do preço da eletricidade e dos combustíveis; apoio ao arrendamento não habitacional dada a quebra de atividade verificada; criação de uma rede de contacto e apoio do Estado aos micro, pequenos e médios empresários visando assegurar o seu esclarecimento e orientação no acesso às medidas de apoio.» Disse.” –

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende fazer alguma intervenção sobre estas três Moções? Faz favor, senhor Deputado Tiago Gonçalves.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Muito bom dia, mais uma vez. Senhora Presidente, uma breve intervenção apenas sobre as três Moções, até de uma assentada. Relativamente a esta última, recordar que foi ontem aprovado o orçamento suplementar ao orçamento retificativo e que, portanto, boa parte destas medidas a serem aprovadas teriam que o ser nesse orçamento e, portanto, eu julgo que há aqui alguma falta de oportunidade na apresentação das propostas. Até porque também não é este local próprio. Mas poderíamos mandar, de certa maneira, alguma recomendação também para a Assembleia da República. Sendo certo que, neste caso, irá

completamente a destempo. As medidas aqui propostas não merecem, de facto, a nossa censura, mas há aqui uma falta de oportunidade ao nível do timing que julgo que será reconhecida por todos. Relativamente à Moção sobre o Serviço Nacional de Saúde, dizer que a mesma também vai ao encontro das preocupações do Grupo Municipal do PSD, (...) merecem o nosso reconhecimento, já justamente também homenageados pela Câmara Municipal da Guarda no 25 de Abril. E, de facto, merecem um reconhecimento agora também ao nível de outras condições laborais e de outras condições de exercício das suas funções, muito para lá do reconhecimento dado pelo Primeiro Ministro esta semana, com a vinda da Liga dos Campeões para Portugal. Isso, de facto, é que não acrescenta absolutamente nada àquilo que é o reconhecimento que é devido aos Profissionais de Saúde. Finalmente, relativamente à Linha da Beira Alta e Linha da Beira Baixa. Segundo nos é dado conhecimento, hoje retomam-se efetivamente as ligações todas na Linha da Beira Alta, ao nível do serviço de Intercidades e isso é, de facto, importante para a melhoria da mobilidade também dos cidadãos da Guarda. Compreendemos que no tempo de pandemia possa ter havido a supressão de alguns comboios, até pela impossibilidade de muitos cidadãos se movimentarem pelo País, mas é importantíssimo que estejamos atentos a esta situação para que, de futuro, ela não se repita a não ser que devidamente justificada. Quanto à Linha da Beira Baixa, reforçar também aqui a Linha da Beira Alta e Linha da Beira Baixa, reforçar aquilo que consta da Moção da CDU no sentido de garantir também a redução tarifária e horários dos comboios compatíveis com os fluxos laborais. Nomeadamente, aqui, na Linha da Beira Baixa, seria muito importante que, quando a Linha da Beira Baixa estiver aberta no troço Guarda/Covilhã, pudesse haver horários dos comboios que sejam compatíveis com os fluxos laborais que existem, e são grandes, entre a Guarda, a Covilhã e o Fundão, de modo a permitir o uso dos transportes públicos em condições vantajosas, também ao nível tarifário, para esses cidadãos da Guarda. E essa é uma defesa que julgo que teremos que fazer sempre também nesta Assembleia Municipal e que naturalmente a Câmara também se encarregará, julgo eu, de fazer. Muito obrigado a todos.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. O senhor Deputado Rui, penso que pretendia intervir também. Faz favor.” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Cumprimento a senhora Presidente, restantes Membros da Mesa, senhor Presidente de Câmara e os restantes Vereadores, cumprimento os colegas Deputados, senhores Presidentes de Junta, Órgãos de Comunicação Social presentes e aqueles que nos veem através dos meios digitais e que nos acompanham. Bom dia a todos. Relativamente às propostas que a CDU nos traz, às Moções, e começando seguindo a mesma ordem pela qual foram apresentadas, relativamente à Moção sobre o Sistema Nacional de Saúde e independentemente do reconhecimento que concordamos que é devido a todos os Profissionais que, nesta altura, estiveram empenhados em que os cuidados fossem prestados e em que tudo corresse pelo melhor, entendemos que as medidas propostas pela CDU já estão, algumas delas, em estudo pelas respetivas equipas governativas e outras foram, inclusivamente, já objeto de Moções aqui aprovadas nesta Assembleia em ocasiões anteriores, pelo que, neste caso, nos iremos abster. Relativamente à Moção da ferrovia e tendo presente que hoje mesmo, como foi já referido, será reposta em circulação uma série de comboios que haviam sido surpreendidos, nomeadamente intercidades, acompanhamos o pedido de reposição de todos os comboios da Linha da Beira Alta, bem como a articulação das

Linhas da Beira Baixa e ligações internacionais, obviamente numa perspetiva de sermos uma âncora de ligações multimodais do Concelho ao resto do País e mesmo à Europa. E, por isso, acompanhamos esta Moção da CDU. Relativamente à Moção das microempresas. Enfim, entendemos que muitas das restrições que existem neste momento são, em muitos casos ou na totalidade, por imposições comunitárias relativamente a apoios de estado às empresas. E sabemos que muitos destes apoios têm participações comunitárias. Algumas delas visam mesmo a preservação de um ambiente de concorrência no mercado e do próprio funcionamento dos sistemas fiscal e de segurança social. Estando disponíveis para apoiar o pedido para um olhar mais atento para o caso específico dos sócios-gerentes, entendemos também que a redução dos preços de algumas das commodities, que são referidas na Moção, no mercado concorrencial, introduziram distorções com efeitos que seriam, eles próprios, geradores de desequilíbrios nalgumas das empresas que operam nesses mercados. E, por último, temos também presente que esta rede de contactos que é referida e apoio, existe atualmente por via dos organismos gestores das medidas que estão em vigor, pelo que a criação de novos atores apenas contribuiria para dispersar a informação que existe. E, por isso, neste caso, não acompanharemos o pedido da CDU e votaremos contra a Moção. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém pretende intervir? Não? Senhor Presidente, pretende intervir? Muito bem. Então, passávamos à votação destas três Moções da CDU. (...) Em videoconferência, Hugo? Não sei se ele me ouve. Eu deixei de ver a Teresa, não tenho contacto visual com ela. Não sei qual é o sentido da votação da Teresa. Como? Está, está. Está em videoconferência. Não, mas eu não sei se ela não está ou se é a tecnologia que não me permite vê-la. O Hugo acho que não ouve. Hugo, ouve? Não. E a Teresa, não está ou eu é que não a vejo? Maravilhas da nova tecnologia. Eu pedia, por favor, alguém do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, conseguem mandar um SMS à Teresa para saber? Muito obrigada. Resolvemos. O Hugo? É? Ok. Podia votar em sentido contrário.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----  
----- **O Serviço Nacional de Saúde como fator efetivo de coesão social e territorial** -----  
- Aprovada, por maioria, com cinquenta e seis votos a favor e catorze abstenções. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “O Hugo consegue ouvir-me? Não. Nós não conseguimos por som no Hugo? Ok. A Teresa vota com o sentido da bancada do Partido Socialista? Sim. O Hugo também? Muito bem.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----  
----- **Investimento na Ferrovia para integrar na nossa região** -----  
----- **o Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos** -----  
- Aprovada, por unanimidade, com setenta votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Hugo, já me ouve? Está a ouvir-me, Hugo? Não. Continuo sem ouvir. E a senhora Deputada do Partido Socialista, o que é que os meninos da tecnologia me dizem? Ela não está porque se ausentou temporariamente, ou eu é que não a vejo? Ok, então não vota. O Hugo continua sem me ouvir. Pergunte-lhe qual é o sentido da votação, por favor. Então não consideramos o voto. Se ele não consegue ouvir é difícil saber qual é a intenção de voto. Então, qual é o resultado?” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Salvar centenas de Micro, Pequenas e Médias Empresa:** -----

----- **Primeiro passo para retoma económica de que o Concelho da Guarda precisa** -----

- Rejeitada, por maioria, com treze votos contra, cinquenta abstenções e seis votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Uma Declaração de Voto. Faz favor, senhor Deputado Henrique Monteiro.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Senhora Presidente, restantes Membros da Mesa, senhor Presidente e senhores Vereadores, senhores Deputados Municipais, Presidentes de Junta, Comunicação Social, aos Técnicos que nos apoiam nesta sessão e todos aqueles que nos visualizam pelas redes sociais. O CDS votou favoravelmente nas três Moções. Desde logo, o combate pelo apoio aos micro e pequenos empresários foi uma luta que o CDS travou na Assembleia da República, inglória porque esbarrou autismo do Governo relativamente à necessidade de apoio a toda esta gente que desenvolve atividades familiares, que o Governo encerrou e a quem deixou sem qualquer sustento. Portanto, faz todo sentido e folgo também a evolução da CDU na defesa da iniciativa privada. Talvez seja uma adaptação aos novos tempos também. A pandemia também traz destas coisas. E registamos aqui que o PS, aqui na Guarda, também é contra o apoio a toda esta gente que ficou sem qualquer rendimento e muitos deles são hoje os novos pobres da nossa sociedade. Muitas destas atividades fecharam, mantiveram os encargos, as pessoas tiveram que comer durante o período de encerramento e dar de comer à família e mantiveram os encargos que tinham de rendas e por aí fora. E muito deles já não vão abrir portas. Basta percorrer a cidade e perceber isso mesmo. Na questão da saúde, o sentido de voto do CDS também foi positivo e continuamos a ver o Partido Socialista a assobiar para o lado nas questões da saúde nesta cidade. E basta recordar aqui, penso que a maior parte das pessoas terão visto, a reportagem televisiva que passou no passado sábado em que pôs a nu a vergonha da saúde nesta cidade. A vergonha que é a saúde nesta cidade. E o Partido Socialista continua a fazer de contas que não vê. Aliás, havia um Partido Socialista, no início deste mandato, que via os problemas. Mas hoje o Partido Socialista mudou de posição e enterra a cabeça na areia fazendo de conta que nada se está a passar. É uma vergonha. Relativamente à ferrovia, é aquilo que se vê. Dão-nos linhas e tiram-nos os comboios. E não fosse a ação imediata na Assembleia da República desenvolvida, particularmente pelo Grupo Parlamentar do CDS, que imediatamente questionou a supressão dos comboios Intercidades e talvez o recuo não tivesse acontecido tão rapidamente. Isto é uma vergonha. É continuar a ter um Governo que torna mais desigual aquilo que já é desigual. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Sim, faz favor. Pretende falar? (...) Não. Não dou o direito de resposta, senhor Deputado. Tenha paciência, aquilo que o senhor Deputado fez foi uma Declaração de Voto relativamente às três Moções que foram votadas. Explicou porque é que votou daquela forma, justificando da forma como justificou. Muito bem. Passamos a uma

Recomendação e a um Voto de Pesar do CDS. Quem faz a apresentação? Senhor Deputado José Carlos. Faz a apresentação das duas? Começa pelo Voto de Pesar? Voto de Pesar pelo Dr. José Manuel Pereira da Silva, como sabem, faleceu recentemente. Faz favor. E depois a Recomendação é: o estacionamento mal limitado.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Muito bom dia a todos. «Voto de Pesar. Nascido em Coimbra em 1944, faleceu no passado dia 2 de junho de 2020, o médico José Manuel Pereira da Silva, casado com Maria Eugénia Pereira da Silva, pai de duas filhas e quatro netos. Este ilustre médico, apesar de nascido em Coimbra, pela única razão de ser o filho primogénito, viveu até à idade de 10 anos na freguesia de Vila Fernando, deste Concelho, onde frequentou o ensino primário e onde o seu pai, Dr. José Pereira da Silva, exerceu medicina. Frequentou o Liceu Nacional da Guarda e licenciou-se na Universidade de Coimbra, em cujos hospitais desenvolveu a sua atividade profissional até ser transferido para o IPO, onde foi chefe de serviço de quimioterapia até à sua aposentação. Foi igualmente médico do Hospital Militar, médico da GNR, no Batalhão 5, e também médico da RDP Centro. Apesar de residir em Coimbra durante uma grande parte da sua vida, nunca esqueceu a Guarda e o seu Concelho com o qual manteve sempre fortes ligações afetivas e onde era presença assídua. Os fortes laços que mantinha com o nosso Concelho levaram-no a candidatar-se à Câmara Municipal da Guarda, em 2001. Foi eleito para esta Assembleia Municipal onde exerceu o seu mandato e onde as suas intervenções se pautaram sempre pela defesa do interesse coletivo dos seus concidadãos. Assim, em homenagem ao cidadão amigo desta cidade e Concelho e em reconhecimento ao seu percurso profissional e político, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida ordinariamente a 19 de junho de 2020, delibera: 1 - Aprovar um Voto de Pesar e guardar um minuto de silêncio pelo falecimento do Dr. José Manuel Pereira da Silva; 2 - Dar conhecimento deste Voto à sua família». -----

Vou passar à Recomendação. «Estacionamento mal limitado. Uma das obras que o anterior Executivo deixou à cidade foi a remoção dos veículos pesados de mercadorias da malha urbana para um parque condigno na PLIE. O trânsito e estacionamento destes veículos nas artérias da cidade, contribuía para a redução da qualidade de vida dos guardenses por ser uma fonte de poluição atmosférica numa cidade que se orgulha do seu excelente ar, mas também para a degradação dos pavimentos das urbanizações e desassossego dos seus habitantes. Este Executivo mandou então proibir o estacionamento de pesados nas ruas da cidade. Esta obrigação é genericamente respeitada, apesar de haver uma ou outra transgressão que normalmente fica sem castigo, por culpa da PSP. No entanto, por lapso ou ignorância, houve uma urbanização da cidade que ficou no limbo do “proíbo - não proíbo” e que foi a Urbanização Quinta das Covas. Inexplicavelmente, a placa de proibição a pesados foi colocada imediatamente antes da rotunda na N16 que dá para essa urbanização, no sentido Arrifana-Guarda, em vez de, como seria lógico, ter sido colocada antes do viaduto da A25 sobre a N16, a cerca de 100 metros, não excluindo, dessa forma, os residentes da rua das Maias da referida urbanização. Este buraco na proibição foi desde logo regularmente aproveitado por camionistas que aí estacionam os seus veículos pesados, evitando assim a deslocação para a PLIE, o que tem reduzido a qualidade de vida dos

moradores desta rua. O grupo municipal do CDS-PP vem assim recomendar à Câmara Municipal da Guarda que faça, com a brevidade possível, a alteração da localização desta placa de proibição para a localização acima sugerida, ou, idealmente, para a rotunda de Pinhel no acesso ao nó da A23 com a A25, incluindo assim, também, a urbanização junto ao Outeiro de S. Miguel.» Tenho dito.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Alguém pretende dizer algumas palavras? O senhor Presidente é sempre o último. Alguém pretende dizer algumas palavras sobre estas duas intervenções? Senhores Deputados? Senhores Presidentes de Junta? Não? Muito bem. Senhor Presidente, faz favor. Quer falar, senhor Deputado? Então, sim. Faz favor.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Senhora Presidente, apenas trinta segundos para dizer uma coisa que já tinha comentado com alguns colegas Deputados também nesta Assembleia Municipal e que tem a ver com isto. De facto, verifica-se, às vezes, a alteração da sinalização na cidade e isto vem de há muito tempo a esta parte. Aliás, temos uma questão já antiquíssima relacionada com o estacionamento, ou com o parqueamento na zona da Sé, e que levanta sempre muitos problemas. Desde há anos a esta parte, há um conjunto de pessoas que, naturalmente, no exercício dos seus direitos, impugnam todas as multas que lhe são colocadas por via do parqueamento na Sé. Por uma questão muito simples. É que toda a sinalética relacionada com o trânsito, aqui, a nível concelhio, tem que passar sempre por esta casa, pela Assembleia Municipal, nos termos da Lei. E, portanto, deixar apenas esse alerta. Se, de facto, for para alterar esta sinalização, nos termos que aqui são referidos, convém que esse Regulamento de Trânsito, ou que a alteração propriamente da sinalética, passe aqui pela nossa Assembleia Municipal de modo a ser vinculativa e que ninguém aproveite essa pecha para poder efetuar as defesas e as tornar procedentes, no sentido de poder continuar a infringir, neste caso, as leis de trânsito. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Agora sim, senhor Presidente, faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “... verdadeiramente, o Município da Guarda determinou que na Freguesia da Guarda não era possível o estacionamento de viaturas pesadas. Como sabe o senhor Deputado, o limite da Freguesia com a Arrifana termina exatamente nesse espaço. E, portanto, se eu fosse colocar, que não posso, fora do limite da Freguesia da Guarda uma proibição, estaria a extravasar as minhas competências, as nossas competências. Portanto, esta moção é uma moção inexequível, infundada. De facto, errar é humano. Mas quem errou não foi o Executivo, foi o Grupo Parlamentar do CDS. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Sim? Faz favor.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Eu peço desculpa, mas parece-me que, com a junção das freguesias, o novo limite não passou a ser a A25? É mesmo onde

está aquela placa? Tinha ficado com a ideia que tinha sido essa a alteração que tinha sido feita.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “É a informação técnica que eu recolhi ontem, durante a tarde, e portanto...” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “É pena porque assim ficam pessoas que não tinham que ter lá os camiões... Mas eu percebo.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Passamos, então, à votação destes dois documentos do CDS. Tem razão. Peço desculpa. Claro, é só o Voto de Pesar. Passamos, então, à votação do Voto de Pesar.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Pesar** -----

----- **Pelo falecimento de José Manuel Pereira da Silva** -----

- *Aprovado, por unanimidade*, com setenta e dois votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem, deixo à consideração do plenário. Toda a gente concorda. Um minuto de silêncio pelo Dr. José Manuel Pereira da Silva. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Passávamos, agora, ao Grupo Parlamentar do PSD. Hugo, consegue ouvir-nos? Muito bem. Teresa, consegue ouvir-nos? A Teresa ouve-nos em casa? A Teresa não nos ouve em casa, pois não? Conseguem mandar-lhe uma mensagem pelo chat a dizer isso, por favor? Porque ela não está a ouvir-nos. Teresa, consegue ouvir-nos em casa? O Hugo respondeu-me logo, ela não. Portanto, não me está a ouvir-nos. Grupo Parlamentar do PSD, faz favor. Um Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Laurindo Prata. Quem lê? Senhora Deputada Rosa Caramelo, faz favor.” -----

- **Deputada Rosa Caramelo (PSD):** “Bom dia a todos. Cumprimento a senhora Presidente da Assembleia e os senhores Secretários, o senhor Presidente da Câmara e o resto dos Vereadores e a todos em geral. Este é um Voto de Pesar por uma pessoa que me diz muito, a mim, particularmente, e acho que também a todos em geral. «Faleceu no passado dia 11 de abril, aos 87 anos de idade, o empresário Laurindo Prata. Acontecimento que não poderia deixar de se assinalar nesta Assembleia, lembrando a obra, o homem e o empresário que tanto deu à nossa cidade e à região. Laurindo Prata era de Cafede, Castelo Branco, mas isso não o impediu...» eu peço desculpa, mas vou ter de tirar a máscara.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Mas pode tirar para falar.” -----

- **Deputada Rosa Caramelo (PSD):** “Peço desculpa. «Era de Cafede, Castelo Branco, mas isso não o impediu de sempre demonstrar o apreço e carinho pela gente da Guarda e pela cidade em geral. Foi nesta terra que se radicou e, em 1969, começou a sua carreira como empresário com a abertura da empresa Matos e Prata, que atualmente se dedica à comercialização de automóveis, tratores e equipamentos industriais. Empresa esta que, recentemente, comemorou 50 anos de atividade numa festa em que muitos tiveram oportunidade de participar honrando, deste modo, o seu fundador. A abertura

desta empresa é um marco assinalado na transformação e mecanização do setor agrícola da região e que esteve na génese do empreendedorismo de Laurindo Prata. Laurindo Prata foi um homem que sempre teve e sempre se pautou pela seriedade e honestidade enquanto empresário. No trilhar do seu sucesso, nunca esqueceu a importância dos seus colaboradores tendo sempre a preocupação do bem-estar social e económico dos mesmos. Em períodos de maior dificuldade, procurou assegurar sempre o emprego e o sustento de muitas famílias da nossa cidade, através da estabilidade financeira que sempre almejou para a sua empresa. Outro lema que sempre incutiu naqueles que com ele colaboraram, foi o de respeitarem e encaminharem sempre os seus clientes por forma a progredirem no desenvolvimento de suas atividades, especialmente aos clientes agrícolas que com ele tantas vezes se aconselharam. De facto, pode dizer-se que Laurindo Prata foi um visionário e uma referência do seu tempo. É também de destacar o seu papel de dinamizador do Centro Social da Póvoa do Mileu, do qual foi Presidente da Assembleia-Geral até ao fim da sua vida, tendo, através desta instituição, promovido o apoio social e o enriquecimento cultural das gentes da Póvoa do Mileu e, em geral, da cidade da Guarda. Gentes estas, da Póvoa do Mileu, que também não poderiam deixar de aqui prestar a sua última homenagem a este grande senhor de carácter ímpoluto, nobre, inigualável, pretendendo, pois, enaltecer as suas ações que, com humildade e sobriedade que tanto o caracterizavam, deixam, neste último momento de despedida, um enorme sentimento de perda e de pesar. O seu falecimento numa altura particularmente limitadora para todos, fruto da pandemia que se vive em Portugal e no mundo, não permitiu a muitos guardenses despedirem-se condignamente do homem que tanto deu a este Concelho. Não nos foi permitido, na hora da partida, prestar a devida homenagem a Laurindo Prata. Homenagem que se poderia perpetuar também na toponímia da nossa cidade, preferencialmente na Póvoa do Mileu. Neste momento, em homenagem ao seu percurso, à sua vida, personalidade afável e disponível e em reconhecimento pelo seu espírito empreendedor, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida em sessão ordinária a 19 de junho de 2020, delibera aprovar o Voto de Pesar pela morte de Laurindo Prata e dar conhecimento da aprovação deste voto à sua família, à empresa Matos e Prata S.A. e ao Centro Social da Póvoa do Mileu. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Propunha também um minuto de silêncio pelo senhor Laurindo Prata, se ninguém tiver nada contra.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Ia pôr à votação, então, os dois Votos de Pesar.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Pesar** -----

----- **Pelo falecimento de Laurindo Prata** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e quatro votos a favor. -----

----- **Resultado da votação do Voto de Pesar** -----

----- **Pelo falecimento de Rui Jorge Pires Dias Quinaz** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e quatro votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Passávamos, agora, ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda com uma Moção e um Voto de Louvor. Senhor Deputado Marco Loureiro, a Moção «Instalação do Comando da Unidade de Emergência de Proteção e Socorro UEPS na cidade da Guarda» e um «Voto de Louvor a todas as trabalhadoras e trabalhadores». Faz favor, senhor Deputado.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigada, senhora Presidente. Antes de mais, bom dia a todos e a todas. Passo, então, rapidamente, à leitura. «Moción: Instalação do Comando da Unidade de Emergência de Proteção e Socorro, abreviada UEPS, na cidade da Guarda. Considerando que a UEPS é um organismo de âmbito nacional que vai suceder aos Grupos de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS), tendo sido anunciado no mês de julho do ano passado por várias entidades estatais, incluindo a Autarquia guardense, a sua vinda para a cidade da Guarda cumprindo assim o respetivo decreto-lei que determina a sua instalação em regiões da chamada baixa densidade onde a Guarda se incluiu. Este Comando de âmbito nacional ficaria instalado na antiga sede da Infraestruturas de Portugal, localizado na Avenida Francisco Sá Carneiro, perto do Quartel dos Bombeiros Voluntários da Guarda. Já no final do mês de abril deste ano», repito, no final do mês de abril deste ano, «foi tornado público pela comunicação social, declarações do chefe da Divisão de Comunicação e Relações Públicas da GNR, onde o próprio reafirmou que a “GNR iria instalar o Comando da Unidade de Emergência, Proteção e Socorro na Guarda”, contudo, “depois da época de incêndios”. Ficou-se também a saber que a intenção dessa instalação deverá “ocorrer logo que estejam criadas as condições necessárias” no edifício que acolhe atualmente o IMTT- Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres e a Secretaria de Estado da Ação Social, esta última de forma, pensamos nós, assim foi dito, provisória. Faltando um mês para completar um ano após o anúncio, continuam a ser muitas as dúvidas relativamente ao início das obras de adaptação do edifício, bem como quando estarão concluídas. Pelo exposto, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida a 19 de junho de 2020, nos termos e para os efeitos do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera: 1) Exigir ao Governo uma resposta clarificadora e conclusiva sobre a data da instalação do Comando da Unidade de Emergência, Proteção e Socorro na Guarda. 2) Remeter esta Moção ao Primeiro-Ministro, Ministro da Administração Interna, Presidente da Assembleia da República e Grupos Parlamentares.» -----

«Voto de Louvor a todas as trabalhadoras e trabalhadores», incluindo claramente todos os que aqui estão como trabalhadores e trabalhadoras, nomeadamente também nós Deputados e Deputadas. «O surgimento desta crise pandémica que atingiu Portugal e o mundo, obrigou as populações em geral a debaterem-se com vários problemas socioeconómicos, tendo que se adaptar a viver o dia a dia de uma forma bem diferente do habitual. Hoje, ninguém se atreve a desmentir a importância que é ter um trabalho, a necessidade de valorizar quem trabalha, bem como criar emprego digno combatendo a precariedade e os baixos salários. Agora que entrámos no período de desconfinamento, só com trabalhadores motivados e respeitados é que a produção aumentará e a economia voltará a crescer. Não podemos esquecer quem, durante meses, não pôde estar em casa em total segurança com os seus familiares devido a ter que cumprir diversas tarefas profissionais. Neste sentido, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida ordinariamente a 19 de junho de 2020, delibera: ponto único - Aprovar

um Voto de Louvor a todas as trabalhadoras e trabalhadores de todas as áreas profissionais, desde o setor público ao privado que, mesmo em tempos difíceis, continuaram a dar o seu melhor para que nada faltasse às populações do nosso Concelho. Muito brigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir sobre estes dois documentos? Não? Senhor Presidente? Também não? Muito bem. Passemos à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Instalação do Comando da Unidade de Emergência Proteção e Socorro** -----

----- **(UEPS) na cidade da Guarda** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e cinco votos a favor. -----

----- **Resultado da votação do Voto de Louvor** -----

----- **A todas as trabalhadoras e trabalhadores** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e cinco votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, Declaração de Voto? Muito bem. Declaração de Voto, senhor Deputado Henrique Monteiro.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “O CDS tinha claramente que votar favoravelmente estas duas Moções. A Instalação da UEPS na Guarda já cheira a mais uma promessa não cumprida aqui para o nosso Concelho. Estou-me a lembrar daquele anunciado também, salvo erro, Centro de Educação Rodoviária, anunciado há dois anos no Dia da Cidade, no dia do feriado Municipal, pelo senhor Ministro da Administração Interna e que continua sem ver a luz ao fundo do túnel. É um bocadinho aquilo a que estamos habituados. Quanto à homenagem a todos os trabalhadores, acho que sim, faz todo o sentido e acompanhamos o Bloco de Esquerda nessa Moção.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Terminámos as Moções, Propostas e Recomendações. Eu não tenho, até agora, nenhum pedido de inscrição. Alguém pretende inscrever-se para falar? Senhor Deputado Marco Loureiro, faz favor, tem a palavra.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Agora já com algum tempo, cumprimentar a senhora Presidente, respetivos Membros da Mesa, senhor Presidente, Vereadores, Vereadoras, Público presente, neste caso, só lá em casa, senhores Deputados e senhoras Deputadas, Órgãos de Comunicação Social. Senhor Presidente, gostaria de saber se a Autarquia já fez algum levantamento sobre os prejuízos agrícolas, depois da recente queda da chuva forte e granizo, e, se já tem alguns dados, como pensa apoiá-los. Recordo aqui, depois de várias queixas, até em desespero alguns produtores, por exemplo, dou aqui o exemplo de mirtilos, aqui muito perto da Guarda, em Avelãs de Ambom, que infelizmente viram a sua produção completamente destruída. Durante a crise, mais concreta no pico da pandemia do Covid, o Bloco de Esquerda questionou a Câmara sobre várias questões e apresentou várias propostas, inclusive. E quero aqui trazer nomeadamente a resposta, e desde já agradeço essa mesma resposta, não foi prática política esta forma de responder anteriormente, no

mesmo Executivo em que o senhor Presidente estava, mas por isto também é de louvar essa resposta rápida às perguntas que o Bloco questionou. Não é só criticar por criticar, muitas vezes só para picar, e toda a gente sabe como é que é isto da política, para também trazer a debate muitas das vezes temas que não se querem que saiam da gaveta. E, por isso, agradecer a rápida resposta. Não quero dizer, com isto, que tenha concordado com essa mesma resposta. E passo então a citar uma das grandes questões que o Bloco fez, nomeadamente sobre qual era o número de alunos no Concelho da Guarda que não tinham acesso a computadores, nem internet, para eles mesmo conseguirem então tentar, já nem digo conseguir, tentar seguir o programa escolar na telescola. A resposta, por parte da Câmara Municipal, muito rapidamente, diz que, em conjunto com a resposta que teve dos Agrupamentos Escolares, do Básico e do Secundário, existem cerca de quatrocentos alunos sem computador e, mais de metade, sem acesso a internet. E dizendo, também na resposta ao Bloco de Esquerda, que a Câmara cedeu duzentos computadores para combater essa falha desses quatrocentos computadores. Dizer que o Bloco de Esquerda não consegue compreender como é que a Câmara não consegue apoiar quatrocentos computadores. Estamos a falar de um valor arredondado de 4 mil euros, se fossemos pôr mil euros a cada computador. E há por aí tantos gastos de 6 mil, 8 mil. Passarei, já a seguir, a citá-los. E como é que não se consegue chegar a esses quatrocentos computadores? E como é que não se consegue chegar a toda a gratuidade da internet a esses jovens estudantes que querem continuar a poder, de igual para igual, a prosseguir os seus estudos? E é nesse seguimento que quero já perguntar ao senhor Presidente, como é que é possível, em plena pandemia, e passo a citar três ajustes diretos, nomeadamente um que me mete uma certa confusão. E peço mesmo que, se eu estiver enganado, me tente contrariar nesse sentido. No passado dia 25 de maio de 2020, há um ajuste direto de elaboração e desenvolvimento de um guia do Investidor. Eu recorro que a Associação Comercial da Guarda lançou, não assim há tantos anos, um guia do Investimento. O NERGA um guia do investimento. A Câmara Municipal, por parte do Dr. Álvaro Amaro presidida na altura, um guia do Investimento. E agora outro guia do Investimento no valor, neste caso, de 7 mil euros? Vejam bem. 7 mil euros, sete mil computadores que davam. Mas não há para os quatrocentos computadores. Ora muito bem... ora muito bem. Entretanto, 02 de abril de 2020, um ajuste direto, montagem e desmontagem do stand do Município da Guarda na BTL2020 que não se realizou, 11 mil e 608 euros. 02 de abril, já havia pandemia. Ora bem, vejam bem a quantidade de computadores que isto dava. 26 de maio de 2020, um ajuste direto, teleassistência para pessoas vulneráveis em estado de isolamento e solidão no concelho da Guarda, 19 mil e 200 euros. Não menosprezando a necessidade de referir esta teleassistência, mas a pergunta que eu lhe faço, senhor Presidente, é: não há parceria e cruzamento de dados com um programa igualzinho da GNR? Que é lançado todos os anos e divulgado na comunicação? Então, mas andamos agora aqui a dar dinheiro, por dar, para criar mais plataformas? Então, mas para que servem esses cruzamentos de dados? Para que servem os Grupos Municipais de Segurança? Não é para trocar esses dados entre todos os responsáveis para depois minimizarem os custos e aplicar o dinheiro, por exemplo, nos quatrocentos computadores? São estas perguntas que me fazem a mim, e certamente a muitos que lá estão em casa a assistir, uma certa impressão. Como é que, nesta gestão de fazer política, há prioridades que não são as escolhidas e outras que, não querendo de forma alguma, eu, menosprezá-las, mas levantam muitas e muitas dúvidas da prioridade dessas escolhas, senhor Presidente..."

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado...” -----
- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Diga, senhora Presidente. Não estou a conseguir controlar daqui o tempo. Mas se me disser, ou se já terminei...” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Consegue ver o ecrã, ali?” -----
- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Não consigo, senhora Presidente. Ainda não consigo ter essa...” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Aqui, aqui, aqui.” -----
- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito bem. Então já passei os dois minutos, não é? Mas também, olhe, não preciso de mais. Muito obrigada.” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém quer intervir? Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor.” -----
- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Obrigada, senhora Presidente. Depois de ouvir o Deputado Marco Loureiro falar de mais um guia do Investidor, eu acho que a Guarda já tem guias do Investidor a mais. Precisa, talvez, de uma candeia ou de uma lanterna que alumie o caminho aos investidores para a Guarda, para o concelho da Guarda, e sobretudo a desburocratização dos procedimentos de aprovação dos investimentos nesta terra. Quando não, vamos continuar a ver fugir os investidores daqui para fora. Acompanho também a preocupação da falta de computadores para os alunos. Mas também temos que lembrar aqui que nem todos os professores tinham os equipamentos adequados para dar as suas aulas síncronas e ninguém se lembrou dos professores. E sem professores também não vale a pena distribuir computadores aos alunos porque as aulas não chegam lá mesmo que eles os tenham. E esse também foi um problema muito esquecido durante a pandemia. O CDS apresentou também propostas durante o período de confinamento. Nomeadamente urge cuidar dos mais vulneráveis, onde deixámos um conjunto de medidas que, no nosso entender, deviam ser implementadas pelo Município em articulação com as Juntas de Freguesias, para que ninguém ficasse para trás. E nós sabemos qual é a estrutura demográfica do nosso concelho, uma estrutura demográfica de pessoas envelhecidas, de pessoas com problemas de mobilidade, a inexistência de transportes públicos no concelho. E, portanto, gostava de saber, sei que algumas delas foram implementadas, gostava de saber se, efetivamente, alguém ficou, ou não ficou para trás. Uma outra, tinha a ver com o apoio às IPSS’s e às empresas. Também aqui nós apresentámos um conjunto de propostas, nomeadamente o fornecimento de material de proteção individual às IPSS’s que, em determinado momento da pandemia, tanta carência houve deles, porque efetivamente os próprios fornecedores não o tinham para o poderem disponibilizar. E, também, nesse documento, pedíamos a aplicação da taxa mínima de IMI para os anos 2020 e 2021 e a mesma situação para a isenção de derrama para as empresas. Pode eventualmente haver aqui o obstáculo legal a alteração dos pressupostos que estão aprovados em orçamento da Câmara para o ano 2020, mas não quer dizer que, eventualmente, não se tentasse pressionar o Governo no sentido de haver um diploma legal que viesse dar alguma abertura para que isto fosse possível. Mas estas medidas

fazem todo o sentido, não sendo implementadas já neste ano, no corrente ano, para 2021 e para 2022. E mais no momento em que parece que até as receitas da Câmara subiram cerca de 500 mil euros, meio milhão de euros. E percebe-se que essas receitas subiram devido a alguma atividade, a algum dinamismo que terá surgido no setor imobiliário, porque foi sobre tudo o IMT, o Imposto Municipal sobre Transações Onerosas que subiu esses mesmos cerca de meio milhão de euros. Evidentemente que se nós tivermos uma fiscalidade mais atrativa, a economia vai continuar a responder positivamente e tanto que a Guarda está necessitada de economia dinâmica. Por favor, deem atenção à questão da economia nesta terra. É isso que fixa as pessoas e é isso que dá sustentabilidade aqui também ao nosso território. A pandemia, acho que nos ensinou muita coisa. Ensinou-nos, sobretudo, que os grandes aglomerados de pessoas são desaconselháveis. E eu queria saber, relativamente a grandes aglomerados, se a Câmara continua empenhada em armazenar, e eu uso o termo armazenar porque é o termo que se adequa ao caso em concreto, as crianças do primeiro ciclo das escolas de bairro. São escolas pacíficas, são escolas onde não há problemas disciplinares, são escolas onde a relação de proximidade entre os professores e funcionários e os alunos é muito, muito próxima, muito familiar e isso evita que se desencadeiem alguns fenómenos que, por exemplo, acontecem nos Centros Escolares de grande dimensão. E estou a pensar no Centro Escolar da Sequeira onde os problemas de indisciplina dos alunos são frequentes e a há uma dificuldade de controle destes fenómenos. Se a Câmara continua empenhada em armazenar as crianças da Escola do Bairro da Luz, do Bairro do Pinheiro e da Póvoa do Mileu na C+S de São Miguel, fechando estas escolas de proximidade e fazendo com que as famílias andem, todos os dias, em aflições para deixar os meninos, para os transportar, sabendo nós também os problemas que há, em termos de fluxos de trânsito, na hora de ponta que na Guarda também existe...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, tem que terminar.” ---

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “... se vamos empurrar as famílias para essa aflição diária e desenraizá-las do meio onde nasceram, onde vivem e onde brincam com os seus amigos e onde são autónomas, inclusivamente, para ir para casa e para a escola.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhora Deputada Dulcineia, por favor.” -----

- **Deputada Dulcineia Sousa Coito (PSD):** “Exma. senhora Presidente da Assembleia Municipal e respetiva Mesa, Exmo. senhor Presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores Vereadores, Exmos. senhores e senhoras Deputadas, Comunicação Social, uma especial saudação a todos os que nos acompanham hoje através dos meios digitais, muito bom dia a todos. Permitam-me partilhar com vossas excelências um conjunto de ideias relacionadas com a economia, com o turismo e com aquele que poderá ser o entendimento coletivo de reconhecermos, ao nosso concelho, o potencial para se afirmar. Bem sabemos que há alterações estruturais que, à força desta violentíssima e abrupta crise, vieram para ficar. De país para país, de região para região, tudo dependerá das medidas adotadas para impedir a disseminação da Covid 19 dos efeitos das políticas públicas focadas em aliviar os problemas de liquidez das empresas e também, não

menos importante, do apoio às famílias em dificuldades financeiras. Consequentemente, dependerá também da capacidade de reação das empresas e da sua resiliência perante o recomeço da atividade económica. E, num mundo cada vez mais incerto, a possibilidade de surgirem mais interrupções na economia, é sempre uma hipótese com probabilidades acrescidas. Por tudo isto, reagir, antecipando medidas e estratégias para salvaguardar a economia, é uma das formas de antever um futuro mais promissor. Se nos cingirmos ao ecossistema do turismo, encontramos hoje na Guarda uma oportunidade que não podemos deixar perder por via das suas especificidades, daquelas que conferem identidade e autenticidade. Ora veja-se. Num futuro que se espera breve, o turista dará primazia aos espaços verdes, às áreas protegidas, à baixa densidade e ao sossego de um destino em nada massificado. Paralelamente, também ao nível da economia e mais concretamente no setor imobiliário, não podemos descurar a oportunidade que está no potencial aumento da procura de casas nas zonas rurais, nas cidades mais pequenas, como a nossa Guarda, e menos povoadas que, graças às boas acessibilidades do país, poderão ser o destino escolhido de muitos dos que têm condições para continuar a desenvolver o teletrabalho e que têm também capacidade financeira para investir. Mas falar da Guarda do futuro, só nos é possível graças à Guarda do presente. Àquela que também graças à capacidade de resposta das nossas instituições, da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia do Concelho, das associações, dos médicos, enfermeiros e demais profissionais ao serviço na linha da frente no combate à Covid-19, dos que continuaram a trabalhar para garantir o confinamento da maioria dos guardenses e de todos os que, empenhados, garantiram a segurança perante a proliferação deste malfadado vírus e o necessário apoio às dificuldades, face às dificuldades que dele advieram. Também, entrados na fase do desconfinamento, não podemos ser alheios à reabertura responsável dos cafés, restaurantes e unidades de alojamento. Há, por tudo isso, que honrar esse árduo trabalho e homenagear o nosso concelho, na pessoa de cada um dos merecedores dessa honra e louvor. A quem, graças a eles e elas, sentimos que estamos diante de uma nota positiva, com distinção, nas questões de segurança e de confiança no nosso concelho. Reforço que, ultrapassado aquilo que se espera ter sido o pior cenário e em plena fase de desconfinamento, ainda que gradual e necessariamente cauteloso, agora, mais do que nunca, a Guarda e, no caso concreto, o Município da Guarda, deverá prosseguir o caminho de progresso e de cooperação entre agentes públicos e privados, fomentando o vínculo da população aos melhores anseios para a nossa cidade. Assim, deveremos encarar a Guarda, a nossa cidade, a Guarda candidata à Capital Europeia da Cultura, a Guarda no eixo de ligação à Europa, a Guarda na Serra da Estrela, na Raia Ibérica, na Beira Interior, no centro de Portugal e a Guarda no mundo, se assim tivermos a ousadia de a ambicionar. Com base nesse horizonte de perspetivas, a resposta poderá estar naquilo que até agora inibiu, de alguma forma, o desenvolvimento turístico da Guarda e da região. Ou seja, a solução poderá estar na autenticidade, no sossego e tranquilidade, nas experiências sensoriais, no serviço personalizado e não massificado e no nosso mundo rural. Relembro a importância do turismo para a economia. Para além disso, as condições de segurança e de cuidados de saúde e a reposição dos níveis de confiança nas instituições e nas regiões, passam a ser critérios indissociáveis da oferta turística e da atração de investimento. Portanto, encarando o momento como uma oportunidade, o desafio está em colmatar as lacunas e as imperfeições. Ou seja, tudo o que nos possa desviar de uma trajetória de desenvolvimento. Por isso, senhor

Presidente da Câmara, apesar de não serem da responsabilidade de V. Exa, aceite, por favor, este desabafo preocupado. Acreditar que os cuidados de saúde e a facilidade ao seu acesso são uma prioridade na seleção de um destino turístico, ou de um destino para investimento, exige, desde logo, que, de uma vez por todas, se encontre uma solução para o Hospital da Guarda. A propósito, qual é o ponto de situação em relação à Sede da Unidade de Emergência de Proteção e Socorro na Guarda? Também, se queremos atrair turistas para a nossa cidade, bem sabemos que as obras do Hotel Turismo da Guarda têm de ser uma prioridade máxima do nosso Governo. Há novidades sobre um possível avanço? E as portagens da A23 e da A25 que tanto têm lesado a economia regional? Voltando aos desafios e a perspetivar o futuro, e valorizando também o que de bem se tem feito, senhor Presidente da Câmara, permita-me que o desafie, ainda, a que tome V. Exa diligências no sentido de se desenvolver uma campanha forte e incisiva para atrair turistas e visitantes, para captar a atenção de operadores turísticos e, sobretudo, uma campanha que estimule a confiança na nossa cidade e nas nossas instituições num futuro pós-pandemia. Que garanta a segurança de quem nos visita e que faça sobressair o nosso potencial identitário e diferenciador. Porque, senhor Presidente, afinal agora já é tempo. Refiro-me objetivamente, e para além do que já está a ser feito, e bem feito, à necessidade de a mensagem sair e ultrapassar largamente os limites da cidade e do país. Não tenhamos a ilusão de que nos basta o mercado interno. Falo de uma campanha que sublinhe a importância do ar da Guarda mais puro e que terá de reforçar a pertinência do turismo de saúde e o bem-estar na nossa cidade. A relevância, agora mais do que nunca, do projeto dos Passadiços do Mondego na sua vertente de pedestrianismo e de lazer, mas também ao nível da valorização da envolvente geológica, ambiental, paisagística e hidrográfica. A qualidade das praias fluviais do concelho como referencial de infraestruturas permanentes e como expoentes máximos para a dinamização do turismo de aventura e natureza, que são também o resultado de um exímio trabalho de cooperação entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia. Sublinho, ainda, o potencial de captação de turistas e visitantes estrangeiros na vertente do turismo Judaico. Os sabores e a gastronomia serrana que provêm dos melhores produtos e da atividade agrícola que por cá resiste. Também a rota dos vinhos da Beira Interior. A Serra da Estrela como marca e maior espaço geográfico que a Guarda abrange naquele que é o contexto do parque natural. Entre tantos valores e tanto património que devem ser o mote para posicionar a Guarda no patamar de afirmação do seu potencial e também de emoções positivas capazes de estimular a vontade de nos visitarem. Senhor Presidente e restante Executivo, deverá ser dada prioridade a uma mensagem para a nossa vizinha Espanha e mais agora que estamos na iminência da reabertura da fronteira, ou das fronteiras, já no dia 1 de julho, tirando também partido do reconhecimento que nos tem sido dado por esse país no que diz respeito à confiança nas nossas instituições e também nos nossos políticos, é certo. Estou em crer que, na hora de decidirem o seu próximo destino de férias ou visitas, por cá reunimos as condições para os acolher e garantir uma oferta transversal na agenda de turismo, lazer e hospitalidade. E que, num futuro breve, se fale da Guarda numa perspetiva de *safe region* ou região segura. Termina, Senhor Presidente, este é o momento para a Guarda se posicionar e agora é o momento da Guarda se antecipar perante a transformação que vive a economia e o mercado turístico. Pela Guarda de hoje e de amanhã, que a inquietude não nos tolde a liberdade e a capacidade de sonhar num futuro melhor e de encontrarmos, no turismo e também numa atitude que envolva

e estimule estrategicamente a autoestima dos guardenses, uma solução para a nossa região. Muito obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhora Deputada. Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Eu queria falar de vários problemas, e são muitos, porque aconteceu que muita gente veio falar comigo, falaram antes desta Assembleia ter sido marcada e vou falar sobre isso. Uma delas, as obras da Torre dos Ferreiros que pararam há muito. E porquê? Só recomeçaram neste sábado, dia 13, porque houve uma intervenção pontual no sentido de ser recuperada a circulação através de um corredor, por onde eu passei ontem, tendo sido acautelada a segurança dos peões. Isto só aconteceu após alguns comentários e partilhas no Facebook e também porque os poucos comerciantes da Rua da Torre e alguns residentes manifestaram o seu descontentamento junto à Autarquia e da Junta de Freguesia da Guarda. As casas de banho públicas, e ontem estive a vistoriar, como as do Jardim José de Lemos que estão abertas e do Jardim Serpa Pinto que continuam fechadas, dizem-me que há um cheiro nauseabundo. Eu ontem não notei, mas é sinal de tudo menos de limpeza, sendo esta necessária para melhorar a vida social da cidade, para que retomemos uma vida pré pandemia como *Safe & Clean* (dizem agora quem fala inglês). É muito deficiente também o serviço dos transportes coletivos na cidade, sendo frequentes as queixas contra a frequência e regularidade do cumprimento dos horários que parecem não existir. E estes deviam existir também no mundo rural, sendo uma forma de o tornar mais atrativo para ter uma mobilidade coletiva que permita o acesso aos serviços citadinos. Será, por isso, necessário um empenhamento firme da Câmara Municipal da Guarda para que haja uma melhoria do serviço prestado pela Transdev, penso eu que é a empresa que, por enquanto, presta serviço. Há um outro problema que eu não consegui esclarecer completamente. É o caso de alguns jovens que querem usar redes de descanso, que vão para certos parques da cidade e que depois são importunados ou proibidos por alguns responsáveis e que gostariam de poder usar a natureza para fruirmos da própria natureza. Isto aqui devia ser regulamentado para que eles pudessem usar a própria natureza que, na nossa cidade, é fértil. Ontem tive a felicidade de ver o Jardim José de Lemos cheio de jovens e fiquei muito feliz por estarem lá todos e nós, menos jovens, também lá estávamos. Depois, há um outro problema que tem a ver com a minha aldeia, que tem a ver com a recolha do lixo. Portanto, nós temos um grupo no Facebook, que é os Pousadenses, onde eu tive conhecimento que havia um problema de recolha de lixo em Pousade que depois foi facilmente e rapidamente corrigido. Mas também penso que este problema que acontece em Pousade, e Pousade como tem uma certa dinâmica conseguiu resolver, há outros pontos do meio rural que talvez tenham esse problema. Queria que a Câmara tomasse isso em linha de conta. Eu também vi, em alguns pontos da cidade, caixotes do lixo cheios de lixo. Depois, a minha gente lá de Pousade falou-me que, quando há caixotes do lixo cheios e que têm ao lado os chamados monos, as pessoas que o recolhem já não recolhem nada. Ou seja, deixam o caixote do lixo no sítio, foi aquilo que eu percebi, e os monos também lá continuam. Portanto, há a necessidade aqui de esclarecer as pessoas que são idosas e que, às vezes, não conhecem bem as normas porque eu também não conheço. Vou aprendendo. E, portanto, é necessário que a Câmara explique às pessoas, através dos mecanismos que possa ter, as Juntas de

Freguesia, o Senhor Padre, que pode acontecer que às vezes o lixo não é recolhido. Dentro da conversa que houve no Facebook, ontem, houve alguém que me falou também sobre a questão da despoluição da Ribeira das Cabras e depois acrescentou a questão do sistema de tratamento de esgoto em Pousade, que já há uns anos foi levantado e não sei como é que está o assunto. Até porque houve, há uns anos, uma manifestação contra uma solução, que era a solução ideal, mas que depois não foi executada, mas poderia ser tomada em conta a questão dos esgotos de Pousade. E, já agora, de todas as outras aldeias, ver como é que está o assunto. Era isso.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado Aires Diniz. Senhor Deputado, senhor Presidente de Junta, Luís Prata. Faz favor.” -----

- **Deputado Luís Prata, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia Viçosa (PSD):** “Ora, muito bom dia a todos. Eu vou voltar à questão da ação social e da educação. Sendo inquestionável a gratidão e a valorização dos profissionais de saúde, não podemos deixar de reforçar e elogiar o esforço, o empenho e a dedicação dos profissionais da educação. Não digo isto por já ter feito parte dessa classe profissional. Digo-o como um pai atento, um encarregado de educação presente e como representante de encarregados de educação ativo. Quero, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, registar uma palavra de agradecimento aos diretores, coordenadores de escola, professores e pessoal não docente, neste tempo de mudança em que tudo mudou e todos tiveram que se adaptar a uma realidade nova. Gratidão e reconhecimento para todos estes profissionais e para os pais que tiveram de aprender a ser professores e a acompanhar os seus educandos no ensino à distância e distante. Na verdade, tudo mudou na vida das escolas, quer para os alunos, quer para os pais, quer para os professores. Ainda que a transmissão de conhecimentos aos alunos desta forma seja questionável, somos obrigados a admitir que foi um remendo necessário, reconhecido pelo Secretário de Estado Adjunto e da Educação quando afirmou, e cito: o ensino à distância é um remendo e não substitui o trabalho presencial. Na verdade, um remendo com consequências futuras previsíveis porque a tutela se esquece que a educação exige investimento, modernização dos equipamentos tecnológicos e reestruturação das políticas educativas. Apesar dos constrangimentos, a bem proclamada divulgação de que todos os alunos iriam ter acesso às mesmas condições de ensino à distância, por parte de quem tem obrigação de criar as condições de ensino e aprendizagem, foram os professores, os pais e cuidadores que se viram confrontados com a necessidades de apoiar e acompanhar as crianças e adolescentes no estudo, garantindo que continuavam a aprender. São os heróis sem medalhas e é a eles que a sociedade está reconhecida porque, embora tudo estivesse articulado com as escolas para que nada faltasse, faltava muita coisa. Nem todos os alunos tinham condições para acompanhar o ensino à distância. Faltava o mais importante: computador e ligação à internet. Mais ainda, entre aqueles que o têm, há uma grande percentagem que têm os pais em teletrabalho. Ou seja, computadores e internet a serem utilizados para diversas funções. Foi aqui que a colaboração e articulação estreita entre os Agrupamentos de Escola, Município e Juntas de Freguesia, devem ser enaltecidas e dignificadas pois permitiram que as desigualdades fossem atenuadas e o trabalho de ensino à distância fosse facilitado. Foram disponibilizados e entregues aos dois Agrupamentos cerca de duzentos computadores com acesso à internet, que os diretores distribuíram de acordo com os

critérios que eles próprios definiram. Para além da disponibilização de computadores, o Município continua a fazer a entrega e a recolha de trabalhos, de oito em oito dias, a alunos dos vários ciclos como solicitado pelos professores, bem como o transporte dos alunos dos 11º e 12º anos dos dois Agrupamentos de Escolas que se deslocam das zonas rurais da área urbana para as aulas presenciais na Escola de São Miguel e Escola Carolina Beatriz Ângelo. Tudo em prol da escola, do ensino, dos professores, principalmente dos alunos e do trabalho colaborativo com as instituições de ensino da nossa cidade. E se no campo da educação houve empenho e investimento, no âmbito da ação social há que salientar a linha de apoio social criada de imediato pelo Município, atento às medidas excecionais de contingência que deviam ser implementadas, com a maior celeridade, para fazer frente à pandemia. O foco foi direcionado para os grupos mais vulneráveis e de maior risco de contágio, disponibilizando auxílio e respostas ao nível da alimentação, entrega de medicamentos e outras necessidades. A iniciativa foi articulada com os Presidentes Junta de Freguesia, assegurando, desde logo, o acesso de todos os cidadãos em situação vulnerável e sem retaguarda familiar à medida implementada, tendo até ao momento sido apoiadas mais de cento e vinte e cinco famílias. Este reconhecimento e agradecimento público estende-se ao grupo de catorze voluntários da Escola Superior de Saúde, pela colaboração e trabalho extraordinários que prestaram à comunidade em parceria com o Município. Também no âmbito da ação social escolar, as famílias não foram esquecidas e todos os alunos dos escalões A e B do ensino pré-escolar e primeiro ciclo foram contemplados, de quinze em quinze dias, com kits alimentares num total de mil e quatrocentos até ao final do ano letivo. É este compromisso solidário efetivo e de serviço público para com todos os munícipes, de modo particular com as situações mais vulneráveis, que dá corpo e voz às ações que vão para além das promessas e das palavras. Que o Município da Guarda continue a afirmar-se como Município familiarmente responsável, dadas as políticas sociais, inclusivas e agregadores da coesão e integração social do território. E termino com três notas telegráficas. Apenas para referir que, finalmente, ao fim de três ou quatro anos, conseguimos ter fibra ótica no Vale do Mondego depois de uma luta conjunta das Juntas de Freguesia daquele espaço, também do Município, depois de várias reuniões. Um bem-haja a quem possibilitou isso e que veio agora facilitar todo este trabalho. Um segundo ponto, um agradecimento especial à senhora Vereadora Lucília Pina Monteiro e à sua equipa da ação social, pela disponibilidade que demonstraram naquele momento de aflição para as freguesias e para as IPSS's. Foi importante sentir o calor por parte do Município. Finalmente, um agradecimento público à Fundação Belmiro de Azevedo que ofereceu às IPSS's um sem-número de máscaras para os seus colaboradores. Obrigado." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Muito obrigado, senhor Deputado. Senhor Deputado Tiago Gonçalves, faz favor." -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** "Senhora Presidente da Assembleia Municipal e respetivos Secretários, senhores Membros do Executivo, senhor Presidente da Câmara, Deputados e Presidentes de Junta de Freguesia. O motivo desta minha intervenção prende-se com alguns assuntos que já foram, entretanto, sendo tratados ao longo desta assembleia. Nomeadamente um conjunto de investimentos e um conjunto de obras de que o Município e o Concelho carece, que desde há uns tempos a esta parte vêm sendo falados mas que, muitos deles, infelizmente, tardam em sair do papel. A minha

companheira de bancada, Dulcineia Moura, já aqui tratou algumas, e muito bem, junto do senhor Presidente da Câmara, nomeadamente questionando o ponto da situação. Fê-lo, nomeadamente, em relação ao Hotel Turismo. Também o fez o Deputado Marco Loureiro em relação à Unidade de Emergência de Proteção e Socorro. E, de facto, esses são assuntos que nos parecem merecer a maior importância. O senhor Deputado Henrique Monteiro falou aqui também de outro, o Centro Nacional de Educação Rodoviária, apresentado há um ano e nove meses, numa Sessão Solene do Dia da Cidade, pelo Ministro da Administração, Eduardo Cabrita. Ficámos a saber que haveria um protocolo com o Instituto Politécnico da Guarda, no sentido de estudar aqui o que seria esse Centro Nacional de Educação Rodoviária e, até hoje, nem em Lei, nem em Decreto-Lei, nem em estudo, nada sabemos sobre essa matéria. Mas existem ainda outras situações que, desde há uns anos esta parte, o Governo se tem comprometido com a Guarda, através dos próprios governantes, mas também através de empresas públicas, e que carecem efetivamente de uma consolidação. Uma delas também está relacionada com o Centro de Acolhimento do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, para o qual, o Município da Guarda, em reunião de Câmara, disponibilizou inclusivamente um terreno na zona do Parque Industrial da Guarda. Saber também em que ponto está essa situação, junto do Ministro da Administração Interna, é importantíssimo. Relativamente à Infraestruturas de Portugal, sabemos que foram celebrados acordos-programa entre o Município e essa mesma empresa, a Infraestruturas de Portugal, no sentido e no seguimento das obras da linha da Beira Baixa, de conseguir, finalmente, também concretizar um velho anseio desta cidade, que passa por uma ligação através de uma variante direta à zona da Sequeira. Qual é o ponto de situação da construção dessa variante, bem como também da outra variante que tem ligação aos Galegos e que também faz parte desse acordo-programa, bem como, já agora, das obras de acesso ao terminal ferroviário que o Município, nesse caso, me parece, segundo me recordo, ter que executar. Existem também ainda outros assuntos, nomeadamente velhos anseios e concretizações que reivindicamos para a Guarda. A reabertura da Pousada da Juventude. Tanta e tanta vez que já vieram governantes à Guarda falar sobre a reabertura da Pousada da Juventude que não sai do sítio. O Pavilhão 5, tivemos o Primeiro-Ministro, na Guarda, na última campanha eleitoral, a dizer que avançaria a primeira fase da segunda fase do Hospital, através da construção do Pavilhão 5 e até decorrido, daqui a pouco, um ano, continuamos também sem nada ser conhecido em relação a esta matéria. Senhor Presidente, a Assembleia Municipal da Guarda, julgo que não pode esquecer estes temas. A Assembleia Municipal da Guarda estará sempre ao lado, parece-me a mim, do Concelho da Guarda na justa reivindicação que temos em relação a estas matérias e, por isso, conte também com o nosso empenho e espírito solidário, em relação à Câmara Municipal, em lutar e pugnar para que, cada um destes investimentos, conheça a luz do dia o mais brevemente possível. Queria terminar esta intervenção para fazer também uma nota justa e de louvor ao trabalho desenvolvido, durante este período pandemia, pela ANAFRE. Já aqui falámos de muitas outras questões do trabalho do Município, do trabalho das Juntas de Freguesia e da ANAFRE, também, na pessoa de cada um dos senhores e senhoras Presidentes de Junta de Freguesia. Como saberão, a ANAFRE conseguiu obter, através também do envolvimento da sociedade civil, uma quantia bastante significativa, de 87 mil e 500 euros, que doou à ULS da Guarda, quantia essa que é fruto do contributo de muitas das Juntas de Freguesia aqui presentes e também da sociedade civil que se envolveu. E, por isso, um

justo reconhecimento também à Delegação Distrital da ANAFRE que, por sinal, também hoje recebe aqui uma reunião do Conselho Diretivo Nacional da ANAFRE, o que muito honra, naturalmente, a cidade da Guarda. Muito obrigado a todos.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Eu não tenho mais inscrições. Já tinha pedido? Não tinha dado conta. Então, faz favor, senhor Deputado Monteiro.” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Senhora Presidente, bom dia, demais elementos da Mesa, senhor Presidente da Câmara e senhor Vice-Presidente, demais Vereadores, senhoras e senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta, senhores Funcionários, Comunicação Social e público que assiste através dos meios digitais. Permita-me, senhora Presidente, antes de iniciar esta minha intervenção, de abrir aqui dois parenteses que era importante, neste momento, fazer. O primeiro está relacionado com os Votos de Pesar que aqui foram apresentados e que o Partido Socialista votou favoravelmente, mas não podia deixar de lembrar duas das pessoas que também me tocaram particularmente, e penso que a todos. O senhor Vereador Rui Quinaz, que tive oportunidade de conhecer quando fui Presidente da Associação de Estudantes e que nos ajudou muito e que participou sempre ativamente no apoio, nessas festas que nós íamos fazendo. Portanto, sempre foi uma pessoa extremamente dinâmica e solidarizome, neste momento, com a sua família, com os seus filhos. Também não podia deixar de referir Laurindo Prata, um empresário da nossa praça, a que muito a cidade deve. E não podia deixar de apoiar também a questão levantada, de que possa a toponímia desta cidade ter o nome dele como referência também para aquelas gerações vindouras. O segundo parenteses que eu abria, está relacionado essencialmente com aquilo que foi dito pelo senhor Deputado Henrique Monteiro. Só para dizer duas pequenas notas. É um bocadinho desonesto... ou diria, é desonesto interpretar, da forma como interpretou o senhor Deputado, aquilo que foi votado pelo Partido Socialista. O senhor Deputado Rui Ribeiro veio cá dizer que discordava disto, disto e disto, mas que apoiavam tudo aquilo que são as reivindicações para apoiar justamente os sócios empresários que não foram apoiados. Justamente porque aí, dentro dessa justiça, temos que ter sempre em consideração aqueles que cumprem escrupulosamente e que pagam os seus impostos a tempo e horas, em contraponto àqueles que não o fazem. Isso que fique claro, para que não reste nenhuma dúvida acerca disso. Também salientar o seguinte. Falou nos apoios. O Partido Socialista, durante o tempo da pandemia, fez uma carta aberta aos guardense e, nessa carta aberta, disse que este não era o momento para discutir, politicamente, as questões de fundo. Este era o momento para estarmos todos unidos na defesa dos interesses dos guardenses, perante essa emergência de saúde que ocorreu. E nessa nossa carta aberta, solicitámos, ou apoiámos e apresentámos que umas das medidas que podiam ser levadas adiante seria um fundo de apoio ao pequeno empresário e também um fundo de apoio de emergência social às famílias que, de alguma forma, até podiam ser apoiadas mais tarde pelo Estado e pelas iniciativas todas que o Estado apresentou, e o Governo, mas que num momento mais próximo podiam ter algumas dificuldades em solucionar os seus problemas emergentes. E, por isso mesmo, nós tínhamos apresentado, foram as únicas propostas que fizemos, esses fundos de emergência. Terminaria só dizendo, sobre este segundo parentese, o seguinte. O PS admite, mas

nunca, nunca, porque eu também não questiono a lealdade de nenhum Deputado aqui presente para com os guardenses, o PS também não deve ser questionada a lealdade daquilo que está aqui a fazer e na defesa dos interesses dos guardenses. Isto porquê? Porque o Partido Socialista que aqui está é o Partido Socialista eleito pelos guardenses. E sempre que for necessário, e temos provas disso na nossa história, exigir mais a este ou a qualquer Governo, seja no Serviço Nacional de Saúde ou em qualquer outro serviço, estaremos ativamente sempre na defesa dos interesses dos guardenses. É isso que nos move, é para isso que estamos nesta casa. Não estamos a representar o Governo, nem nunca estamos aqui para defender o Governo. Estaremos aqui sempre para salientar o que ainda falta fazer e aquilo que é bem feito. Sempre. Seja este Governo, ou qualquer outro. Nós não temos uma visão diminuta daquilo que deve ser a nossa posição aqui dentro. E, se me permitem, agora, faria então a minha intervenção dizendo o seguinte. Os Deputados eleitos do Partido Socialista, na Assembleia Municipal da Guarda, manifestam a sua grande preocupação com o processo da candidatura da Guarda a Capital Europeia da Cultura em 2027. Em primeiro lugar, importa sublinhar que a nossa preocupação com este processo advém, acima de tudo, do facto de considerarmos este projeto como um dos projetos estruturantes para a Guarda e para a região. Consideramos que a candidatura à Capital Europeia da Cultura de 2027, tem de ser um projeto mobilizador que permita a afirmação do nosso território nos contextos regional, nacional e europeu. No entanto, não nos deixa de preocupar o absoluto défice de informação acerca desta candidatura. Trata-se, na verdade, de uma espécie de sistema opaco do para/arranca, para o qual consideramos que a pandemia não pode ser desculpa. E foi precisamente no meio deste período de pandemia que fomos todos, todos, surpreendidos com a publicitação do contrato da Prestação de Serviços do senhor Diretor Executivo da Capital Europeia da Cultura. Discretamente, no meio desta crise sem precedentes, eis que o senhor Presidente da Câmara decide, no rescaldo do Estado de Emergência e na passagem da situação para o Estado de Calamidade, assinar, em nosso entendimento, de forma completamente irresponsável, um contrato milionário de Prestação de Serviços em que o Diretor Executivo da Candidatura da Guarda à Capital Europeia da Cultura auferir, do Município da Guarda, um valor de 120 mil euros, mais IVA, perfazendo um salário médio mensal, pelas contas feitas do período de duração do contrato, na ordem dos 7 mil euros. O adjetivo que me acorre, e ocorre ao Partido Socialista, para qualificar este contrato é, tão só, escandaloso. Como é possível que o Diretor Executivo de uma candidatura, mesmo sendo a candidatura da Guarda a Capital Europeia da Cultura, possa auferir o estatuto remuneratório mais elevado do universo do Município da Guarda? Como é possível um Diretor Executivo possa ter um salário superior ao do próprio Presidente da Câmara, ou dos seus Vereadores? O Partido Socialista não podia deixar de ser, e mais neste período sensível a que todos obriga a repensar os gastos e investimentos, não pode deixar de expressar, perante a Assembleia Municipal da Guarda, a sua perplexidade com um contrato tão ruinoso que, para além de extremamente oneroso para as finanças municipais, ainda contém uma alínea que prevê o pagamento integral do montante contratado, haja, ou não, apresentação da candidatura. Este contrato, mais do que tudo, é um ato de grande deslealdade do Presidente da Câmara para com a cidade e para com o concelho, que se reveste de maior dimensão neste período crítico em que importa apoiar as famílias, os comerciantes e os empresários e garantir a continuidade dos postos de trabalho dos guardenses. E, mais ainda, para espanto de todos aqueles que tenham alguma curiosidade...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, tem que terminar rapidamente porque já esgotou o seu tempo e aquele que eu dei a mais a todos os outros, portanto...” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Então, vou terminar, saltando aqui algumas folhas, ou lendo mais depressa.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Tem mesmo que terminar porque, na verdade, nesta altura...” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Senhora Presidente, muito rapidamente, então. Só dizer o seguinte. Como sabem, o montante já gasto pela Guarda em relação a esta candidatura, e olhando para aquilo que são as adjudicações feitas, já ultrapassa os 400 mil euros. Neste aspeto, o que o Partido Socialista gostaria de ver refletido nesta Assembleia era que, antes de continuarmos a fazer estes gastos exorbitantes, pudesse, de alguma forma, ser apresentado aqui o plano estratégico da candidatura e o orçamento. Acho que isso é de elementar justiça, senhor Presidente. E penso que esta Assembleia, e nós, o Partido Socialista disse aqui claramente que é a favor desta candidatura, mas penso que esta Assembleia tem que saber o que se está a passar em relação a estes gastos e qual é que é o plano estratégico, qual é que é o orçamento. Termino só dizendo isto, senhor Presidente. Esta semana foi inaugurada a sede da candidatura. Senhor Presidente, eu perguntava-lhe só uma coisa. Quem é que são os Vereadores da Autarquia? É que ficamos com a sensação que só existem os Vereadores do Executivo, porque os outros Vereadores, por aquilo que sei, nem sequer foram convidados. Nós estamos a falar em mais três Vereadores, não estamos a falar numa situação em que me pudesse dizer que, perante esta situação, não podem estar presentes. São mais três Vereadores que nem sequer souberam. Eu penso que a maior parte dos que aqui estão nesta Assembleia também não souberam que foi inaugurada a sede da candidatura. Portanto, aquilo que se está a passar é aquilo que nós estamos a afirmar, é um sistema totalmente opaco. Nós desconhecemos em absoluto e aquilo que os guardenses exigem e o Partido Socialista exige ao senhor Presidente é que, de uma forma transparente, traga a esta Assembleia para que, daqui amanhã, as contas não se degradem ao ponto de dizer que ninguém avisou, ou que ninguém chamou à atenção. Senhor Presidente, exigimos isso. Muito obrigada, senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Ora, já toda a gente esgotou o tempo. Só os senhores Deputados Independentes é que ainda não. Querem usar da palavra? Não. Muito bem. Senhor Presidente da Câmara, faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhora Presidente, restantes Membros da Mesa, meus colegas Vereadores, senhores Deputados, senhores Jornalistas, Público que nos acompanha por via digital. Em primeiro lugar, de facto, já nos associámos todos a este momento triste da morte de mais um guardense. Um guardense que eu poderia, todos nós, afirmar, cidadão dos sete costados. Defensor intransigente daquilo que são os valores essenciais da nossa identidade enquanto comunidade guardense, como foi o Dr. Quinaz, mas também Laurentino Prata e também o nosso médico que recentemente nos deixou. Todos dedicaram sua vida, para além da

família, a profissão, também à Guarda. E isso serve também para nós como exemplo de que, no futuro, deve cada um estar convocado para afirmar exatamente esses valores.-

Depois, dizer, tentar ser o mais rápido possível, muitas foram as questões. Dizer também que, de facto, a pandemia é que nos trouxe aqui a este espaço. E permitam-me também aqui, como a senhora Presidente, e bem, referiu, invocando também um dos nossos artistas, eu aqui invocava também Rui Massena e só a primeira frase que ele disse quando esteve no TMG: o TMG é hoje, repito, hoje, um dos teatros mais importantes do País. Portanto, é um teatro que sempre nos orgulhou. Mas é verdade que o trabalho que foi feito ainda nos orgulha e é reconhecido também nacionalmente que ainda hoje é um dos maiores de Portugal. Portanto, isto é bom sinal de que quando as heranças também são transmitidas, quem as recebe tem o respeito e a capacidade de manter o nível de produção artística que este equipamento possui. -----

Deputado Marco Loureiro, dizer-lhe que, relativamente às suas questões, há dois momentos que são cruciais. Um momento em que se pensa fazer e depois um momento em que acontece a decisão. Se nós, em novembro do ano passado, pensámos fazer a BTL e se depois apanhamos uma pandemia pelo meio, mas assinámos contratos, assinámos acordos, houve negociações e chegámos a um momento em que vimos que não era possível executar este contrato. E, por isso, não sendo possível, nós mantivemos o mesmo contrato para o ano que vem, a não ser que entrássemos num litígio e disséssemos assim: nós não vamos pagar por causa da pandemia. Um litígio e não celebrávamos o contrato, como o senhor Deputado referiu, neste período da pandemia. Não há nada de injusto, são as circunstâncias e só temos que as entender e adaptarmos-nos a estas situações extraordinárias. Porque também o homem é um animal de hábitos, temos dificuldade e isso é bem claro numa situação tão enorme e extraordinária, mesmo que nós tenhamos essa capacidade de nos adaptar, é sempre difícil nestas circunstâncias. E nesta circunstância foi mesmo isso. Não podemos dizer que já não há contrato. Há obrigações assumidas e, portanto, tivemos que fazer a contratualização no período oportuno, da circunstância oportuna que o justificou. O guia do investidor, não estamos a fazer mais um guia do investidor. Repare, o guia do investidor, que nós já temos há alguns anos, necessita de atualização. Sabe porquê, senhor Deputado? Porque nós, neste momento, temos quatro ou cinco lotes disponíveis. Temos que dizer aos investidores que vamos ter uma terceira fase da Plataforma Logística. Vamos identificar essa nova opção. Mas também queremos que, quem olhe para o guia do investidor, não veja lá só metade da PLIE preenchida. Nós queremos é que veja já a Plataforma Logística como está hoje, preenchida com empresas. Portanto, é esse carácter dinâmico que nós temos que dar também aos instrumentos de planeamento, de promoção, também do tecido empresarial. E, com certeza, que há três anos que temos o mesmo documento e estamos a atualizar um documento que já existe. 7 mil euros, não se fazem omeletes sem ovos. Mas também é certo que, mais de metade desse valor, está numa candidatura das Cidades CENCYL. Mais uma razão pela qual também justificou. Ou seja, na relação que temos de apresentação de candidaturas transfronteiriças, considerados de Castilla y León e Centro de Portugal do qual nós fazemos parte, integramos ali também metade desse valor de 7 mil euros. Decidimos há alguns meses atrás e cai, efetivamente, na

pandemia, mas são as circunstâncias. A teleassistência é um processo já longo na Câmara da Guarda. A teleassistência, tem mais de dois anos. É uma parceria entre a GNR, o Comando Distrital da GNR da Guarda, o Município da Guarda e também os vários Municípios do Distrito, também envolve os diferentes Concelhos do Distrito da Guarda, e também ADSE. E, portanto, este é um projeto que já foi decidido há muito tempo e que a sua assinatura, a sua concretização, aconteceu neste período. Que circunstância alheia ou anómala pode, de facto, provocar tanta dúvida na mente do senhor Deputado, quando as coisas são assim? Que dizer, não há outra forma de as compreender porque também queremos ser transparentes. Como disse ali o senhor Deputado Monteiro, que não há transparência. Não. Nós estamos cá exatamente para explicar. As perguntas foram muitas, vou tentar ser o mais conciso possível. -----

Dizer também que relativamente às UEPS, e respondendo também à Dulcineia, ao Tiago Gonçalves, salvo erro, que me colocaram essa questão. Nós, em final de janeiro deste ano, tivemos uma reunião com o Comando Nacional da GNR, com o General Botelho Miguel. Exatamente porque já tínhamos a decisão política. E constava-se aí, como também passou numa reportagem da televisão, algo inédito porque de facto esta reportagem assenta em factos passados. Não tinham já a ver com a realidade conhecida pelo Presidente da Câmara da Guarda. E a realidade conhecida pelo Presidente da Câmara da Guarda foi aquela que não passou na própria reportagem. Sabem porquê? Porque nós dirigimo-nos, exatamente porque também tivemos as mesmas dúvidas, mas em fevereiro, de que as UEPS já nem vinham para a Guarda, como daquela reportagem, e com todos os intervenientes que a mesma teve, resultou. Por acaso, eu só falei na parte final porque gastei vinte minutos, ou quase trinta minutos a falar com o jornalista. Curiosamente, só tiram as pequenas conclusões para dar corpo à peça que quis passar a imagem de que já não vinha para a Guarda e que a Unidade era mesmo esta e que vai para Coimbra. Nada disso. Portanto, eu estive no Comando Nacional, acompanhado até do meu Chefe de Gabinete, com o General Botelho Miguel, onde ele, cara a cara, exatamente no seu gabinete, e depois de ouvir as minhas dúvidas em final de janeiro deste ano, e dizendo: olhe, consta-se isto. Isto é verdade? Preocupa-nos. A Guarda assumiu, o poder político assumiu. Há um problema com a hierarquia da GNR? E ele ouviu-me, calmamente, até ao fim, as minhas palavras. E, no fim, explicou-me também com a mesma naturalidade com que eu lhe dirigi a minha preocupação: «- Senhor Presidente, tenho-lhe a dizer que não é verdade. A Unidade que vai para Coimbra não tem nada a ver com a Unidade, aliás até é uma Subunidade, com a Unidade que vai para a Guarda e nós estamos empenhados que esta Unidade aconteça na Guarda.» E, portanto, saí daquele gabinete com o acordo de que em março nós iríamos fazer uma reunião técnica, com técnicos do Município da Guarda, com técnicos também da GNR Nacional e, quiçá, também, em representação do Ministério da Administração Interna (esta questão ficou em aberto). Claro que este problema implica também, por parte do Município da Guarda, envolver um outro interveniente importante que é o Instituto de Mobilidade, o IMT, Instituto de Mobilidade Terrestre, porque está a ocupar aquele espaço. É uma questão que a Câmara da Guarda vai resolver. Mas há uma coisa que é essencial, é exatamente a adaptação daquele equipamento. E a reunião técnica é o mais urgente porque fazer projetos, fazer obras, com as contratações respetivas, isto é o que

mais me preocupa naquilo que é a responsabilidade da Câmara, porque eu sei que tudo demora muito tempo. E, então, a primeira coisa é saber o que é que se pretende para aquele espaço e que obras é que temos que fazer. Obras essas assumidas, quer com a Administração Interna, quer também com o senhor General da GNR, da Guarda Nacional Republicana, pelo Presidente da Câmara porque as obras serão suportadas pela Câmara Municipal da Guarda. Só que, verdadeiramente, chegamos também a um outro especto que foi focado: e agora o que é que se faz ao IMT? É uma questão que temos que resolver. Já agendámos também uma reunião com os responsáveis do IMT. Mas não fosse este período extraordinário e todas estas questões, nós já teríamos reunido, já teríamos tido a reunião técnica. Mas não foi possível. Verdadeiramente, o que passou foi uma falsidade naquele programa. Uma falsidade que até nos custou de facto aqui, da parte do senhor General, alguma incompreensão. Porque o Presidente da Câmara esteve no seu gabinete, disse-se uma coisa, afirmou-se uma coisa e, depois, naquela peça, o que resulta é uma coisa completamente diferente. Fica mal a Guarda. Fica mal o Presidente da Câmara. Ficamos mal todos. E, por isso, é preciso ter muito cuidado naquilo que é a oportunidade de intervenção no discurso público, principalmente quando são questões da maior importância para a cidade da Guarda e no qual nós temos que ser transparentes, credíveis, de confiança, porque nós somos gente de confiança. E foi isso que eu tive a ocasião, depois de incessantemente ter estado duas semanas sem ser recebido, sem ser ouvido pelo senhor General, finalmente ele conseguiu, depois de um e-mail que eu lhe enviei a explicar toda a situação, falei na quinta-feira passada exatamente com o senhor General e sanámos todas as circunstâncias. E eu, mais uma vez, reiterarei esta preocupação de nós avançarmos imediatamente com esta reunião técnica porque não há mudanças em períodos de incêndios, nem em períodos de calamidade ou de pandemia. Isso é claro e foi-nos dito. Na altura ainda não se previa a pandemia, mas na época de incêndios nunca aconteceria esta mudança da Unidade para este espaço. E, portanto, é a situação. Depende, em primeira linha, desta reunião técnica e é isso que o Município da Guarda está empenhado e tem que a fazer com maior urgência, porque temos de fazer obras de adaptação e essas preocupam-nos. Ao mesmo tempo que vão demorar essas obras, vamos tentar chegar a uma solução com o próprio IMT para ver como vamos resolver a situação. Sendo que também temos uma outra questão, mas espero que essa seja uma não questão, que é mesmo o facto de estar lá a Secretaria de Estado da Ação Social e que nós bem sabemos que irá para outro local. E, portanto, espero que essa situação não se coloque sequer àquilo que é a pertinência da decisão tomada pelo Governo e também com o beneplácito e o interesse do Município da Guarda. -----

Dizer ao senhor Deputado do CDS que, relativamente à questão das escolas, nós não fechamos escolas. Isso é bem patente. Nós criamos condições, que são cada vez melhores, para os nossos alunos. E de acordo, como o senhor Deputado também sabe muito bem, e sabe igual a nós, que há uma Carta Educativa que determinou que é melhor hoje para o ensino na Guarda a criação de Agrupamentos de Escolas. É a Carta Educativa que o diz. São especialistas, por isso pagamos. E a Carta Educativa, com a qual nós estamos articulados e assumimos aqui no nosso contexto educacional, propõe exatamente essa solução. E o objetivo não é fechar escolas. O objetivo é melhorar as

condições físicas, psicológicas e humanas para que os nossos alunos possam desfrutar do meio escolar que favoreça, de facto, a aprendizagem, a integração e o seu desenvolvimento. Esse é o nosso foco. Não temos dúvida nenhuma de que essa é a nossa motivação e que esse é, de facto, o nosso caminho. Deputado Henrique, é isso que eu tenho para lhe transmitir. É verdade que há opções, há prioridades. Já ouvi aqui também várias pessoas a colocar a questão das prioridades. Estas são as nossas, alicerçadas em documentos técnicos, em pensamento estruturado e, como tal, é isso que nós nos propomos fazer nesta matéria da educação e escolas para os nossos alunos. Entretanto, também nas IPSS's, como sabe, levámos à aprovação, temos hoje aqui para aprovar em Assembleia o nosso Regulamento de Apoio às IPSS's. Falaremos, mais tarde, sobre essa matéria. Não conseguimos, efetivamente, estar em consenso nesta questão do IMI, da Derrama também, porque para este ano, como já falámos, não é possível fazer este tipo de alteração. E concluindo, naquelas questões que me colocou, armazenar não. Nunca. É desumano e, portanto, acho até um pouco ínsita àquilo que é a afirmação da Carta Educativa e para aquilo que é a nossa política também de favorecimento e desenvolvimento dos nossos alunos. Dizer também que não falei sobre o stand aqui da BTL, já está também resolvido. Peço desculpa. -----

A Dulcineia Moura, eu tenho a dizer que concordo substancialmente com aquilo que referiu. Dizer-lhe que, relativamente à saúde, é para nós um setor estruturante, não só porque queremos afirmar também aquilo que foi a nossa história e foi à custa da saúde que a Guarda é hoje aquilo que se afirma no panorama nacional. E se tivermos, de facto, cuidados de saúde deficientes, que não envolvam a população, que não estejam próximos do interesse das populações, que não sejam desenvolvidos de forma competente, de forma eficaz, nós não prejudicamos só o bem-estar das pessoas. Nós prejudicamos também o desenvolvimento económico, empresarial, de investimento. Porque a segurança, nós falámos já hoje aqui muito de segurança, mais do que noutras sessões, porque hoje estamos todos sensibilizados para esse especto e percebemos claramente que a segurança também se faz investindo, cada vez mais, na saúde. Estamos a falar duma instituição que tem, em primeira responsabilidade, o Governo Português, que delega nos seus representantes na ULS a responsabilidade de desenvolver este serviço essencial à população e, portanto, todos, em conjunto, na questão da Saúde, devemos reivindicar cada vez mais. Não é só em recursos financeiros porque, na minha opinião, até existem. É preciso é reivindicar mais valências, mais competências, mais médicos, médicos qualificados, médicos que estejam disponíveis para apoiar exatamente a prestação deste tipo de serviços. E, por isso, temos defendido, muitos de nós, também a criação do Centro Hospitalar Universitário. Algo que o Conselho de Administração nunca deu uma única resposta ao Presidente da Câmara. Em termos de diálogo institucional, de ética política, de ética de governação, devia a senhora Presidente, o Conselho de Administração, ter tido, que não teve... aliás, eu lamentei, elogiando também o seu desempenho, mas lamentei nas últimas declarações que prestei a propósito da cessação de atividade de todos os Membros deste Conselho de Administração. No entanto, temos que estar apostados no futuro. E eu acredito que possa iniciar-se um novo diálogo e uma nova perspetiva para afirmar a ULS da Guarda como uma estrutura de saúde relevante para o território, concorrente, competitiva,

capaz de afirmar aquilo que são os nossos profissionais de saúde, mas principalmente os cuidados de saúde que vão ser prestados para uma população envelhecida e que, cada vez mais, necessita desses mesmos cuidados. Dizer também que, relativamente ao Hotel Turismo, é uma matéria que há a cedência da posição contratual da MRG a uma empresa, a um grupo financeiro. Ela já foi realizada só que está no Ministério das Finanças para autorização. Enquanto o Ministério das Finanças não autorizar essa transmissão da posição contratual no contrato de concessão celebrado com o Turismo de Portugal, nada acontecerá a partir daí. Portanto, acontecerá se houver essa autorização e nesse momento acredito que o Hotel Turismo possa, efetivamente, ser objeto de obras e ser devolvido à cidade. Dizer também que... relativamente às UEPS já esclareci. O turismo é também um foco e um eixo estruturante de desenvolvimento. É evidente que hoje percebemos exatamente que o turismo de massas pode ter algum, não vou dizer o fim anunciado, mas vai ter, de alguma forma, também limitações várias naquilo que é a procura. E, por isso, os territórios do interior, todos os territórios que têm de facto investimento feito ao longo dos anos, que necessitam cada vez mais de pessoas que os utilizem, que venham usufruir daquilo que nós temos para oferecer e todo o interior tem essa capacidade. Tem a capacidade de disponibilizar hoje equipamentos de alojamento local, de hotelaria, de pousadas que estão alicerçadas já numa perspetiva de qualidade de serviço. Mas, se não houver uma estratégia bem definida para que estes cidadãos que não querem estar nos grandes centros, que não querem estar próximos das grandes multidões, mas querem vir com a sua família, querem usufruir dos espaços naturais, de espaços também construídos, beneficiar da gastronomia, da cultura, da história, o Município da Guarda está envolvido nisso. O Município da Guarda tem feito um investimento, ao longo destes anos, naquilo que é a promoção turística, mas também das suas potencialidades turísticas, desde as praias fluviais, os Passadiços do Mondego, o envolvimento agora com as diferentes Freguesias onde também provocamos que cada Freguesia possa publicitar, promover também de forma digital em colaboração com a Câmara, aquilo que têm de melhor para oferecer a quem visita. E são essas iniciativas, ainda numa dimensão que nós queremos que seja cada vez maior. Ainda não está nessa dimensão, é um trabalho que nós temos que potenciar, que desenvolver cada vez mais, com estratégias também mais profissionalizadas, com estratégias mais próximas e promotoras do território. Desde logo, com o conhecimento que temos que ter daquilo que queremos vender..." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Senhor Presidente, tem que terminar. Já esgotou o seu tempo e o limite máximo que dei ao PS. Por isso, neste momento, é quem já mais falou. Por isso, peço-lhe que termine rapidamente." -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** "Ok. Para terminar, se me permite, então, senhora Presidente, as perguntas foram muitas. Peço desculpa por isso... e depois já ando aqui com os papéis todos juntos. Torre dos Ferreiros, só aqui ao Deputado Aires Diniz. Dizer-lhe que as obras não pararam, as obras estão em curso. Se há problemas, nós desconhecemos, na tal casa de banho pública. Vamos ver dessa questão. A recolha do lixo é fruto da circunstância das pessoas estarem mais tempo em casa. Aproveitam para fazer arrumações, tratar do jardim, acumulam muito mais lixo nos locais que são

destinados para o efeito e por esse motivo também temos sensibilizado a empresa. A empresa tem reagido para evitar e tem respondido imediatamente, mas são situações que têm sido criadas e nós procuramos, efetivamente, dar desde logo essa resposta. ---

Ao Deputado Monteirinho, só transmitir-lhe o seguinte. Nós acabámos de apresentar como um documento essencial para a próxima reunião de câmara e, por isso, não o trouxemos hoje aqui, embora o tenho aqui na mão, que é o Relatório Intercalar das medidas que já foram tomadas no âmbito da Capital Europeia da Cultura, mas também das medidas que vamos prosseguir nos próximos tempos, até ao final do ano de 2021, sem prejuízo de ainda acrescentar outras que vão sendo suscitadas. Levaremos, na próxima segunda-feira, à Reunião de Câmara para aprovação. Documento este que vai ser tornado público a partir daí, onde todos nós podemos perceber qual é a estratégia, quais são as ações, o que é que nós queremos alcançar com este projeto da candidatura. É um documento intercalar, não é um documento definitivo. Mas já demonstra muito daquilo que nós neste momento fizemos, queremos prosseguir. E, portanto, dizer também, para terminar, que nós fizemos a contratualização, algo que já tinha sido decidido há muito mais tempo. Aconteceu agora porque o Arquiteto Pedro Gadanho estava fora. Ele começou a exercer as funções a partir deste momento, começa a receber a partir deste momento. E, por esse facto, nós também temos a noção clara que é uma pessoa que vai ao encontro daquilo que foram as exigências desta candidatura e que nós nos propusemos. Claro que é um valor, concordo consigo, é um valor que é elevado, mas também os bons profissionais eles fazem-se pagar. Sabemos da importância que ele teve em termos profissionais...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, tem que terminar, por favor. Já ultrapassou em muito o seu tempo.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Já vou terminar. E, por isso, dizer-lhe que essa foi a opção contratual. É verdade que o Município quanto melhor for gestor de contas, melhor consegue também salvaguardar os interesses dos cidadãos, os nossos interesses públicos. Mas dizer-lhe também que esta foi, depois de negociado, foi a solução que nós encontramos. Podia ter sido melhor. Mas nós não conseguimos fazer melhor nessa matéria financeira. Muito Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Terminámos este período. Eu acho que é melhor interrompermos agora para almoço e iniciamos depois a Ordem de Trabalhos a seguir ao almoço. É uma menos um quarto. Duas e um quarto aqui, por favor. Está bem? Para depois também não alongarmos demasiado o período da tarde. Saiam por baixo, por favor, pelas portas laterais. Muito obrigada, bom almoço. E tentem sair espaçadamente. Não façam aglomerações, por favor.” -----  
-----  
-----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Sentem-se, por favor, para podermos contar para ver se temos quorum. Eu não tenho a videoconferência ligada, não tenho ecrã. Não tenho imagem. Pronto, temos quórum. Podemos, então, retomar os trabalhos

agora do período da tarde. Entrávamos, agora, no Período da Ordem do Dia. Eu tenho um pedido do senhor Deputado José Carlos para fazer um pequeno esclarecimento relativamente à intervenção da manhã. Faça favor.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Em relação à intervenção da manhã, que fomos acusados de não termos feito o trabalho de casa ali pelo senhor Presidente. Alegadamente alguém informou foi mal, ou então houve aqui um mal-entendido, o que interessa é que as coisas fiquem esclarecidas. A proibição do estacionamento dos veículos pesados de mercadorias é dentro da Freguesia da Guarda. O que nós alegamos na intervenção Quinta das Covas, aquela rua, a Rua das Maias, ainda pertence à Freguesia da Guarda. Portanto, o limite da Freguesia da Guarda é a A25 na chamada reta do Outeiro de São Miguel. Portanto, é só recuar a placa cem metros para que toda a gente seja tratada de igual forma. Obrigado.” -----

## PERÍODO DA ORDEM DO DIA

### Ponto 2.1 - Assuntos de Interesse Geral Municipal. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Entrávamos, então, agora, na Ordem de Trabalhos e o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos é, como habitualmente, os Assuntos de Interesses Geral Municipal. Nós temos inscritos, para este ponto, o CDS, precisamente. Começamos pelo Grupo Parlamentar do CDS com os temas Economia, Mobilidade e Ambiente. Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Muito boa tarde, muito obrigado. Cumprimento a senhora Presidente, o senhor Presidente de Câmara e todos os presentes. Só uma notazinha para o senhor Presidente que, há bocadinho, justificou a questão da agregação das Escolas na C+S de São Miguel, que se suportou em pareceres técnicos. Mas eu pergunto, quantos desses técnicos são Professores? Nenhum. Essa gente trata as crianças como números. Olha para números e olha para estatística. Os Professores olham para as crianças como pessoas e como alunos que são. Ora, eu começaria por deixar uma palavra de louvor a todos aqueles que tiveram na chamada linha da frente do Estado de Emergência e que ainda se mantêm no Estado de Calamidade. Estamos a falar de profissionais de transportes que trabalham nos serviços, no comércio que nos abastecem de bens essenciais, Forças de Segurança, Proteção Civil, Bombeiros, oficinas que não fecharam para que nós pudéssemos continuar a circular, agricultores que continuaram a cultivar as terras, Professores que se excederam para garantir a aprendizagem de seus alunos e muitos outros, nas fábricas e em muitos setores. E alguns até tiveram que se reinventar para produzir material de proteção para todos nós. Não quero também deixar de dar aqui uma palavra a todos os que trabalham na área social, que foram verdadeiros heróis no apoio e na proteção a um dos setores mais vulneráveis da nossa sociedade. Uma palavra de louvor também para os Autarcas de Freguesia pelo apoio de proximidade que deram aos seus fregueses, principalmente àqueles que dessa ajuda mais necessitaram. Não falei dos profissionais de saúde, ficaram para o fim mas foi intencionalmente. Sabemos o nível de exigência a que estiveram sujeitos, quer do ponto de vista físico, quer do ponto de vista psicológico,

trabalhando no olho do furacão, muitas vezes afastados da própria família por imperativos de proteção. Temos com eles uma dívida de gratidão. E essa dívida de gratidão é tanto maior quanto nós sabemos as circunstâncias em que tiveram que lutar contra a pandemia do Covid-19, sem equipamentos de proteção e sem os meios básicos para combater o vírus. Mas não é apenas contra o vírus que lutaram esses profissionais. O combate no setor da saúde é diário e é contra, sobretudo, a incompetência na gestão e as opções políticas dos Governos. Não só deste, de todos. Infelizmente a Guarda pode queixar-se de todos. Exemplo disso, e já foi aqui referida, foi a reportagem que vimos no passado dia 13. É vergonhoso que a saúde no interior, e por maioria de razão no Distrito da Guarda, tenha chegado ao ponto a que chegou. Uma saúde de terceiro mundista é aquela que é colocada ao serviço de quem vive neste Distrito. Razão tinha o CDS nas Moções que apresentou e razão tinham os partidos que as votaram favoravelmente, incluindo o Partido Socialista a quem esta autocrítica e autocensura lhe fica bem. Mas, pelos vistos, tudo continua para pior e nada foi feito daí para cá. A política e aproveitamentos políticos das situações é aquilo que nós temos visto. E é com estas situações que os políticos da Guarda têm que se preocupar e é para esses problemas que têm que olhar. Mas quando a Guarda precisa de coesão e união, aquilo que lhes é servido é divisão. Quando a Guarda precisa de consenso, servem-lhe polémicas. Quando o interesse coletivo deve prevalecer os interesses individuais, preenchem o tempo e apropriam-se dos esforços. Não há futuro que se possa discutir nessas circunstâncias nem plano de salvaguarda que nos salve seja daquilo que for. Sabem qual foi o principal sintoma da pandemia? Não foi a febre, não foi a tosse, não foi falta de paladar, não foi a falta de olfato. Foi a incoerência dos responsáveis políticos. Enquanto os portugueses estavam confinados, as atividades económicas encerradas, a atividade religiosa suspensa, eis que um dia aparece o senhor Primeiro-Ministro e o senhor Presidente da República num concerto no Campo Pequeno. Que exemplos é que estamos a dar à sociedade? Esperemos que, com casos destes, os esforços dos portugueses não tenham sido em vão. E, aliás, notícia agora da 13h00, dezassete países do Espaço Schengen não abrem fronteiras a Portugal. O que é que a Europa sabe que a nós nos está a ser escondido? Esta questão é pertinente. Com esta dualidade de critérios e atitudes, não me estranha em absoluto que, também, aqui, no nosso burgo, apareçam pareceres a dizer que se devia ter realizado uma Assembleia Municipal e pareceres que não se devia ter realizado. Acho que esteve bem o senhor Presidente de Câmara quando decidiu da não realização e o CDS teve uma posição clara nesta matéria. Sem pás não se pode fazer o caminho, o Executivo não pode fazer o caminho a que se propôs. E como é que nós o vamos avaliar no fim? Vamos avaliá-lo por aquilo não fez? Ou por aquilo que não lhe foi permitido fazer? O CDS, de forma responsável, deu o seu contributo apresentando propostas durante o Estado de Emergência. Outros optaram por não o fazer. Outros então preferiram desencadear polémicas. Deixe-me dar algumas notas positivas, até para a gente amenizar um bocadinho a coisa. Parece que finalmente foi desbloqueado o processo de pavimentação dos remendos de cubos nas vias da cidade, tantas vezes aqui reclamado pelo CDS. Também foram colocados semáforos nos locais negros da sinistralidade, também aqui tanto reclamado pelo CDS. Mas, eu sou ignorante na matéria, embora seja às vezes um ignorante atento, e parece-me despropositada a

colocação, junto à Repsol, no sentido descendente, de um semáforo depois da curva quando a perigosidade está na curva. O CDS também alertou aqui e defendeu aqui a adoção de uma solução definitiva que dignificasse a feira quinzenal. Parece que há notícias de que haverá uma solução na calha. Importa que essa solução seja mesmo a definitiva, que seja um projeto com princípio, meio e fim e não apenas mais uma manobra de diversão para entreter os comerciantes, até porque vem muita gente de fora vender à Guarda e essa gente vende a imagem da Guarda fora. Isso também nos deve preocupar. Relativamente...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, tem que terminar.” ---

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Termino já. Relativamente ao Centro de Exposições Transfronteiriço há notícias, desenvolvimentos, avanços, recuos, agora há para aí uns investidores que não se sabe muito bem quem são. Em que é que ficamos? A Câmara já fez a análise, como ficou deliberado nesta Assembleia, do espaço do Mercado Municipal? As decisões da Assembleia são vinculativas. O local da feira não era também uma das soluções? É verdade que a Câmara Municipal vai garantir uma renda de 800 mil euros, durante 25 anos, ao promotor dessa iniciativa? Senhor Presidente, se isso for verdade, eu, Henrique Monteiro, sou candidato a promotor da construção do Centro de Exposições Transfronteiriço. Não sei se aqui o meu companheiro de Assembleia, Aires Diniz, que agora também é um apologista da iniciativa privada, também será. Mas, provavelmente, haverá aqui muito candidato a um negócio destes. Muito sinceramente, senhor Presidente...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Tem que terminar, senhor Deputado.” --

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “... acho que, a partir deste momento, fica obrigado a lançar um concurso público, à semelhança daquilo que fez com os transportes e bem, em nome da transparência e da igualdade de oportunidades. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir sobre esta questão? Faz favor, senhor Deputado Matias.” ----

- **Deputado Messias Matias Coelho (PS):** “Boa tarde a todos. Eu só queria discordar um pouco com o senhor Deputado Henrique Monteiro sobre o que referiu da falta de material de proteção individual dos profissionais de saúde no Hospital da Guarda. Não é verdade. Portanto, do que eu sei, não houve falta nenhuma de material em lado nenhum, nem no Hospital da Guarda, nem nos Centros de Saúde que estavam abertos a receber Covid. Houve tanto material de sobra que, inclusivamente, eu faço parte do Rotary Club da Guarda e o Rotary Club ofereceu quinhentas viseiras ao Hospital da Guarda e o Hospital da Guarda denunciou. Disse que já não necessitava desse material. Portanto, na Guarda, que eu saiba, não houve falta de nenhum material. Era só isso que eu queria dizer.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém para intervir? Não? Muito bem. Então, passemos... Peço desculpa. Faz favor, senhora Presidente de Junta, Eugénia.” -----

- **Deputada Eugénia Nunes, Presidente da Junta de Freguesia de João Antão (PSD):** “Peço desculpa. Eu só queria responder ao senhor Doutor. Eu, profissionalmente, trabalho no Centro de Saúde onde, não digo que seja a equipa que está com o Covid, mas para os outros profissionais de saúde quero referir que não há o equipamento de proteção assim em abundância ou em exagero. É preciso controlar e nem sempre está disponível quando necessário.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais ninguém? Passemos, então, ao Grupo Parlamentar do PSD. Resposta à Pandemia e Programa de Salvaguarda e Regeneração Urbana. É isso não é Tiago? Muito bem. Senhor Deputado Tiago Gonçalves, quem faz a primeira? Muito bem. Diogo, faz favor.” -----

- **Deputado Diogo Isidro (PSD):** “Boa tarde a todos, senhora Presidente, senhores Membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara, restantes Vereadores, Técnicos da Câmara, Comunicação Social e Público que vê em casa em casa. Caras e caros colegas, o mundo foi abalado por uma crise de saúde pública de dimensões nunca antes vistas na geração de qualquer um de nós. Os danos económicos e sociais são já visíveis. São transversais na sociedade e não sabemos ainda a dimensão da crise financeira que se aproxima. Só antevemos, com realismo, que terá consequências no futuro das famílias e das empresas. Importa, pois, assegurar, em todos os níveis de responsabilidade, uma resposta eficaz para colmatar os efeitos nefastos de um empate que, na última vez que reunimos nesta Assembleia, nos parecia inimaginável e até impossível. À nossa escala, devemos assinalar a pronta reação do Município da Guarda, logo que surgiram os primeiros sinais de risco social. Em boa hora foi criado o Programa Salvaguarda. Mas, mesmo antes da formalização de um conjunto de quase três dezenas de medidas, já esta Câmara intervinha no apoio à economia local antecipando os prazos de pagamento e reforçando a aquisição de bens e serviços aos fornecedores locais. Com isto, foi injetado, na fase inicial desta crise, próximo de um milhão e meio de euros. O Programa Salvaguarda foi, e ainda está a ser, um plano vigoroso de ações concretas, e não apenas intenções, de apoio a famílias, comércio, empresas e instituições da Guarda. Abrangeu todas as áreas, desde a redução de 30% nas tarifas da água, saneamento e resíduos sólidos, à isenção de rendas, taxas e pagamentos vários, incluindo a frequência de ATL, ocupação da via pública com esplanadas, ou estacionamento em zonas com paquímetros. Apoiou todos os setores envolvidos na primeira linha da resposta à pandemia, desde profissionais e unidades de saúde, a corporações de bombeiros e forças de segurança e proteção civil. Contribuiu para a capacidade de resposta na área social em pronta parceria com as IPSS’s, junto das quais foi possível desenvolver um atempado e eficaz programa de testes que preveniu o avanço da covid-19 para que possamos dizer que, pelo menos, até agora, conseguimos vencer a doença. Salvaguardou o apoio financeiro a coletividades que viram a sua atividade reduzida ao mínimo. Antecipou o pagamento às Freguesias. Antecipou a execução de investimentos no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano e também reagendando espetáculos e atividades culturais, evitando, assim, que a cultura e os seus agentes fossem esquecidos. Aconteceu também a assistência de meios a alunos que não tinham acesso a internet e computadores. E, permita-me, senhora Presidente, fazer uma nota

aqui relativamente ao tema de manhã. O meu caro Deputado Marco Loureiro, ou fez as contas mal, ou então tem que nos contar onde é que arranja computadores tão baratos. E tantas, mas tantas medidas que aqui podíamos enunciar. O impacto económico e social deste programa está longe de poder ser mensurado. Mas, em termos de investimento direto, o Município ultrapassou, até à data, 1 milhão de euros. Aliás, bem acima de 1 milhão de euros. E esta pronta resposta só foi possível também graças a uma política de contas certas e rigor orçamental que esta Assembleia terá hoje oportunidade de verificar mais tarde. Não nos endividámos, não tivemos de fazer escolhas difíceis, não deixámos ninguém nem nada para trás. Os recursos disponíveis permitiram, e vão continuar a permitir, dar uma resposta, em forma de estímulo, à economia e apoio à família e aos setores produtivos do nosso Concelho. Claro que não podemos ficar por aqui e não vamos ficar por aqui. Agora, mais do que nunca, teremos que ir para o terreno munidos de políticas proactivas e ousadas nas de apoio ao investimento e à criação de emprego. Felizmente vai longe, mas ainda demasiado presente na nossa memória e nas histórias com rosto que muitos de nós conhecemos, o tempo em que em que se viveram, nesta cidade, grandes dificuldades em centenas de famílias quando não houve coragem, nem capacidade política para travar o desastre social que foi, há menos de dez anos, o encerramento de uma empresa da dimensão da Delphi, seguindo-se a falência em cadeia de tantos pequenos e médios negócios. Chegou-se a empregar mais de três mil pessoas, algumas delas com elevada qualificação. Dois anos e meio antes de encerrar, fez um grande despedimento em massa. Lembra-se? Prometeu que seria o último. E para quem geria o Executivo na altura, foi o bastante para dormirem descansados. Mais uma vez, importa lembrar a história para que não nos esqueçamos. Em dezembro de 2010, perdemos o campeonato da ação, ou então ganhámos o da inação, para uma cidade vizinha. E um ano depois perdíamos outro, o da instalação de um grande Centro de Dados numa cidade que tinha de ser alta e fria, também para outra cidade vizinha. E assim fomos perdendo e perdendo mais, perante a passividade de quem nos governava. Ou, se calhar, bem vistas as coisas, nem perdemos nada porque só perde quem vai a jogo. Hoje, felizmente a história é diferente. A primeira resposta à crise demonstra que não ficámos parados. Por isso, no plano pessoal, e creio que falando na maioria dos que aqui estão presentes, quero deixar um agradecimento a todo o Executivo e pedir que prossigam com forçado empenho. Para além disso, também nos dizem que as circunstâncias desta crise são diferentes. E são. Não há culpados. Mas haverá culpados sim, se todos os anúncios governamentais que nos chegam em catadupa, não passarem afinal de meras intenções que exploram a esperança. E a verdade é que já vamos tendo sinais de que nem tudo o que parece efetivamente é. O regime de layoff e outros apoios aos trabalhadores e às empresas, não chega a todos os setores. As linhas de crédito propostas pelo Governo, rapidamente ficaram esgotadas ou esbarrão numa análise de risco que não é realista para um tempo de emergência, nem leva em conta as prometidas garantias públicas. O dinheiro, em suma, tarda em chegar às famílias e às empresas, tantas são as dificuldades e o peso burocrático. Na verdade, os governos socialistas habituaram-se à gestão da coisa pública quando há dinheiro. Mas quando o dinheiro falta, todos sabemos, o registo histórico do PS é de insucesso e, por mais do que uma vez, levado ao extremo. As gerações aqui presentes já passaram alguma vez

pela consequência do colapso das contas pública. Eu, embora com 21 anos, quero acreditar que já vivi essa minha quota estatística e quero acreditar também que aquilo que todos nós assistimos há menos de uma década, e que devo dizer, foi determinante para as minhas opções políticas e formação académica, não se irá repetir. Mas tudo isso depende do trabalho de todos e depende muito também da nossa exigência. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Quem faz a segunda, senhor Deputado Gonçalves? Senhor Deputado Miguel, faz favor.” -----

- **Deputado Miguel Bandarra (PSD):** “Senhora Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, caro Executivo Municipal, senhoras Vereadoras e senhores Vereadores, Presidentes de Junta e Deputados Municipais. Antes de prosseguir para a minha intervenção, gostaria de deixar uma palavra de esperança a todos os municípios, empresários e a todos os Autarcas, perante as circunstâncias que temos vindo a atravessar durante este surto. E, agora, passando especificamente à minha intervenção. Têm sido várias as requalificações de redes viárias, de espaços verdes e pontos de interesse turístico, de 2013 a esta data, e a Guarda não para. Este Executivo Municipal vai também executar outras requalificações urbanas importantes para os guardenses que passo a elencar: o eixo viário desde a Alameda até ao Inatel, que prevê a requalificação das Ruas Soeiro Viegas, Alexandre Herculano e Afonso Costa. Dezoito arruamentos espalhados pela cidade, nomeadamente na Sequeira, Bairro do Pinheiro, Bairro Nossa Senhora de Fátima, Lameirinhas e Bairro da Luz. Vias em aglomerados rurais da Freguesia da Guarda como a Cabreira, Galegos, Carapito São Salvador e Alfarazes. Espaços desportivos nos Bairros da Luz, Pinheiro e Lameirinhas. Requalificação de imóveis devolutos na Praça Velha para a criação do Solar dos Sabores que trará mais vida ao centro histórico, à semelhança também da recém-criada a Sede da Capital Europeia da Cultura, nesse mesmo centro histórico, que acredito que trará muito mais movimento ao mesmo. E na zona do Torreão onde já está a nascer o quarteirão associativo, tão importante para o desenvolvimento das nossas associações, assim como a recuperação da Torre Velha, marco arquitetónico da nossa muralha. Falando, ainda, da cerca amuralhada da nossa cidade, destaco a Torre dos Ferreiros que, com a intervenção que está em curso, aumentará o seu potencial turístico tornando-se assim um verdadeiro cartão de visitas. E continuando a falar do centro histórico, o importante Centro Interpretativo da Cultura Judaica, fundamental para promover o turismo religioso no nosso Concelho. Na Póvoa do Mileu terá rejuvenescido o espaço envolvente à Capela do Mileu, através de um arranjo paisagístico e arqueológico. E, por último, numa clara aposta deste Executivo Municipal na reforma na mobilidade urbana, será ligada a zona baixa à zona alta da cidade através de uma ciclovía/pedovia. É de salutar que este Executivo Municipal continue a apostar numa verdadeira regeneração urbana tão importante para a qualidade de vida e comunidade de todos. Obrigada.” ---

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Alguém pretende intervir sobre estas intervenções? Não? Então, passamos à intervenção do Bloco de Esquerda. Senhor Deputado Marco Loureiro. Medidas pós desconfinamento. Faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Neste início da tarde, a minha calculadora já deve estar a funcionar melhor. Mas fico contente de todos terem reparado naqueles números. Espero que também reparem nos milhares e milhares e milhares e milhares de euros de requalificação da Rua do Comércio, que dá no que dá, no que está. E que sim, esse valor, mais de meio milhão de euros ao longo destes anos dariam, certamente, para os 400 mil euros para os computadores. Mas bom, espero que depois também tenham essa noção desses valores e de se rirem e bater palmas ao que se gasta lá e se vê a requalificação que está. Tem lá os três novos bancos, que já não há árvores nos novos bancos e que parece que não houve requalificação nenhuma. Fica esse pequeno apontamento para um futuro próximo, nomeadamente os Deputados mais jovens que também devem estar atentos a isso. Começo por dizer aqui umas recentes palavras. Senhor Presidente, eu não sei como é que a Câmara, neste momento, anda a atuar. Deve estar num momento difícil. As recentes palavras de um ex-Presidente, e repito, de um ex-Presidente que continua a dizer que, às vezes, até é bom que alguém lhe chame Presidente. E as palavras eram assim, a máxima dele: «não me façam falar, não me façam falar». Agora, a máxima é assim: «eu falarei, eu falarei». Eu não percebo lá muito bem o que é que vai falar. Mas que venha. Que venha a público falar. Eu não sei se tem a ver alguma coisa com alguns problemas políticos, dentro da cor partidária, família PSD. Mas para quem vem a público tão recentemente e que fugiu da Guarda e de repente aparece e que diz falarei, aparece-me, a nós, enquanto partido da oposição, que o falarei será alguma coisa sobre a Guarda. E então é daí que eu trago aqui que espero que alguém fale, de verdade, o que é que se passa. Falarei, falarei... não me façam falar, falarei... e acho que agora é preciso perceber o que é que não foi falado e o que é que se espera que essa pessoa, que já não é Presidente, e que deixe de atuar como se fosse o Presidente. Isso é algo que, espero, mais cedo ou mais tarde, alguém explique isso publicamente e deixe lá de retóricas de não me façam falar, eu falarei. Relativamente ao Covid, eu acho que a Câmara Municipal da Guarda reagiu em muito boa hora em muitos bons assuntos. Lamento, enquanto Bloco de Esquerda, na proposta que fizemos relativamente à redução do valor da água. Acho que a Câmara podia ir muito mais do que aquilo que possibilitou porque, se há consequências financeiras na água que vamos discutir a seguir, também, trinta milhões, acho que a minha calculadora não está errada, trinta milhões... por isso, trinta milhões, mais um milhão, também não era por aí. Digo eu, não é? E os Ministros todos agradeciam em tempo de pandemia. Os mais à direita ou mais à esquerda, certamente todos iriam agradecer que a fatura tivesse muito mais do que os 30%, se não estou em erro, de desconto. Outras medidas que ficaram um pouco aquém, é nomeadamente a forma como a Câmara demorou, aí sim, demorou a reagir no sentido de expor aos órgãos, aos órgãos próprios. Pensamos nós que podiam ter tomado a liberdade de comunicar aos partidos com assento nesta Assembleia de uma maneira mais objetiva e direta. É óbvio que compreendemos algumas situações que não são fáceis de reagir logo. Mas num futuro próximo acho que há condições suficientes, hoje em dia, na tecnologia, com os mecanismos que estão ao nosso dispor é fácil de nós comunicarmos e de fazer com que a democracia passe mesmo por isso. Comunicar, ouvir os partidos que têm assento parlamentar, contribuindo esses partidos, que é o que nós queremos fazer, contribuir para resolver os problemas da

Guarda juntamente com a Câmara Municipal. Quero também dizer que já foi sem tempo, e ainda bem, que já começaram a ser alcatroados os paralelos que andavam a fazer de remendos na cidade da Guarda por várias ruas. Já começou. Não estão todos, mas já começou. Ao fim de muitos anos, alguns até, atrevo-me mesmo a dizer, e a calculadora não vai enganar, quatro anos, quatro anos que já estavam a ser colocados. Mas ainda há alguns que espero que, num futuro próximo, sejam resolvidos. Continuamos a meter alguma impressão, e isso é algo que esta Câmara já pode fazer de outra maneira, quando se colocam passadeiras, os lancis podem e devem ser rebaixados relativamente às cadeiras de rodas e não só, aos portadores de outro género de deficiência motora. O que acontece é que está-se a ver que quando se fazem ainda novas passadeiras, a sinalização delas, continua haver essa falha. Eu acho que isso já não se justifica hoje em dia. Quando se está a programar, quem está a programar essa colocação, rapidamente percebe que é preciso fazer aquele rebaixamento e, por isso, deve-se rapidamente caminhar para isso. Até porque somos, e muito bem, uma cidade candidata à Capital Europeia. E, por isso, é preciso ter toda a atenção a estes pormenores para que, no futuro, sejam, sem dúvida, uma mais-valia nessa mesma apresentação. Ou pelo menos nessa tentativa de conquista que eu, sinceramente, espero que seja alcançada. Não de forma alguma sem, como já aqui o disse outrora, acompanho também a situação com o próprio PS aqui trouxe, e não só o PS, o CDS-PP também outras questões já fez abordar sobre esse tema, de que é preciso, de uma vez por todas, rapidamente, termos uma ideia clara do que se espera da candidatura como gastos e tudo, para não andarmos aqui constantemente e temos é que estar todos de apoio a essa mesma candidatura juntamente. Queria também, não se se tenho tempo...”

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Tem que terminar, senhor Deputado.” --

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Queria também dizer apenas... termino mesmo, dizendo apenas, senhor Presidente, que na questão da pandemia, não só o ser humano foi penalizado. Os animais também foram penalizados. E é com esta situação que eu termino. O Bloco de Esquerda questionou a Câmara sobre qual era, durante o tempo da pandemia, o pico alto, o que é que estava a fazer relativamente aos animais, nomeadamente os cães e gatos que muitas vezes são abandonados, infelizmente, nas nossas ruas. A resposta foi-nos dada, como há pouco disse, muito rapidamente. Contudo, parece-me ser um pouco... não ser totalmente verdade dizer que não havia os problemas que nós apresentámos. Nós temos duas associações de animais, de proteção aos animais, de carácter voluntário. Essas duas associações, o trabalho delas são conhecidos na internet, todos nós podemos lá ir e ver. E ver que todos os dias há cães abandonados, há gatos abandonados, todos os dias há um acidente e há custos...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Tem que terminar, senhor Deputado...” -

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “... há custos e esses custos podem e devem ser apoiados, no devido lugar, por parte da Câmara. E, por isso, apelo para que haja, num futuro próximo, atenção com essas associações porque elas também merecem esse apoio...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, tem que terminar, desculpe. Já vai em quase cinco minutos de tolerância.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. É que, se eu começo a dar cinco minutos a cada um, não saímos daqui. Eu hoje estou a ser um bocadinho condescendente, mas se começam a abusar eu faço cumprir os tempos ao limite. Alguém quer intervir sobre esta intervenção do senhor Deputado? Não? Então, passamos à intervenção da CDU. Senhor Deputado Aires Diniz, «O fim da Ilusão». É uma coisa chata, senhor Deputado. O fim da Ilusão? O sonho é que nos move.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem. Nós temos todos ilusões. Até eu que penso que sou um homem realista. E esta pandemia veio mostrar que, aquilo que nós acreditávamos que era um capitalismo eficiente, competente e não sei quantos, não aconteceu. E esta pandemia que nos paralisa moderadamente, veio demonstrar que o nosso viver era movediço e sujeito a esvoaço quando baixasse a velocidade das compras e das vendas que o fazia andar. Eu penso aqui no mecanismo das bicicletas. Elas caem, nós caímos quando deixamos de pedalar. E a pandemia foi o deixar de pedalar. Por isso, o confinamento que nos obrigou a estar em casa e a parar no nosso consumir vertiginoso, tornou difícil este recomeçar pois como a velocidade que podemos imprimir aos consumos é pequena, a bicicleta do mercado ainda não se equilibra e o trambolhão parece estar eminente. De facto, muito da economia da velha normalidade, que esta é a nova normalidade, assentava na criação de necessidades por força da publicidade que lhes criava muitas ilusões, que se viram isolados da rede de contactos ou se viram sem emprego ou em layoff. Apesar de estar uma nova normalidade, continuam a existir programas como o Big Brother, esse promotor de publicidade, onde umas moçoilas dançam sem grande convicção como vi há dias quando estava a ver distraidamente a televisão. Convicto que está o Novo Banco de que tem direito a infinitas injeções de capital. Isto é uma ilusão deles ou será mesmo verdade? Parece que os heróis da linha da frente nada contam agora. Tudo volta a uma velha normalidade que nos iludiu durante anos e parece que vai ficar indefinidamente paralisada. Na verdade, alguns tentaram vender-nos a ideia de que os bancos iam ajudar as pessoas e as empresas, mas logo se viu que isso não era ideia credível. Era pura balela e a isso já estamos habituados. Era só uma ilusão de algumas pessoas deste País. Contudo, os mercados parecem não funcionar por lhes faltar quem os faça funcionar, pois as micro, pequenas e médias empresas estão sem o necessário fundo de maneio que lhes permita mover-se nesta nova realidade. E eu tinha a ideia de que iria hoje fazer aprovar aqui uma Moção de apoio a estas empresas e não consegui. Até as grandes empresas parecem estar sem dinheiro e a precisar de um balão de oxigénio financeiro. Só a IKEA parece não precisar dele, querendo devolver os apoios que recebeu, 500 mil euros, meio milhão de euros, mas parece ser a única. As outras escondem-se das pequenas habilidades com que ganharam com o layoff simplificado. Continua, por isso, a funcionar o mercado fora de normas que garantam o seu funcionamento sem enviesamentos, por falta de informação rigorosa. Vemos, por isso, uma débil qualidade de gestão nas grandes empresas que por isso abusam do seu poder, mas que já sabemos serem mal geridas tal

como nos avisou, há muito, Adam Smith, em 1776. E eu, por acaso, com a pandemia voltei a ler o Adam Smith e fez-me muito bem para quebrar algumas ilusões que eu tinha também. Contudo, assistimos agora ao esforço das grandes empresas no sentido de aproveitarem este tempo quase de férias para esgotar stocks que estavam armazenados e que é preciso saldar. Existe algum esforço de Autarquias para animar a economia municipal e há um tímido Programa de Estabilização Económica e Social do Governo (que eu tive há dias a ler), que receamos não conseguirá alavancar a economia portuguesa do poço sem fundo em que está. É isto que intuo por aquilo que observo na minha deambulação pelo interior que parece ter-se tornado no derradeiro refúgio dos que estão perdidos e angustiados no litoral. Isto também foi uma ilusão. Pensávamos todos que, fazendo convergir as pessoas todas para o litoral, ficava tudo bem. Mas não ficou. De facto, criaram-se grandes aglomerados urbanos onde as condições de saúde são precárias em casas e barracas e sendo aí o confinamento social difícil de conseguir, como já sabemos. Muitos tinham, erradamente, pensado também no estrangeiro que a acumulação de pessoas em grandes metrópoles era o melhor caminho de desenvolvimento, mas está a revelar-se para um problema para um capitalismo que precisa cada vez mais de fundos públicos, ficando estes criminosamente a fazer falta noutros setores sociais de uma forma cruel, pois são os mais débeis, fazendo crescer a pobreza infantil e impedindo que os mais idosos tenham reformas compatíveis com as suas reais necessidades. Alguns tiveram em risco em lares que não tinham condições e alguns morreram e morrem, dizem-nos os telejornais que também informam acerca dos muitos infetados. Muitas unidades fabris e outros centros logísticos mostraram grandes fragilidades que colocaram em perigo o abastecimento público de bens, incluindo alimentos, como os frangos no caso da AVIPRONGO, mas que foram escondidos durante alguns dias. Mas tudo se vem a saber e as ilusões desfizeram-se. Antes, tinha-se criado a ilusão de que estava tudo bem e não estava. Acredita-se, agora, numa final europeia, tal como se tinha pensado ser retomado o campeonato, vai ser colocado no bom caminho. Mas, infelizmente, tal não vai acontecer. Teremos, por isso, que mudar de vida e deixar de acreditar em velhas ilusões. Devemos deixar de acreditar que o PCP é contra as micro, pequenas e médias empresas. OPCP está com essas empresas. Está com a economia Portuguesa, está com o seu movimento nacional. Há que afirmar, por isso, que o interior é o lugar certo para investir e viver. Há que obrigar um poder político enviesado a mudar de prioridade, deixando de impedir que se viva nos lugares que desertificam continuamente, desviando recursos para empresas mal geridas que estão sempre a pedir subsídios, obrigando-nos a ter uma administração rigorosa. Há que deixar de ter ilusões perigosas e apostar no interior, um lugar que não deve continuar a ser abandonado. Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir? Não? Passamos, agora, à intervenção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. «Higiene pública» e «cultura», são duas intervenções. A Senhora Deputada Paulisa faz as duas? «Higiene pública», faz favor.” -----

- **Deputada Paulisa D’Assunção (PS):** “Antes de mais, gostaria de endereçar os meus respeitosos cumprimentos a todos os presentes e a todo o público que nos acompanha

através dos meios de comunicação social. O estado de degradação do Parque Urbano do Rio Diz. Depois de um difícil período de confinamento devido à pandemia de covid-19, gerada pelo novo coronavírus, os cidadãos paulatinamente foram regressando à vida em comunidade e, numa altura em que a primavera convida a usufruir de espaços ao ar livre, o Parque Urbano do Rio Diz, o espaço de lazer e desporto por excelência nesta cidade, seria uma escolha ideal para passear ou praticar desporto ao ar livre, dentro das recomendações de segurança da DGS e dos limites da Lei. Porém, saímos do confinamento e deparamo-nos com um cenário deplorável quando vamos ao Parque Polis. Tem um aspecto degradado que desconsola todos os que o frequentam. Só para exemplificar, encontram-se muitas lâmpadas fundidas ou partidas, há decks com tábuas partidas ou soltas desde, pelo menos, o ano passado, o que constitui o risco de lesão para os utentes. Existe um imenso matagal que tapa os passadiços que dão acesso às várias estruturas de plataforma em madeira, os decks que estão espalhados pelo parque, e apesar de ter sido intervencionado, nalgumas zonas, nestes dias, continua a haver mato que se estende por grande parte da zona verde do parque. Isto para além da falta de limpeza que existe nomeadamente nas casas de banho, conforme já foi alertado aqui pela Vereadora do PS, Ana Cristina Correia. Ora, o Grupo Municipal do PS não poderia deixar de denunciar o estado degradante em que se encontra todo o espaço do Parque Urbano do Rio Diz e pedir explicações ao Executivo sobre o motivo da sua falta de manutenção, jardinagem e limpeza. Alguns danos, naquele espaço, foram causados por vandalismo o que não se compreende quando a Câmara gasta quase meio milhão de euros em segurança privada nos equipamentos e espaços municipais. Portanto, deverá então o Executivo pedir explicações à empresa de segurança que contratou, sobre o motivo pelo qual isso sucede. Se o serviço de vigilância não serve para evitar os atos de vandalismo, então é inútil a sua contratação. E sendo certo que não deveria haver motivos para ter ali atos de vandalismo, a verdade é que houve. Agora, a questão que se coloca é saber porque motivo a Câmara não manda reparar os estropícios nas estruturas e equipamentos danificados. Em nome do bem-estar e qualidade de vida dos munícipes, apelamos assim ao Executivo a sua intervenção célebre no sentido de pôr fim ao estado de degradação que se verifica no Parque Urbano do Rio Diz, para que se torne, de novo, um espaço de lazer e de desporto agradável para que, quer em família, quer individualmente, os cidadãos dele possam usufruir plenamente e em segurança ainda este verão. Muito obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhora Deputada. Intervenção sobre cultura, quem é que faz? Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **Deputado António Barbosa (PS):** “Boa tarde a todos. Senhora Presidente, permita-me que a cumprimente e que estenda o mesmo cumprimento a todos os presentes para pouparmos algum tempo. Antes da minha intervenção principal, queria fazer aqui uma observação que me é muito cara, se me permite, mas são dois ou três minutos. Para mim hoje é um dia muito especial e a razão é simples. Quarenta e um anos depois regresso aqui. Aqui, à casa da democracia. Se não era aqui era noutro sítio. Uma democracia que ajudei a construir, em abril de 74, como elemento do MFA que muitos

saberão. Em 1979, tomei posse como Presidente da Junta de Freguesia de Maçaínhas e, por inerência, membro da Assembleia Municipal da Guarda. Por motivos vários estive afastado, não deixei, no entanto, de exercer a minha atividade cívica noutra Concelho, como membro do Executivo Camarário, num dos Concelhos do Distrito da Guarda. Agora que regressei, não poderia deixar de dirigir algumas palavras aos senhores Presidentes de Junta que são, para mim, os verdadeiros grandes da democracia que eu chamo de proximidade. Não sei se entre os senhores Presidentes de Junta, ou senhores Deputados, ainda haverá alguém dessa época. Penso que talvez o senhor Dr. Aires Diniz. Havia, nessa altura, uma vontade enorme de tentar mudar tudo e rapidamente. Grandes figuras, não pela sua grande intelectualidade, mas sim pela vontade de servir as populações que representavam, servindo mesmo a expensas próprias, pois as possibilidades financeiras das Autarquias que eram exíguas, realizaram um trabalho fantástico. Ainda bem que tudo é diferente para melhor e que os senhores continuam a representar o que de melhor trouxe o 25 de Abril. Não poderia, por isso, deixar de vos dizer o quanto me honrou ser Presidente de Junta e incentivo-vos a defender os vossos ideais, continuarem a ser inconformados, intransigentes e incómodos na casa do povo que vos elegeram. Agora, a minha intervenção. Vou tentar ser o mais rápido possível. O título é: a outra cultura da cidade candidata à Capital Europeia da Cultura. O Concelho da Guarda é intrinsecamente um Concelho rural, de belas paisagens e de um potencial turístico por excelência. A cultura faz parte deste potencial. Não falo da cultura como normalmente é pensada, falo da cultura encontrada nos caminhos rurais, caminhos esses que não devem ser desvirtuados com alcatrão; falo de mais trilhos devidamente marcados e mapeados; falo dos pinhais sem lixo; falo das hortas comunitárias, ou não, com anexos autorizados, ou não, e feitos com materiais originais e que não desvirtuem a paisagem; falo dos nossos rios devidamente limpos e tratados, bem como as suas margens; falo de lugares para estacionamento de bicicletas, estrategicamente colocadas na cidade; falo dos parques desportivos existentes no Concelho; falo de instalações fabris e não só, abandonadas e vandalizadas, autênticos perigos para a saúde pública. Muito mais poderíamos referir no tocante à nossa riqueza natural, essa sim, a par de outras, genuinamente guardense. Assim, deixaria algumas sugestões. Isto mesmo, sugestões ao Executivo e relativamente a esta matéria. Peço desculpa, se alguma não estiver correta o lapso será meu, mas penso que estará tudo mais ou menos. Alcatroar apenas por alcatroar não faz qualquer sentido. Altera a paisagem, degrada os nossos caminhos rurais já que a água normalmente não é encaminhada com critério, pois na maior parte das situações nem as valetas são abertas, além de deixar uma herança demasiada presada para futuros Executivos que devem manter em bom estado a rede viária. Se tratarmos esses caminhos rurais, a maior parte dos alcatroados não necessitariam. Eu daria um exemplo muito rápido. Fiz, na semana passada, uma voltinha de bicicleta, daqui da Guarda, Mizarela, Videmonte e Fernão Joanes e fiquei extasiado com aquela beleza e da forma como o caminho está tratado. Isto é que é tratar devidamente os caminhos rurais e tratar a cultura da Guarda, sendo que as nossas paisagens são a grande riqueza cultural. Já agora, não sei se o senhor Presidente de Videmonte está por aí, mas tive o prazer de o cumprimentar nessa viagem e lá estava ele a tratar da Quinta da Taberna. Pinhais sem lixo, alteração da App existente no site

da Câmara, permitindo fotos georreferenciados semelhantes à existente na página da Junta de Freguesia da Guarda. Claro que não deveria ser necessário se todos tivessem uma atitude responsável e a educação não nos permitisse despejar lixo em qualquer canto, peças de automóveis, mobílias, louças de casa de banho, etc. Para este tipo de atitudes, só há duas formas de lidar. Ou com exemplo ou com a repressão. Sou, até à prova em contrário, adepto da primeira, pelo que o Município deveria prestar a recolha dos locais referenciados, desde que sejam referenciados por quem lá passa. Enviar, juntamente com o recibo da água, um panfleto intuitivo que alertasse os munícipes para o que a Câmara poderá fazer para ajudar a resolver alguns problemas com o lixo mais volumoso. O senhor Deputado Aires Diniz já falou disso hoje também. Sabemos que existe a possibilidade de os serviços do Município fazer a recolha de alguns objetos de maior porte. Mas é preciso avisar as pessoas porque as pessoas não vão ao site da Câmara verificar isso. Anexos nas hortas. Levantamento e ordenamento dos anexos extensos nas hortas nos bairros da cidade e nas próprias aldeias do Concelho. Não sou contra esses anexos, se foram construídos era porque eram necessários só que pervertem a paisagem. Sugiro que a Câmara, porque as próprias Juntas de Freguesia sei que tentam, ajudem, aconselhando na construção, reestruturação, tanto quanto possível, aconselhando materiais originais. Vemos anexos construídos com betão, com chapas de zinco, com latas velhas, com plásticos e em lugares que não firam tanto a paisagem. Rios. Os nossos rios, nomeadamente os que foram intervencionados, necessitam de mais vigilância. Uma intervenção é boa, mas é pouco. É necessário manter. Estacionamento para bicicletas em lugar comum. Lugares para bicicletas junto à PSP, retirando dois lugares de estacionamento para automóveis. As bicicletas estarão mais seguras, não necessita de grande investimento e não será impedimento para futuras reorganizações do espaço. Instalações desportivas. Mapeamento de todas as instalações desportivas existentes no Concelho, colocação no Site da Câmara com os contactos dos responsáveis e, se for o caso disso, o respetivo preçário. Instalações abandonadas. Nas instalações da Arcorel havia uma cabine de distribuição de energia elétrica existente na estrada do Canil são, além de um péssimo exemplo de degradação de paisagem para quem lá passa a pé ou futuramente de comboio na linha da Beira Baixa, provavelmente um caso de saúde pública. Não sei como a Câmara poderá intervir. Mas mais tarde ou mais cedo vai ter que o fazer. É uma inevitabilidade e uma urgência. Para terminar, agradecia, assim, que tomassem esta minha intervenção, não como uma crítica, mas sim e apenas com a finalidade pedagógica para que possamos contribuir na outra vertente cultural que normalmente pouco se fala quando tratamos da Capital Europeia da Cultura. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir sobre estas duas intervenções do Partido Socialista? Não? Senhor Presidente, tem a palavra. Faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhora Presidente. Recuperando, agora, neste tempo, algumas respostas que eu não dei e de uma forma sucinta dizer, ainda, o seguinte. Muitos que participaram na Carta Educativa

efetivamente são professores e, portanto, também tiveram essa sensibilidade, Henrique Monteiro. -----

Relativamente também ao Centro de Acolhimento do SEF, só referir que nós cedemos aquele espaço junto ao parque industrial em comodato. Soubemos que naquela altura estava a ser celebrado e elaborada uma candidatura a fundos comunitários, ao POSEUR, pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. E, portanto, nada acontecerá enquanto esta candidatura não for aprovada. Mas esse foi o acompanhamento e a informação que nos foi dado. -----

Dizer, relativamente aos prejuízos na agricultura, nós, até por sugestão nossa, falámos com o Diretor Regional da Agricultura que teve uma reunião, salvo erro, em Oleiros com a respetiva Ministra e pediu para nós levarmos e indicarmos todos os prejuízos que, nesta última intempérie, foram causados na agricultura. Produtores, produtos e todos os demais danos que pudessem ser repercutidos nessa reunião. Fizemos a recolha que foi possível. Tenho a dizer que não houve grande identificação de danos em matéria agrícola e, por isso, eu transmiti aquilo que tinha, designadamente também com o setor da Câmara que tutela esta área, que nos transmitiu as informações que tinham conhecimento e nós fizemos chegar ao senhor Diretor Regional da Agricultura que tutela toda esta região. -----

Depois, referir também, relativamente às variantes da Estação, mais concretamente Sequeira, ali à zona do McDonald's, tenho a informação... tivemos duas reuniões com as Infraestruturas de Portugal já recentemente, não no período da Covid mas anteriormente. E aquilo que nos foi dado a conhecer é que esta variante terá o projeto lançado a partir de setembro deste ano. Foi a informação que nos foi dada, é assim que eu também vos transmito. Relativamente às demais obras e até pelo acordo celebrado entre o Município da Guarda e também as Infraestruturas de Portugal, quero-vos dizer que o Município da Guarda tem, nesse protocolo, nesse acordo, uma verba negociada e que lhe foi atribuída de 750 mil euros para intervir, desde logo também no centro ferroviário, ali junto à linha. E a verdade é que este processo está na Direcção-Geral do Tesouro para aprovação. Ou seja, mesmo este acordo celebrado entre o Município da Guarda e as Infraestruturas de Portugal, na verdade carece desta aprovação e, até por sugestão das Infraestruturas, se tivermos conhecimento, se o Presidente da Câmara também tiver conhecimento deve intervir. Pedi recentemente, como estamos já numa fase de maior desconfinamento, uma reunião exatamente ao Diretor-Geral do Tesouro para poder saber se é possível termos a esse *agrément* para prosseguir com as obras que estão acordadas. -----

Os computadores, também referir que esta iniciativa teve, de facto, a colaboração dos Agrupamentos Escolares da Guarda. Numa primeira fase foi-nos dito que seriam necessários quatrocentos computadores. Verdadeiramente, quando foram definidas as regras, e as regras não é dar computadores, foi o Município que alugou computadores para entregar às famílias que deles necessitassem. A partir daí houve logo uma redução dos quatrocentos, porque houve um conjunto de candidatos que, por serem gratuitos, que por ser pago o aluguer, embora não repercutido na esfera patrimonial ou financeira

das famílias, suportada pelo Município, a verdade é que esse número reduziu. E reduziu para cerca de duzentos. Também é certo que, nesta situação, muitos professores cederam computadores que tinham. Foi o que nos foi transmitido pelo Agrupamento de Escola. E, portanto, o que é relevante focarmos aqui é que, sendo quatrocentos, trezentos, duzentos ou cem, a verdade é que os duzentos que nós disponibilizámos resolveram as necessidades que, no período de pandemia, nós detetámos e que nos foram também identificadas pelos Agrupamentos. E, portanto, demos a resposta possível, adequada e ninguém ficou de fora. Portanto, todos beneficiaram desta solução, naquilo que foram as regras estabelecidas. -----

Verdadeiramente, também dizer que nós não fizemos uma inauguração da Sede da Capital Europeia da Cultura. Fizemos a abertura de um espaço que já era nosso, que reabilitámos para instalar os serviços, os quatro funcionários onde está também o Diretor Executivo. E, por isso, abrimos esse espaço esta semana e não houve verdadeiramente uma inauguração. Daí, a questão do convite, nada contra, mas não foi um ato oficial de inauguração. Sem prejuízo de eu também, e sem problema nenhum, mesmo que nestas circunstâncias, os nossos serviços poderem também sempre ter essa atenção que é devida, é obrigatória, não só aos senhores e senhoras Vereadores, mas também a todos os Deputados que têm interesse de acompanhar a vida do Município. -

Dizer, também, que é com agrado, porque em democracia também não é só um conflito político, é também gerar consensos e também é com satisfação que eu, nesta Assembleia, já ouvi também algum reconhecimento. Não que o Presidente da Câmara ou os senhores Vereadores necessitem de ser conhecidos por tal. É o nosso dever, é a nossa obrigação. E quando nós temos a obrigação, só está no nosso plano de obrigações e, como tal, não há que felicitar ninguém por isso. Mas também é importante saber que as coisas acontecem no território. E foi com agrado que eu ouvi também o Deputado Henrique Monteiro. É verdade, por sugestão também dos diferentes Grupos Parlamentares e do senhor Deputado Henrique Monteiro, como também na articulação que houve com Instituições da cidade, a PSP, em concreto, nós definimos um plano de colocação de semáforos e sinalização adequada para melhorar a segurança dos nossos utentes na cidade. E, portanto, lá está a acontecer. Fazer acontecer é esta a nossa, de todos em conjunto, temos essa obrigação de valorizar a nossa cidade e de proteger os nossos cidadãos. -----

Depois, também, de facto, foi com atraso, mas mais vale tarde do que nunca, estamos a remendar estes buracos que estavam tapados com paralelos. Recebi, agora, também uma mensagem, estamos a acabar hoje na VICEG. O que falta, o resto que falta vai ser feito num sábado para não dificultar depois o acesso do trânsito normal, designadamente também autocarros dos transportes urbanos. Isso é algo que está a ser efetivamente pensado e, nesse sentido, acho que vamos chegar a um bom porto. Já sugerimos também outras necessidades, designadamente pôr alcatrão junto das bocas de saneamento porque muitas delas, muitas vezes, na ligação entre o metal e o próprio alcatrão... portanto, são situações que nós também estamos atentos e vamos tentar resolver. -----

A feira quinzenal, nós queremos que o projeto não só valorize a feira, aquilo que nós estamos a pensar, mas que os nossos técnicos, cheios de trabalho, cheios de trabalho porque isto é quase tudo para ontem... estamos a fazer muitos trabalhos dentro do Município com os nossos técnicos, os nossos serviços a trabalhar e, como tal, não tem sido fácil dar resposta a todas estas necessidades. Agora, aquilo que foi falado com os feirantes é requalificar aquele espaço, não só por causa da feira que se realiza ali há muitos anos e não é adequada, não tem as condições dignas para quem ali vende os seus produtos, mas também para quem os quer comprar. E, portanto, para além de valorizarmos o espaço da feira, valorizamos um espaço que está no centro urbano. Ou seja, aquele espaço não tem que ser olhado como uma zona inferior, do ponto de vista urbanístico, na nossa cidade. E, portanto, este projeto, não só queremos que cativa mais os nossos feirantes, mas ao mesmo tempo também possa, com certeza, contribuir para valorizar, do ponto de vista do lazer, da usufruição daquela área por parte dos nossos cidadãos, mesmo em períodos que não há a respetiva feira. -----

Não vou falar do Centro de Exposições. Haverá, oportunamente... temos que ter calma, haverá, oportunamente. Os órgãos existem, têm as suas competências, será debatido esse assunto nos lugares certos e, com certeza, no tempo e na oportunidade também correta nós poderemos falar disso. E é assim que as coisas têm que acontecer. Ninguém aqui quer andar à frente de nada, nem andar atrás. Nós pensamos no desenvolvimento da cidade, é aquilo que são também promessas eleitorais, aquilo que nós acreditamos que são projetos estruturantes para o desenvolvimento e com certeza que, sobre as condições e os pressupostos de algo que pode acontecer nesta área, primeiro será transmitido à Câmara Municipal, depois transmitido à Assembleia Municipal. Mas claro, o diálogo e a discussão será sempre um processo de construção de decisão que nós também aplaudimos. E, portanto, no momento certo, nós saberemos. Não vale a pena estar a dizer 800, 900, 100, 200, 300... quer dizer, vamos saber primeiro, concretamente, o que está em causa e depois debatemos livremente, com consciência e o rigor que estas coisas impõem. -----

Depois também referir, Diogo Isidro, é uma intervenção abrangente também no sentido de... não é valorizar, é de dizer que são coisas reais. E contra factos não há argumentos. Quer dizer, há muita coisa que falta fazer e é aí que nos devemos focar. Mas o que está feito deve ser reconhecido para proveito de todos. Todos ganhamos com isso. E, de facto, ouvir dizer, como também o Deputado Marco Loureiro e outros que já usaram da palavra, reconhecer, nem é andar atrás nem à frente. Mas tivemos, de forma adequada, de forma responsável e de forma como nós conhecíamos os assuntos, a dar resposta aos problemas que resultavam desse conhecimento. Isso é que é importante. Não andámos à frente, se calhar andámos à frente de uns, andámos atrás de outros. Mas importante foi chegarmos a uma fase, como é a que passamos atualmente, e ter, de alguma forma, a convicção de que fizemos o que estava ao nosso alcance. Fizemos aquilo que se impunha e de acordo com o conhecimento que imperava em determinado momento para dar resposta a estes problemas. E, por isso, é também com satisfação que vejo Deputados, embora também do Partido Social Democrata, e porque não, jovens, mas que também têm já o seu espírito crítico, como foi também o Miguel

Bandarra, onde evidenciaram aqui um conjunto de obras que estão a decorrer, que valorizam as empresas, as instituições. Que, no fundo, valorizam também aqueles que mais padeceram com esta pandemia, as instituições, as famílias, as empresas. Claro que podíamos, e isso é correto no debate político, podíamos ir sempre mais além. Ser mais abrangente, é verdade. Não quer dizer que, porque não assimilámos os cinquenta, ou os trinta, ou algumas das medidas que foram colocadas, foi evidente o objetivo de participar na construção de um edifício normativo, no âmbito da pandemia, mais perfeito. Nós lemos as propostas, nós avaliámos as propostas. Não pensem que não é por não terem um acolhimento expresso nós não o pensamos e não analisámos o trabalho que foi feito, e meritório. Mas a verdade é que chegámos a esta conclusão. Um processo de vinte e seis medidas inicial que está no Programa de Salvaguarda e que nós já prorrogámos, exatamente para este mês, com mais vinte e duas porque algumas já não eram adequadas a este período. Mas tivemos sempre esta preocupação de adaptar à nova realidade que surge, valorizando sempre o trabalho que vem de trás. E vamos ver, com certeza, que as pequenas e microempresas, as empresas dos estabelecimentos comerciais, têm, da nossa parte, uma preocupação muito relevante e nós queremos, de facto, minimizar todas essas preocupações naquilo que já é um problema extraordinário, grave, que têm padecido. -----

Depois, referir também que nós temos essa preocupação de ouvir os partidos. Eu ouvi aqui também a questão dos lancis, das passeadeiras. Fizemos a requalificação agora da Avenida 25 de Abril, na entrada da cidade. E eu, por acaso, foi uma coisa que também vi. É que o lancil não se nota na ligação com aqueles passeios largos que temos na entrada da cidade, naquele local. E, portanto, há trabalho nesse sentido. Se alguma coisa não estiver a correr bem, também os técnicos estão a ouvir e eu também terei ocasião, com os meus colegas, também de chamar à atenção, mais uma vez, essa questão. -----

Dizer que, na Capital Europeia da Cultura, não foram gastos 400 mil euros. Estão previstos gastar 400 mil euros neste ano. Nós gastámos, até hoje, 46 mil euros, senhor Deputado Monteirinho. E, neste sentido, nós, é evidente que temos projetado gastar mais, fruto dessas ações. E vamos gastar. Mas sempre com essa consolidação nas ações concretas que nós desenvolvermos ao longo deste ano. É assim que projetamos a Capital Europeia da Cultura. Vamos gastar dinheiro mas, pelo menos, que as ações sejam visíveis, que os senhores Deputados percebam o que estamos a fazer e com certeza que vamos gastar dinheiro com a segurança de que nós assumiremos sempre os compromissos, na estrita medida também de que os podemos cumprir. Sabemos que este é um projeto abrangente, caro. Mas ou se está, ou não se está. E nós estamos. E, portanto, iremos dar satisfação às necessidades que nos forem colocadas e aos projetos que considerarmos que são relevantes para fazer a diferença no final do ano de 2021. É verdade, se me perguntarem se 400 mil euros para este ano, são suficientes? Foi o que nós projetámos no orçamento. Se for mais, teremos que alterar o orçamento. É uma aposta, é um desafio. Vamos ser racionais e responsáveis nos gastos do dinheiro público, mas não vamos também olhar, de alguma forma, àquilo que considerarmos que é uma estratégia fundamental para afirmar esta capital, com mais 100 mil euros, ou menos 100 mil euros. Não sei quanto vai custar. Mas se for o caso, teremos que os gastar porque

estamos no barco e vamos conduzi-lo até ao fim. E vamos conduzi-lo com a convicção clara que a candidatura será apresentada, pese embora essa cláusula do contrato. O contrato estabelece isso efetivamente. Se o Diretor-Executivo trabalhar e depois chegar ao fim, se, por hipótese, porque isso não vai acontecer. Mas não era correto, são questões de rigor jurídico que estão plasmadas no contrato e ficou no contrato exatamente como o senhor Deputado referiu. Quero-lhe transmitir que o objetivo do Município é chegar ao fim e apresentar a candidatura. É verdade que esta solução protege o próprio Diretor-Executivo, mas também percebemos uma coisa. Vamos admitir por hipótese, só por hipótese, que o Município desistia a meio. Alguém trabalhou, não tem que receber? Tem. E se esse motivo não for justificado, teríamos que compensar alguém que alterou a sua vida durante um ano e meio, porque o contrato é por um ano e meio, não se pode comprometer com outros projetos durante ano e meio. E, com certeza, é quase como os jogadores de futebol, peço desculpa pela comparação, mas é um pouco assim. A cláusula faz sentido, mas não vai ser aplicada. Não é exequível em termos práticos porque nós temos esse cuidado de levar a candidatura até ao fim. Acreditem em nós, somos responsáveis e vamos levar exatamente esta candidatura a bom porto. Depois logo saberemos se ganhamos, ou não ganhamos. -----

A senhora Deputada Paulisa. Referir que tem uma perspetiva sobre aquilo que acontece no Polis. Eu frequento o Polis duas vezes por semana e tenho a perspetiva, como cidadão, completamente diferente daquilo que a Dra. Paulisa aqui referiu. Portanto, a Dra. Paulisa olhou para o lado negro da questão e vem dizer aqui que estão os caminhos sujos, não estão degradados. A iluminação pública há muitas lâmpadas fundidas... se calhar viu uma, mas estão lá cem. Quer dizer. Mas é verdade que se tiver uma, é claro, já prejudica. Nós queríamos as cem, não queríamos as noventa e nove. E é verdade que esta é uma perspetiva da nossa cidade, é uma perspetiva, uma abordagem daquilo que é a realidade. E nós olhamos para a realidade, às vezes, como quando nós queremos. E, de facto, a senhora Deputada vê uma coisa que eu não vejo. Eu vejo hoje, ao domingo, ou então durante o meio da semana, às quartas, às quintas-feiras, quando tenho tempo, tenho que lhe dizer o seguinte. Vejo um campo de jogos relvado, um relvado que eu nunca vi naquele estado tão bom como está hoje. Vejo famílias inteiras divididas com distanciamento, os pais e os filhos não só a circular, mas também a jogar, a usar do seu momento de lazer nas mesas junto aos carvalhos. É isso que eu vejo. Vejo os caminhos arranjados como, se lá formos hoje, eu demonstro que estão os caminhos arranjados. Toda a parte ajardinada com gosto. Uma coisa que há muito tempo não se fazia, é um pormenor, mas que eu achei muito relevante, aquelas guias de granito no caminho todo que sinaliza a parte de acessibilidade, que nós circulamos na parte exterior do parque, hoje está praticamente toda limpa. Não tem lá erva, não tem terra por cima. Os alinhamentos desse caminho são visíveis em granito. Portanto, algo também que está diferente. Se está perfeito? Vamos bater sempre na mesma tecla. Não, nada está perfeito. Nós também ambicionamos a perfeição, mas a perfeição é apenas uma forma de nós continuarmos a trabalhar. E, nesse sentido, vamos continuar a trabalhar para atingir uma perfeição inalcançável. Mas é isso que nos move, é fazer cada vez melhor. E vocês também o têm reconhecido e eu agradeço-vos por isso, por reconhecerem, sendo

e continuando a ser exigentes, rigorosos, responsáveis, mas também verdadeiros. É isso que o debate político precisa e isso valoriza-nos a todos. Por isso refuto, veementemente, esta perspetiva deplorável que existe no Parque Polis, que eu não vejo e, portanto, até faço o desafio a todos vós que vão ao Polis e vejam, efetivamente, se está deplorável, ou não está deplorável. Portanto, os termos são usados, mas eu não me revejo nisso. -----

Depois, termino, dizendo também, como o nosso Deputado do Partido Socialista agora referiu, são sugestões. Um são diretamente dependentes de nós, outras são da iniciativa privada, outras do Governo. Naquilo que é a articulação com as Juntas de Freguesia tem sido e continua a ser uma articulação próxima daquilo que são objetivos comuns. Sabemos que as necessidades são muitas, nem sempre conseguimos dar uma resposta direta. Mas nós sabemos o que são hoje as Freguesias, aquilo que nós podemos desfrutar no mundo rural e aquilo que era antes de nós chegarmos. Portanto, é o tal processo de aperfeiçoamento, valorização das pessoas, dos territórios, das instituições que nos engrandecem a todos e é para isso que lutamos todos os dias. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Deixem-me só dar uma notinha, relativamente à questão dos prazos, quanto a este Ponto 2.1 da Ordem de Trabalhos. Eu peço aos Grupos Parlamentares, por favor, que tentem cumprir o prazo que está no regimento. O prazo são cinco dias úteis. Sistemáticamente, eu atrever-me-ia quase a dizer que ninguém cumpre, mesmo aqueles que entregam primeiro. Não cumpriu Tiago, está ali no limite. Mas peço-vos, por favor, que cumpram os prazos, porque senão eu deixo de aceitar os requerimentos a todos sempre que ultrapassem os prazos que estão previstos no Regimento. Posto isto, entrávamos, então, na discussão do 2.2 da Ordem de Trabalhos.” -----

## **Ponto 2.2 - Discussão e votação da Prestação de Contas do Município da Guarda do Ano de 2019.** -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Senhora Presidente da Assembleia, eu pedia à senhora Presidente o seguinte. Eu tenho uma técnica que tem uma pequena apresentação, se me permitisse que ela pudesse dirigir-se aos Senhores Deputados para esclarecer melhor este ponto.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Sim senhor. Faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado. A Dra. Teresa está nesta sala...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Está lá em cima.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Ok... Muito bem.” -----

- **Teresa Fernandes, Chefe da Divisão Financeira, Contratação Pública e Património:** “Muito boa tarde. Obrigado pela oportunidade de fazermos aqui uma pequena

apresentação técnica das contas do Município referentes ao ano de 2019. Estas contas foram elaboradas agora em junho e dizem respeito ao ano económico de 2019. Evidenciam, de um modo claro, o trabalho de gestão do Município que resulta, numa boa parte, da atividade desenvolvida pelos diferentes serviços do Município. Foram elaboradas e foram auditadas por entidade independente do Município nos termos da lei, de acordo com as normas internacionais de auditoria e de acordo com as demais orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As contas foram auditadas e foi apresentada uma Certificação Legal de Contas, em 8 de Junho de 2020, na qual é referido que as demonstrações financeiras e o relatório de gestão, consideram-se elaborados de forma verdadeira e apropriada. Deste modo, passaremos então a analisar um pouco aquilo que foi a execução orçamental deste ano de 2019. Para um orçamento que foi aprovado num montante de 51 milhões e 900 mil euros, foi arrecadada receita líquida no montante de 46.7 milhões de euros e foi paga despesa no montante de 39.1 milhões. Isto traduziu-se numa execução orçamental da receita de 90%, da despesa de 75% e nas Grandes Opções do Plano de 67.29%. No que toca ao princípio do equilíbrio, que o princípio que está plasmado na lei n.º 73/2013, que é obrigatório as Autarquias Locais definirem como a regra que define que a despesa ... têm que ser pelo menos igual à receita corrente ... o município supera o valor da despesa, superamos em cerca de 900 mil euros. No que toca aos saldos orçamentais do ano de 2019, verificamos que o saldo corrente é positivo no valor de milhões de euros, o que significa que a receita foi superior à despesa corrente e por sua vez o saldo de capital é negativo no valor de 2.8 milhões, o que significa que o valor arrecadado da receita é inferior ao valor da despesa de capital. O que, como já vem sendo habitual nos últimos anos, o Município tem transferido receita corrente para fazer face a despesa de capital o que demonstra, como já temos apresentado noutras situações, que a atividade do Município vem financiar investimento com receita corrente e, portanto, demonstra aqui alguma capacidade de boa gestão. Quando ao saldo de gerência a transitar para o ano seguinte, ele atingiu 7 milhões, 826 mil euros, que é proveniente do saldo da gerência do ano de 150 mil euros mais o saldo da gerência anterior de 7.6 milhões de euros. No que toca à evolução da receita, deparamo-nos com a receita corrente a diminuir em 19%, consequência principalmente do valor da receita do ano anterior ter sido influenciada pelo saldo corrente dos SMAS e, portanto, gera aqui este decréscimo de cerca de 8 milhões de euros. Por sua vez a receita de capital, também influenciada não só por esse facto, mas também por o valor das participações comunitárias, teve um aumento de cerca de 7.6 milhões de euros e passou de 4 milhões para 12 milhões. Relativamente à despesa, ela mantém-se praticamente idêntica ao ano anterior. As despesas correntes aumentaram 7% decorrente da aquisição de bens e serviços, designadamente aquisição de água e aquisição de serviço de saneamento; nas transferências correntes, cerca de 16% e um pequeno acréscimo nas despesas com pessoal, cerca de 2%. No que toca às despesas de capital temos uma redução de 20% nas despesas de capital, fundamentalmente salientamos a redução dos passivos financeiros em 9.7%, que tem a ver com a amortização dos empréstimos a médio e a longo prazo. Temos aqui um aumento nas transferências de capital de cerca de 25%, o que tem a ver com as transferências que foram efetuadas, nomeadamente

investimentos que foram feitos nas Freguesias através dos Acordos de Cooperação. Relativamente ao ativo e à situação financeira do Município. O ativo manteve-se, não teve um acréscimo, manteve-se relativamente ao ano de 2018. Saliento, no entanto, algumas rubricas que tiveram variação, nomeadamente os bens do domínio publico que diminuíram 2 milhões de euros, que estão explicados nesse quadro mais pequeno ao lado, e que provem de aquisições do exercício, portanto são obras em curso no valor de cerca de 3.3 milhões, no reconhecimento de bens do domínio público no valor de 285, e também na redução das amortizações no valor de 5 milhões de euros. Esta explicação está dada na página 165 do documento, nas notas ao balanço e à demonstração de resultados...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Presidente, ainda assim pretende dizer alguma coisa? Não? Muito obrigada. Muito bem. Quem pretende intervir sobre este ponto? Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Estaria tudo bem se nos limitássemos a olhar os números como se eles refletissem uma realidade perfeita. Contudo, quando procuramos o que foi feito para melhorar a vida dos idosos, apenas encontramos, no âmbito da ação social, por iniciativa da Presidência, que foi mais uma vez assinalado o Dia Internacional da Pessoa Idosa com uma viagem de cerca de mil e cem idosos do Concelho, a Viana do Castelo, onde foi celebrada missa, pelo Bispo da Guarda, na Catedral de Nossa Senhora de Fátima. Isto é dito na página 10. Mas os idosos do Concelho são bem mais e todos têm trezentos e sessenta e cinco dias para viver, sendo necessário apoiá-los no acesso à saúde, à ocupação dos tempos livres e na sua vida como consumidores. Também não existe claramente expresso, nesta Prestação de Contas, uma política de juventude nem de mulheres. Na verdade, também nenhuma referência existe quanto ao comércio em geral e aos comerciantes como atividade existencial à vida cidadina. Nada reflete o que foi conseguido, ou não, na vida económica e social. Somos apenas confrontados com equilíbrios financeiros, mas não sabemos se a nossa vida económica e social melhorou com eles. Não admira que a sociedade de Revisores Oficiais de Contas que auditou estas contas, tenha referido que os documentos de Prestação de Contas referentes ao ano 2019 se apresentam elaborados de acordo com os princípios contabilísticos legalmente aplicado a este setor, nos termos referidos na Certificação Legal das Contas. Mas sabemos que não estão de acordo com as nossas necessidades de desenvolvimento económico-social, aquelas cuja satisfação que todos ansiamos. Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Faz favor, senhor Deputado Henrique Monteiro.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Bom, efetivamente as contas do Município, que aqui o Município apresenta, encontram-se elaboradas de acordo com os princípios contabilistas legalmente aplicáveis a este setor. Fora melhor que assim não fosse. No entanto, a mim surge-me... queria fazer uma pergunta. A Câmara já pagou os terrenos do Polis? Ou a dívida aos legítimos proprietários ainda se mantem? Por outro lado, diz o relatório de Certificação Legal de Contas que no balanço não está garantida a plenitude da informação relacionada com os bens que compõem o ativo imobilizado.

E de anotar que, relativamente a este aspeto, houve aqui uma operação contabilística que valorizou em 13 milhões, 573 mil, 442 euros, um conjunto de património imobiliário do Município a que estava atribuído valor zero. Evidentemente que esta operação contabilística melhorou o ativo e os fundos próprios do Município, caso contrário, não tivesse sido feita, seriam inferiores neste mesmo valor, portanto, cerca de 3 milhões e meio de euros. Continua aqui a ser reconhecida que existem dúvidas relativamente à dívida das águas. Efetivamente, alguma parte do endividamento da Câmara pode ter melhorado efetivamente, mas do outro lado agravou-se. Os munícipes continuam a pagar a água e o Município continua a dever a água. Também não têm sido contratados financiamentos à Banca. Porquê? Porque, no fundo, a incorporação dos Serviços Municipalizados de Águas na Câmara Municipal da Guarda, os fundos que vieram desses serviços e o dinheiro que os munícipes vão pagando pela água, estão a ser alocados ao investimento. Portanto, a dívida existe. Ponto final. O que é que nós notamos aqui? Que a melhoria dos proveitos da Câmara subiram com algum significado. Mas subiram, sobretudo, à custa de quê? Do bolso da algibeira dos munícipes. Mais e mais impostos. Subiu o Imposto Municipal sobre imóveis que todos pagamos. A casa é nossa, mas infelizmente temos o imposto que nos verga, todos os anos, periodicamente, pela utilização da nossa própria casa. O IMT aumentou cerca de meio milhão. Houve mais transações imobiliárias, mas sobretudo no mercado de usados, transações de usados...”

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, já ultrapassou o seu tempo em um minuto. Portanto, tem que terminar.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Mas há aqui um sinal claro de que há uma redução da atividade e da dinâmica económica deste Concelho. A Derrama caiu. A Derrama caiu, portanto, as empresas estão a gerar menos riqueza, quando não ela também queria acompanhado o aumento dos outros impostos e teria subido. Relativamente aos custos com o pessoal eles aumentaram. Isto deve-se a quê? A progressões na carreira ou a contratação de mais pessoas para a Câmara. Afinal, a Câmara, parece que tinha muita gente, em tempos. E há aqui uma situação que eu quero deixar e termino já, senhora Presidente. Têm sido contratados, por exemplo, jardineiros? Parece-me que não. Os que estavam vão-se reformando e, em outsourcing, são contratadas empresas. O que é que essas empresas fazem nos espaços verdes que todos usufruímos no nosso dia-a-dia? Chegam com os cortadores de relva, passam à pressa, até deixam o corte da relva em cima da relva e não fazem o recorte junto do passeio, junto dos parques infantis e, a maior parte dos espaços, estão numa situação vergonhosa. Portanto, para onde é que vai este aumento de gasto com pessoal?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Rui Ribeiro, faz favor.” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Renovo os meus cumprimentos. Para dizer que o Grupo Parlamentar analisou o documento de Prestação de Contas do ano 2019 e o cenário que vemos deixa-nos com algumas preocupações. Por um lado, porque as falhas que temos vindo a apontar na informação, já em Prestação de Contas de anos anteriores, não foram aqui objeto de qualquer correção, mostrando uma vontade do Executivo de persistir

alguns erros, e, por outro, porque os sinais que vemos na evolução de alguns dos principais indicadores são preocupantes. Olhando, desde logo, para a execução orçamental, vem-nos à ideia uma locomotiva a perder vapor por a todo o momento. De resto, que talvez seja mesmo por isso que ela tarda em chegar. A desaceleração na execução da receita, de sete pontos percentuais, na despesa de seis pontos percentuais e nas grandes opções do plano também de seis pontos percentuais, face ao exercício anterior, são o primeiro sinal de alerta. Ainda assim, percebemos que a execução da receita foi a que, pelo menos aparentemente, mereceu mais atenção por parte do Executivo. Olhando para o detalhe da execução, percebemos que orçamento participativo, que é uma iniciativa que foi apresentada como mobilizadora da própria democracia participativa, o projeto bricosolidário, o projeto de reabilitação de habitações sociais na componente de eficiência energética, a despoluição dos rios Diz e Noeme, Canil Municipal, Infraestruturas funerárias e manutenção de parques infantis, tiveram uma exceção de zero, que não é compatível com a importância de alguns destes projetos para a qualidade de vida dos guardenses. A tendência de desaceleração estende-se também a outros indicadores. A redução de dívida, por exemplo, foi em 2019 equivalente a 48% da redução que se tinha verificado no exercício anterior. Quase metade. O prazo médio de pagamentos mais do que duplicou, de dezasseis para trinta e quatro dias, excedendo mesmo o limite dos trinta dias imposto pelo Plano de Saneamento Financeiro. A locomotiva arrisca a chegar atrasada. A nível financeiro, percebemos que existiu um ligeiro aumento na rubrica de despesas com o pessoal, assente fundamentalmente num aumento do pagamento de horas extraordinárias e ajudas de custo. Este aumento, de 2,84%, contrasta com o aumento de 13,62% na aquisição de bens e serviços. Consideramos este panorama preocupante na medida em que evidencia a ausência de uma política de gestão de recursos humanos robusta, que tenha em conta as expectativas dos trabalhadores e lhes faça justiça. Há pessoas com expectativas de reposicionamento que não veem o seu esforço e dedicação reconhecidos. Alguns acabaram mesmo por abandonar os serviços do Município e rumaram a outras instituições para poderem satisfazer as suas aspirações, inteiramente legítimas, como fomos aqui referindo ao longo do ano passado. Há também uma cada vez maior predominância das rubricas de transferências e subsídios e de impostos e taxas nas receitas, não se alcançando nenhum esforço para reduzir esta dependência. Gostaríamos de ver implementadas medidas para reduzir essa dependência, dando mais relevância às vendas e prestações de serviços, criando mais valor para os munícipes. Um plano de rentabilização do vasto património do Município, por exemplo, colocando-o ao serviço dos cidadãos, ao mesmo tempo que o rentabiliza de forma direta ou com recurso a um veículo financeiro, como um fundo imobiliário, seria um caminho possível. Verificamos que se mantém, também, aquela que para nós é uma linha vermelha, que é o reconhecimento da dívida à empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo. Tem sido referido pelo senhor Presidente de Câmara, que este não reconhece o valor total que lhe é imputado pela empresa. Mas não sabemos, da análise destas contas, sequer, que parte dessa dívida é efetivamente reconhecida como tal pelo Município, sendo esta uma informação importante para os destinatários das contas do Município. Não é possível valorizar umas contas que escondem em vez de mostrar, sendo que essa informação

tem ainda implicações ao nível da capacidade de endividamento do Município, cujo valor e divulgado é assim fantasioso. Por último, uma nota para o desaparecimento de meio milhão de euros da rubrica de outras aplicações de tesouraria, a tal onde estava uma reserva de valor para fazer face ao pagamento da dívida à empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo e que solicitamos ao senhor Presidente de Câmara que nos justifique. E, em face ao que acabámos de expor, e porque não podemos ultrapassar as nossas linhas vermelhas, a Bancada do Partido Socialista nesta Assembleia não votará favoravelmente a votação da Prestação de Contas de 2019. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém pretende intervir? Senhor Deputado Ricardo, faz favor.” -----

- **Deputado Ricardo Neves de Sousa (PSD):** “Senhora Presidente da Assembleia, senhores Membros da Mesa, senhor Presidente do Executivo, senhoras e senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados presenciais e em teleconferência, Colaboradores da Autarquia, Comunicação Social, todos aqueles que nos visualizam através da internet, uma boa tarde a todos. O Município da Guarda vive tempos excecionais e a excecionalidade do momento é totalmente diferente da também extraordinária conjuntura em que vivemos, decorrente da pandemia associada ao novo Covid-19 e que obrigou a sociedade a redesenhar os procedimentos a que estava habitada. Há cerca de onze anos, também esta Autarquia viveu uma pandemia que podemos agora chamar de Covid-09 e atribui-se esta designação porque se refere ao acrónimo de: comportamento obsceno na vigilância irresponsável da dívida. Em jeito de breve resenha histórica, como bem sabemos, e infelizmente está bem patente na memória da esmagadora maioria dos guardenses, desde essa data as finanças Municipais entraram numa espiral de decadência que apenas encontrou travão quando, em finais de 2013, se colocou um ponto final neste destino socialista. Viviam-se então os tempos do PAEL e do Saneamento Financeiro. A partir desse momento, o Governo Municipal primeiro na coligação PSD-CDS e posteriormente apenas com a sigla do PSD, encetou um titânico esforço com vista à recuperação das finanças Municipais combinando nesta aprovação de contas do exercício de 2019. Efetivamente, há uma palavra que define este documento e de igual modo caracteriza o Executivo: rigor. É esta certeza matemática dos números apresentados, que reforça a competência e determinação deste Executivo e alimenta a esperança de todos os guardenses de que, o passado financeiro rosa, jamais se voltará a repetir. Falo aqui das taxas de execução da receita/despesa e grandes opções do plano, cuja média é de mais de 77% em contraposição à mesma média de 2013 que pouco passava dos 60%. Se quisermos transpor estes valores para classificações académicas de 0 a 20, a execução de 2019 merecia um 16, ao passo que a de 2013 se ficava por modesto 12. Mas, se quiséssemos recuar um ou dois anos a essa data, nem ao 10 chegaria. Felizmente são tempos que já lá vão. Continuando, falo aqui em prazos médios de pagamento na ordem dos trinta e quatro dias, a 31 de dezembro de 2019, em contraste com os quatrocentos e sessenta e dois dias do período homólogo de 2012. Quero referir-me também ao excelente rácio entre os compromissos assumidos e os compromissos assumidos e não pagos, em que, durante o ano de 2019, apenas 15% ficou por pagar. Chamo particular atenção para a

capacidade de endividamento que cresceu quase 24%, passando de quase 30 milhões de euros em 2018, para mais de 37 milhões de euros em 2019. Em 2012, esse importante indicador andava próximo do zero. Ou seja, a Câmara Municipal da Guarda via cerceada a possibilidade de recurso ao crédito, fosse para investimento, fosse para suprir necessidades de tesouraria, ou acorrer a outras despesas. Durante o ano 2019, o Município da Guarda amortizou mais de 2 milhões de euros de empréstimos, contraídos unicamente pelo anterior Executivo Socialista, sendo de louvar o facto de, desde que tomou posse, em 2013, nunca se ter contraído um cêntimo de empréstimos. Para sermos realistas e melhor se entender esta situação, o PS endividou-se e o PSD teve que pagar. Em 2010, a dívida a terceiros era de cerca de 61.6 milhões de euros e, no final de 2019, pouco passava dos 17.6 milhões de euros. Como tal, relembro, novamente, o acrónimo Covid-09 já atrás citado e que reflete aquela que era atuação Socialista à data, comportamento obscuro na vigilância irresponsável da dívida. Já por diversas vezes o expliquei e voltarei a fazê-lo sempre que for necessário. O orçamento, que por norma votamos em dezembro, é um documento político onde são vertidas as linhas de ação e atuação consubstanciadas nas opções de investimento e despesa para o ano seguinte. Aí, poderão e deverão os Grupos Parlamentares propor diferentes configurações, à luz daquilo que será a sua visão política e ideológica relativamente à aplicação previsional dos fundos à disposição do Município. No entanto, como agora votamos as contas do Município e estamos a falar de um documento técnico, elaborado por técnicos, validado por técnicos e construído tendo por base princípios técnicos, aceites por todos os profissionais da área e que já foi politicamente legitimado na votação orçamental do período a que respeita. Assim, quando alguém vota contra este documento está a rejeitar o trabalho de todos estes colaboradores e a apoucar a tecnicidade que o mesmo incorpora. As finanças municipais da Guarda são hoje uma fonte de orgulho para os cidadãos do Concelho e um inegável capital de sapiência gestonária, sendo consideradas um referencial de boas práticas a seguir por outros Municípios. Em face do exposto, o documento que hoje se submete à aprovação, deverá ser aprovado, sem qualquer mancha, sem qualquer constrangimento. Muito obrigado a todos e uma boa tarde.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém pretende intervir? Senhor Deputado Marco Loureiro, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Tomo a palavra para dizer que, no seguimento de momentos idênticos, o Bloco de Esquerda irá votar contra, tendo em conta que, como outrora, continuamos a ter uma visão de que estes relatórios baseiam-se muito..., e nós podemos aqui estar a falar, como já aqui ouvi alguns Deputados, nesta retórica de números e que a parte técnica deve ser respeitada. É óbvio que ninguém, aqui, votando contra ou a favor, aparenta-me, no que toca a nós, que estamos ou que vamos menosprezar a veracidade de quem está a aplicar as devidas regras. Não é isso que se deve trazer ao debate político aqui. Não é isso. Respeito que alguns possam pensar dessa maneira. Contudo, também é bom que os outros respeitem que o lado de cá de um campo político pode e deve, se assim o entender, optar por ter a consciência de que os números apresentados não dizem respeito, ou pelo menos não

vão ao encontro daquilo que era de esperar no final de determinado tempo. E é por isso que o Bloco de Esquerda irá votar contra, pois entende que as receitas têm sido sempre na base de um aumento demasiado, como já tivemos, outrora, oportunidade de aqui dizer, dos impostos, a carga fiscal é sempre aquela que vem ao encontro. E como nós aqui já o fizemos, criticando a carga fiscal do Governo relativamente ao País, em muitos dos setores, é óbvio que aqui também nós, que também já vimos aqui estes mesmos Deputados a dizer que o Governo aplica, o Governo aplica... mas no que toca ao aspeto camarário já fecham os olhos a essa mesma aplicação, é certo que noutra vertente, mas não deixam de ser impostos devidamente aplicados e altíssimos. E, por isso, eles sim, estão num contrassenso, nessa matéria. E uma última justificação, porque é verdade que há o direito da oposição e o dia que esta Câmara optar por, de verdade, ouvir os partidos e não apenas esperar por esta Assembleia Municipal. E o senhor Presidente sabe que o Bloco de Esquerda está pronto para se dirigir à Câmara Municipal para debater, para apresentar novas ideias, para apontar aquilo que, entendemos nós, na nossa visão, que não está no caminho certo. E, por isso, quando isso acontecer, aí sim, poderá, também, se calhar, haver aqui uma alteração na orientação do voto. Até lá, continuará a ser, ou não, por parte do Bloco de Esquerda.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Rui Ribeiro. Peço desculpa, senhor Deputado Pedro Nobre, já há pouco tinha feito sinal. Sim, faz favor. Ainda tem tempo, pode usá-lo.” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Obrigado, senhora Presidente. O Deputado Ricardo Sousa trouxe-nos aqui a sua visão, enfim, do que é esta votação relativamente às contas. O Deputado Marco Loureiro também nos trouxe uma e a nossa é, de facto, mais próxima da do Deputado Marco Loureiro. Aquilo que nós estamos aqui a avaliar, aquilo que nós avaliámos na prestação de contas, aliás, é fácil ver isso pelos motivos que eu elenquei, foram as opções do Executivo. Não em termos de orçamentação porque essas efetivamente já foram avaliadas e dissemos sobre elas aquilo que tínhamos a dizer, mas as opções de execução. Foram essas que avaliámos. Do ponto de vista técnico, para nós, daquilo que nos pareceu, o documento é inatacável. Não tem, não há questões técnicas que nos apraz levantar sobre a elaboração deste documento. Portanto, tecnicamente... aliás, nós não somos Revisores de Contas e o documento, a prestação de contas, foi sujeita a uma revisão legal, portanto, ninguém melhor do que esse órgão, que é independente da Câmara e que, portanto, o fez de acordo com as normas internacionais e com as melhores práticas da entidade reguladora. Portanto, esse assunto ficou completamente esclarecido. Da nossa parte, tecnicamente, não há de facto nenhuma questão. O que há é uma avaliação das opções. Portanto, é só sobre isso que nós nos manifestamos aqui. Nada sobre questões técnicas. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Agora sim, senhor Deputado Nobre, faz favor.” -----

- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “Senhora Presidente e restante Mesa, senhor Presidente da Câmara e restantes Vereadores, senhores Deputados, Deputadas,

Presidentes de Junta, Trabalhadores, Comunicação Social. Quando se faz algum tipo de críticas, eu acho que nós devíamos saber exatamente o que é que nós queremos dizer. Quando atacamos as contas porque dizemos que não seguem aquilo que nós entendemos, mas quando essas contas refletem que mais de 80%, à volta de 80% daquilo que foram os objetivos que a Câmara se propôs fazer e alcançar, eu acho que, primeiro, esses objetivos também foram votados nas GOP e por aí adiante. Portanto, vão de acordo com aquilo que é a representatividade da maioria aqui presente. Eu não posso agora vir dizer que esses objetivos não são bem aqueles que nós gostaríamos que fossem. Então, assim, nunca nos entendemos. Depois, aqui, embora haja uma ou outra questão que eu até acho pertinente e com certeza que irá ser respondida, podem atacar muita coisa, mas agora dizerem, Aqui d'El Rei porque o imposto de IMT aumentou 500mil euros? Senhores, era bom que tivesse aumentado 500 milhões, porque era sinal que havia efetivamente transações imobiliárias, demonstram que efetivamente as pessoas estão a comprar casa, habitação, na nossa localidade, essencialmente habitação, isto também tem a ver com algumas partes das empresas, mas essencialmente habitação e que representa a confiança que os cidadãos estão a ter na nossa cidade. Portanto, se quiserem atacar outro tipo de impostos ou outro tipo de situações... eu não sei muito bem, honestamente, se o IMT tem uma margem muito grande para ser negociada como tem o IMI. Eu julgo que não. Vai de acordo com aquilo que eu pensava. Portanto, se quiserem atacar o aumento do IMT, ataquem então o senhor Governo porque ele é que o tinha que ter baixado. Eu acho que há coisas que, efetivamente, poderão ser ditas e de certa forma atacadas, se quiserem assim. Mas há outras que representam exatamente o contrário daquilo que alguns dos senhores Deputados aqui quiseram vir defender. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não? Senhor Presidente, faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Muito obrigada, senhora Presidente. Deputado Henrique Monteiro, terrenos do Polis. Nós só temos como dívida aquilo que está reclamando, que está assente em documentos. Portanto, oficialmente, não há dívida nenhuma a nenhum proprietário do Polis porque, senão, estaria em dívida nas contas do Município. Como não há nenhum processo nas contas do Município, ou que esteja refletido nas contas do Município, ou que tenha sido solicitado à Câmara da Guarda o respetivo pagamento, portanto, não existe, neste momento, nenhuma dívida a nenhum proprietário no Polis. Coisa diferente é, se há alguma coisa que no passado não foi resolvida e que nós desconhecemos, que um dia pode vir e chegar ao nosso conhecimento, tentaremos resolver oficialmente. Está tudo pago no âmbito daquilo que são as obrigações que resultaram, na altura, da expropriação dos terrenos Polis. Imóveis valor zero, Senhor Deputado, também a Chefe de Divisão, a Dr.<sup>a</sup> Teresa, referiu. Nós já adotámos um novo sistema de contabilidade pública. E aquilo que no sistema anterior não tinha, e estava de acordo com as normas e regras, estava valorizado por zero, agora, com o no sistema de contabilidade pública, obriga a uma avaliação e tem repercussão, fruto das novas regras, tem repercussão no âmbito daquilo que é o novo sistema e as contas refletem exatamente essa alteração. A dívida das águas não subiu. A dívida das

águas não existe no Município da Guarda porque está em provisões. Em primeiro lugar, como sabemos, não foi o Partido Social Democrata que assumiu, que contratualizou, em 2009, qualquer acordo com as Águas de Portugal. Mas, verdadeiramente, herdou uma situação que nós já sabemos e eu não me vou alongar-me muito mais por causa dessa matéria. É certo que, enquanto estiver a ação judicial em curso, e nós já sabemos que ao fim destes nove ou dez anos, a ação chegou ao Supremo Tribunal Administrativo. O Supremo Tribunal Administrativo declarou-se incompetente para decidir esta questão. Sabem porquê? Porque tinha que ser o Tribunal Arbitral a decidir esta questão. E nós como vemos, da parte das Águas de Portugal, uma resposta que não acautela minimamente os interesses que estão em causa e, em resumo, as infraestruturas cedidas às Águas de Portugal que eram do Município, onde o Município da Guarda, em tempos idos, gastou muito dinheiro, que então a ser usadas pelas Águas de Lisboa e Vale do Tejo; também há um acordo que foi celebrado, não foi homologado pelo Governo, onde se aceitava a redução da tarifa da água e, como tal, hoje essa redução não tem repercussão na proposta das Águas de Portugal e, ao mesmo tempo, também a consequente redução de juros que resulta de uma redução da dívida eventual que possa existir. E existe uma dívida porque, de facto, ainda há um diferencial. Nós, há uns tempos atrás, numa Assembleia como esta, eu cometi um erro na transmissão que fiz e disse que 2015, ou 2016, que estávamos a pagar a tarifa das águas. Não, em 2018, janeiro de 2018. Foi um lapso meu e logo se colocou aqui a questão. Não quero, Deputado Rui, não quero estar a esconder nada, mas já lá vamos. E, nesta matéria, a partir de 2018, nós pagamos a água. Não pagamos é tudo e pagamos conforme o tal acordo que não é reconhecido pelas Águas de Portugal. Quando chegamos à fase da negociação amigável, as Águas de Portugal dizem: nós reduzimos 30% dos juros. Ok? A Guarda tem cerca, se contarmos os 29 milhões, mas, se calhar, no âmbito daquilo que são as contas das Águas de Portugal, estarão lá 31 ou 32 milhões, se contarmos qual é o valor de juros neste montante, as Águas de Portugal propõem aos Municípios a redução de 30% dos juros. Ponto final. Ora, como eu vos disse, é preciso ter em conta que, com a saída da Covilhã, há um desequilíbrio no sistema que é preciso compensar os Municípios desse desequilíbrio e, em segundo lugar, também há que ter em conta as infraestruturas que nunca foram avaliadas. E enquanto estes dois aspetos que têm uma repercussão muito forte naquilo que é a dívida futura a considerar na relação Município da Guarda/Águas de Portugal, nós estaremos na primeira linha da frente, como temos estado, juntamente com mais dois Municípios, a discutir judicialmente e no Tribunal Arbitral que é onde está hoje o processo, a reivindicar aquilo que são os direitos e interesses legítimos que nós consideramos do Município da Guarda. E, portanto, enquanto esse litígio não for resolvido não há dívida. Está em provisões. E a dívida não aumenta, nem diminui, porque nós não temos dívida, porque ela não é assim reconhecida pelo Município. Agora, sabemos que há um litígio. E como há um litígio, há um valor que um dia iremos pagar. Mas iremos pagar, salvaguardando as Águas de Portugal os interesses que consideram essenciais e o Município da Guarda os interesses que também consideramos essenciais. Portanto, esta é uma situação que já falámos várias vezes nela e que um dia há de ter uma solução. E nós, verdadeiramente, esperamos que seja no mais curto espaço de tempo. Mas, em Portugal, a justiça, sabemos como é que as coisas acontecem. E vejam,

mais de dez anos, depois de passar por três tribunais, a verdade é que o Supremo Tribunal Administrativo declara-se incompetente. Por isso é que o Estado perde milhões de euros nos litígios que tem ao nível fiscal e ao nível administrativo. É impensável coisas destas no século XXI, onde as instituições portuguesas, designadamente judiciais, neste caso, não cumprem verdadeiramente o seu papel e prejudicam gravemente os interesses das populações e os interesses das instituições, Municípios, públicas, que querem salvaguardar, efetivamente, esse bem coletivo e público de quem representa. Nessa matéria, portanto, é aquilo que eu tenho que dizer. Não há subida de impostos no Município da Guarda há mais de dois anos. Há mais de dois anos. Pode haver um aumento ou uma diminuição da receita onde os impostos são refletidos e isto tem a ver com a dinâmica económica. Mas coisa diferente é assim: o Município aumentou os impostos na Guarda. Isso é um erro grave naquilo que é a explicitação para o cidadão comum, quanto mais nesta Assembleia, que é dizer a verdade. E a verdade é esta, há mais de dois anos que não há aumento de impostos, não há alteração das taxas de cobrança a favor do Município, naquilo que se repercute na capacidade de rendimentos das famílias, das instituições particulares. Há é um aumento ou uma diminuição da receita. E isso quer dizer o quê? Quer dizer que, quanto mais casas foram vendidas, qual é a contribuição que o Município faz para isso? Qual é? Digam-me lá? Não contribui para isso. Tem que criar condições para que haja mais jovens, mais famílias que venham para a nossa cidade, para o nosso Concelho e, a partir daqui, façam a sua vida normal, comprem casa, gastem aqui o seu dinheiro, vão aqui também ao restaurante, comprem aqui os seus medicamentos, usem tudo o que a cidade tem para dar e é essa dinâmica económica que repercute na subida ou na descida da receita. Como referiu, e muito bem, na Derrama verdadeiramente há uma diminuição. As empresas sentiram. Não é a situação atual, porque estas contas refletem apenas o exercício de 1 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019. Nós já estamos em junho. Portanto, de janeiro a junho de 2020, não tem nada a ver com esta realidade. Porque senão, a dívida, vou-vos dizer, aquela dívida que a senhora Chefe de Divisão referiu, que baixou mais de 1 milhão de euros, também nós, até junho, já pagámos um milhão de euros. Portanto, nas contas, na prestação de contas que vamos fazer para o próximo ano, relativas a 2020, esta dívida que está hoje em 17 milhões do Município, não de lá está menos de 16 milhões porque nós amortizamos, em média, 2 milhões de euros, por ano, de dívida. E isso tem reflexo, todos os anos, naquilo que é a prestação de contas. Portanto, os impostos não aumentaram. Verdadeiramente, há oscilação da receita, conforme a dinâmica económica do Concelho. A questão dos custos de pessoal. Insistimos nisso, todos sabemos, porque verdadeiramente com a integração, hoje não há perímetro municipal. O Município absorveu tudo o que eram os serviços autónomos e que estão integrados hoje, como era o caso dos SMAS, no Município da Guarda. Mas também como aconteceu com as Empresas Municipais noutros tempos. Portanto, o património, o ativo e o passivo foi integrado no Município. Se eram trabalhadores que não eram contabilizados no Município porque tinham um tratamento autónomo, a partir do momento em que há integração, esses trabalhadores, e estamos a falar de 2019, integram o número de efetivos do Município da Guarda. Claro que os salários que não tinham repercussão nas contas do Município, pelo menos antes da consolidação, porque

nós quando apresentamos as contas consolidadas, aí sim, já vemos qual é a visão global do perímetro municipal. Mas, neste momento, já não há necessidade, como aconteceu no passado, de apresentar essas contas consolidadas. A não ser por causa de uma situação do Município, onde nós temos, de facto, também ali uma participação, mas isso é irrelevante praticamente naquilo que são a apresentação das contas. Mas, verdadeiramente, se temos os custos efetivos, no caso concreto dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, que estavam autonomizados e tinham um centro de custos e de receitas próprios, agora, para o bem e para o mal, vêm para as contas do Município. Ora, esse reflexo tem, também, implicação no número de efetivos. Sendo certo que também, no nosso exercício, foram admitidos no Quadro de Pessoal mais cerca de vinte pessoas, como sabem, e essas vinte pessoas integram o Quadro de Pessoal. Mas também houve muita diminuição. Não é como o Deputado Rui referiu, que as pessoas chatearam-se de viver na Guarda, de trabalhar no Município. Quer dizer, este é o espírito que ainda graça muito por aí, e alguns elementos do Partido Socialista têm esse espírito, mas já lá vamos, repito, de que agora nós fizemos mal aos nossos cidadãos, aos nossos colaboradores e eles querem ir para outras partes. Foram expulsos, quase, das palavras do senhor Deputado, parece-me que foram excessivas. Mas, verdadeiramente, as pessoas fazem escolhas, opções. Não determinamos nós o destino de quem trabalha na Câmara da Guarda e dizemos apenas que, aquilo que é o melhor para os nossos trabalhadores, seja a executar funções hoje no Município, ou se amanhã executar noutro lado, nós estamos ao lado deles para tomar essas opções que têm uma natureza mais pessoal, muito específica, das suas necessidades, às quais nós somos alheios. A questão dos jardineiros. Temos empresas. Nós contratamos empresas, as empresas fazem o trabalho de acordo com o caderno de encargos definido por nós. Se alguma coisa corre menos mal, ou é por falta de profissionalismo dessas empresas e também nós só temos que ter um serviço de fiscalização também ativo para, qualquer coisa que esteja mal, corrigirem. Se não corrigirem, pedimos a respetiva indemnização daquilo que são os encargos assumidos pelas empresas e pela exigência que também no caderno de encargos nós colocámos quando o elaborámos. O Deputado Rui Ribeiro já não é a primeira vez, costuma ter sempre a sua análise, eu diria que não sei se está com o Bloco de Esquerda, se está com o Marco Loureiro, ou aqui com o Ricardo Né, porque é uma visão muito específica e muito própria. Desde considerar, como veio depois aqui explicar, que afinal tecnicamente não discute. Não discute porque é verdade, são validados, cumprem o normativo legal que regula todo o sistema de contabilidade. Mas não deixou de dizer que temos um cenário preocupante e que há vários erros. Eu não sei se este erro é um erro técnico, ou se é um erro de quê? De nós termos uma prioridade que é diferente da do senhor Deputado? Esse é que é o erro? Era o que faltava! Ou então, há um erro e este tem que ser visto do ponto de vista técnico. Como o senhor Deputado já disse aqui, tecnicamente não há dúvida que cumprimos as regras e as normas legais que tutelam esta circunstância. Mas vamos lá. Execução orçamental, perde valor. Chocante para o senhor Deputado. Houve diminuição do valor da execução orçamental. Mas depois dá a resposta. Repare, nós estamos a gastar, começou no dia 28 de fevereiro deste ano, a execução das obras das habitações sociais na zona de Rua dos Amores, Edifício 3, na Rua dos Amores, Edifício 1, que tem um valor aproximado de

300 mil euros. Ora, estas obras estavam previstas a ser executadas no ano de 2019. Estas contas, repito, dão a avaliação, repercutem a ação do Executivo de 1 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019. Nós pensámos que esta obra podia ter acontecido no ano 2019. Mas, se não acontecer no ano 2019, qual é o efeito que tem na execução? O efeito que tem na execução é que se eu projeto 1 milhão de euros e gasto um milhão de euros, é 100% de execução. Se eu projeto, prevejo 1 milhão de euros e executo 500 mil, tenho 50% da execução. Mas não ficou por fazer, senhor Deputado. É que nós prevemos, mas nem sempre as coisas, a previsão, depois corresponde à realidade e, verdadeiramente, dois meses depois, janeiro e fevereiro, estávamos a executar a obra. Mas já tem repercussão em 2020, não tem em 2019. E o senhor Deputado diz: bem, reparem que este cenário é preocupante porque a execução orçamental está a baixar. Pois está, porque há obras que nós não executámos, embora previstas em 2019, e que só podemos executar em 2020. E, mesmo assim, aqui está uma que referiu, vamos às habitações sociais que eu acabei de dizer e o senhor Deputado também o referiu, em fevereiro estão a ser executadas. Portanto, já têm execução orçamental e ajudam na execução orçamental de 2020, que não estamos hoje aqui a estudar. Claro que o orçamento participativo, aquele que foi desenvolvido nos anos anteriores, teve a sua execução. Foi uma opção. No ano de 2019 não fizemos o orçamento participativo. Mas estamos a caminho. Não se fez, não quer dizer que não se venha a fazer no futuro. Bricosolidário, um projeto que foi desenvolvido ao longo dos anos e continua ativo, mas também fizemos outros projetos ao nível da ação social que também nos valorizam. A questão do Canil. Como sabe, estamos a fazer obras profundas no Canil, estamos a fazer sala de cirurgia, melhorar o local onde os animais vivem, onde os animais estão, de forma a terem melhores condições de existência. É um investimento grande, como sabe. É um trabalho que está em curso, colocar e dizer: bem, o canil começou no ano passado não teve execução, nem terminou no ano 2019, mas está e vai terminar no ano de 2020, cujo montante de investimento também é de largos milhares de euros. Diz que a redução de dívida, sim foi de 48% em anos anteriores. Mas qual é o problema? Ela continua a baixar. Claro que a capacidade, aquilo que eram áreas onde nós podemos corrigir e corrigimos muito com uma repercussão de 48%, à medida que vamos melhorando a eficácia financeira, a eficácia orçamental, a eficácia económica, porque é isso que trata a gestão das contas, é destes três pilares fundamentais das finanças do Município, à medida que nós vamos tornando mais eficiente a máquina financeira e a execução financeira daquilo que são os nossos projetos, vai havendo margem, cada vez menor, para termos capacidade de corrigir os grandes problemas que herdámos há seis anos atrás. Mas, mesmo assim, temos vindo a baixar sucessivamente itens e critérios que são e revelam aspetos menos positivos do nosso Município. Mas era de 48%. Hoje, se é de 20% ou de 30%, a verdade é que garanto, e isso está refletido nas nossas contas, em média, são 2 milhões de euros que pagamos de dívida que nós não fizemos. As obras. O Partido Socialista fez algumas obras. Este edifício foi o Partido Socialista que fez. Mas nós tivemos que pagar muito do que aqui está feito. Estamos a pagar. Mas as coisas são assim. Verdadeiramente, hoje, o Município da Guarda com esta gestão do primeiro mandato, do segundo mandato do Partido Social Democrata, não contraiu um único euro de dívida. Portanto, não só fazemos o que os senhores veem acontecer na nossa

cidade e no nosso Concelho, pago na hora, sem criar dívida, sem termos de pagar juros aumentando os encargos dessa despesa. Mas sim, a única coisa que está aqui pendente e que tem peso nas nossas contas, é pagar a dívida que o Partido Socialista nos deixou. O aumento dos custos de pessoal, eu não me vou referir porque já o expliquei. É verdade também, senhor Deputado, que o Município não tem um grande acréscimo de vendas e prestação de serviços. E é verdade também que aumentou muito a aquisição de bens e serviços. Um Município não é uma empresa. A gestão, muitas vezes, devia assentar em princípios de gestão privada, é verdade, nalguns pontos. Mas há uma coisa que nunca vamos mudar, porque aí descaracterizamos completamente a gestão pública. Uma coisa é certa, um Município que não faça investimentos, que não adquira de bens, que não adquira serviços, é um Município que não resolve o problema das pessoas, não resolve o problema da comunidade, não resolve o problema do desenvolvimento. É preciso investir, é preciso gastar. Gastar bem, com racionalidade, com prioridade daquilo que é mais essencial em relação ao que é menos essencial. Com eficiência naquilo que ele vai ao encontro da necessidade das pessoas. E, por isso, também não aumentamos as vendas e prestações. Como não somos empresa, nós não vamos abrir cada vez mais estabelecimentos, mais restaurantes. Nós não vamos fazer cada vez mais vendas à nossa comunidade. Não é esse o nosso negócio, entre aspas. Nós estamos aqui para servir aquilo que são as principais necessidades do Concelho. E, por isso, um item que cresce em termos de custos, que são os serviços, porque há investimento, há gasto de materiais, é preciso fazer obras e, portanto, aumenta. Aumenta porque há investimento. O Município tem capacidade financeira para o fazer e não conseguimos aumentar as vendas, nem as prestações de serviço, porque efetivamente não somos uma empresa que tenha como objetivo fundamental vender cada vez mais. Nós não vendemos nada, nós resolvemos as necessidades das pessoas. O reconhecimento da dívida às Águas do Vale do Tejo, eu isso não vou... já expliquei. Não reconhecemos dívida. Há esta questão para dirimir e nós acreditamos que isto terá uma solução. Mas, a seu tempo, explicaremos, se for o caso, aqui nesta Assembleia. Não escondemos nada, senhor Deputado, era o que faltava. Se há alguma marca que este Executivo deixa, obtém naquilo que é a sua gestão, é a verdade. É a verdade e a transparência. Dizer que nós tínhamos 6.5 milhões, valor este transitado do SMAS para as contas do Município. Tal como veem os deveres, os custos, também veem os proveitos. O que foi feito é o seguinte... mas o senhor Deputado é exímio em utilizar logo estes adjetivos, não sei com que intenção, mas tenho que lhe dizer que, se for às contas, 6 milhões estão numa conta a prazo e meio milhão que está numa conta à ordem. Portanto, nós temos os 6 milhões e meio. Mas, se não os tivéssemos, qual era o problema? Quem gere hoje a Câmara? Nós recebemos do SMAS 6.5 milhões e hoje continuamos a ter os 6.5 milhões. Mas verdade que pusemos a prazo, porque não mexemos nesse dinheiro, os 6 milhões aí continuam, temos meio milhão para situações de oscilação. Senhor Deputado, acabamos de passar por uma situação de pandemia, um período extraordinário nunca visto. Tivemos custos extraordinários, coisas que nunca pensámos comprar, adquirir, satisfazer. Onde é que vamos buscar esse dinheiro? Qual é o problema de, dos 6.5 milhões, deixar 500 mil euros e, há um mês atrás, termos mexido nesse dinheiro? E com todo o gosto vos refiro, esses 500 mil euros continuam já e estão repostos nas contas

do Município, numa conta à ordem. Também, se continuar a ter dúvidas depois da minha explicação, faço questão de lhe enviar exatamente a prova do documento onde atesto que esses 500 mil euros estão numa conta à ordem. De resto, penso que esclareci aquilo que podia esclarecer. Obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Passamos, então, à votação deste ponto.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.2 - Discussão e votação da Prestação de Contas do Município da Guarda do Ano de 2019.* -----

- Aprovado, por maioria, com quarenta e oito votos a favor, treze votos contra e seis abstenções. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Peço desculpa, senhor Presidente. Uma Declaração de Voto do senhor Deputado Henrique Monteiro. Faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Bom, a abstenção do CDS deve-se ao facto de este documento estar de acordo com aquilo que é o parecer do Revisor Oficial de Contas, elaborado de acordo com os requisitos técnicos; é da responsabilidade do Município; a aprovação é da responsabilidade da bancada da maioria que apoia este Executivo e daí a nossa abstenção. O nosso voto contra foi refletido nas Grandes Opções do Plano, cuja execução está refletida neste documento. Quando se vê, no aumento do IMT, uma demanda da Guarda por mais pessoas, é uma visão que não corresponde à realidade, porque todos os organismos que analisam estes fenómenos, e credíveis, alguns deles na tutela do próprio Estado, dizem que o Concelho da Guarda continua a perder pessoas. Não o vou dizer aqui, mas eu pessoalmente podê-lo-ei dizer ao senhor Pedro Nobre, explicar-lhe qual é o fenómeno que está associado a esta situação. Uma vez, também, que o endividamento do Município aumentou para os valores que aumentou, eu penso que, então, estarão criadas, efetivamente, todas as condições para que seja o próprio Município a encarregar-se da construção do CET e não andar aqui com soluções que me parecem bastante opacas e onerando, durante tantos anos, os municípios deste Concelho. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Peço desculpa, senhor Presidente. Faz favor, queria usar da palavra para? Uma Declaração de Voto também? Faz favor, senhor Deputado. Peço desculpa que eu não o vi.” -----

- **Deputado José Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Santana da Azinha (PSD):** “Boa tarde a todos. Enquanto Autarca, elaborei um programa eleitoral. Nesse programa eleitoral constavam algumas propostas, promessas do Executivo. Quando, recentemente, recebemos um dos editais de uma última reunião de Câmara em que vemos todo um conjunto de obras para as Freguesias rurais que foram pura e simplesmente anulados, é evidente que não fico contente. Quando endereço ofícios ao Executivo e não tão pouco mereço resposta, é evidente que eu não posso estar satisfeito.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. E é por isso que votou dessa forma, é isso? Muito obrigada.” -----

-----  
**Ponto 2.3 - Discussão e votação da Proposta de Atribuição de Apoio à Freguesia de Gonçalo Bocas.** -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Agora sim, senhor Presidente.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhora Presidente. Relativamente a este ponto, dizer o seguinte. A Junta de Freguesia de Gonçalo Bocas colocou um problema ao Município da Guarda e que tinha a ver com a insolvência da Associação Social de Melhoramentos de Gonçalo Bocas. A gestão não correu bem, esta valência encerrou na Freguesia e, como tal, o Presidente da Junta colocou-nos este problema, no sentido de podermos apoiar numa eventual Hasta Pública, que veio a ocorrer no dia de hoje, a possibilidade de apoiar na aquisição do edifício e revertê-lo novamente a favor da satisfação das necessidades públicas que esta Freguesia pretende. E, por isso, nós decidimos, desde logo, também apoiar até ao valor de 40 mil euros a possibilidade de a Junta, em colaboração com o Município, adquirir este espaço e, a partir daqui, assumir a responsabilidade, através da constituição dos novos órgãos, para continuar a oferecer àquela população as valências que sempre foram ali desenvolvidas. Esta é a colaboração que tem que existir com as diferentes Freguesias. E a propósito disso, tenho a dizer ao senhor Deputado, Presidente de Junta, que acabou aqui de referir relativamente a uma questão que não corresponde à verdade. Não corresponde à verdade porque nós, no final do ano de 2019, em dezembro, eu e com o então Vice-Presidente da Câmara Municipal da Guarda, Sérgio Costa, definimos um conjunto de opções e de investimentos para as Freguesias com uma condição essencial. A condição era que existam fundos comunitários, ponto um. E as empresas que ganhassem os concursos, só assumiriam a execução do concurso com a aprovação das candidaturas comunitárias que viessem a abrir no ano de 2020. Os Senhores Presidentes de Junta têm conhecimento disto, porque foi assim que eu combinei com o senhor, então Vice-Presidente, Sérgio Costa, e foi assim que todo o Executivo aprovou aquele conjunto de obras. E, mesmo assim, temos aprovado um conjunto de obras, para além destas que o senhor Deputado referiu, José, que tem a ver com um conjunto de obras no valor de 1 milhão e meio de euros, que ainda estão em curso no Município, na mesma condição de serem aprovadas as candidaturas comunitárias para fazer esse investimento. Com uma diferença em relação a estas que foram anuladas. É que as empresas podem assumir, desde que nós digamos, exatamente, a partir deste momento executam a obra e esta obra passa a ser uma realidade nas Freguesias. Esta circunstância de ter sido anulado este conjunto de obras que tem a ver com o investimento das Freguesias, não implica, por parte deste Executivo, a não realização de obras. Mas exige-se sempre que, para que sejam cumpridas as obras que entendamos necessárias... porque é verdade que é diferente se eu tiver 85% de apoio em qualquer obra no Concelho da Guarda, ou pagá-lo a 100%, é completamente diferente, senhor Deputado. E, portanto, é por isso que consigo, e quem tiver dúvidas sobre este ponto, é comigo que tem que resolver. E tem que resolver o seguinte, olharmos para a sua Freguesia e, das cinco, das dez, das quinze e das vinte obras, olharmos para a capacidade orçamental e financeira do Município para o ano de 2020, porque o mundo não vai acabar em 2020, porque é preciso também

fazer obra em 2021, é preciso fazer obra em 2022. E nós não podemos querer obras comparticipadas, que podiam ser feitas em 2020, ou em 2021, fazê-las todas não tendo esse financiamento. Se não há esse financiamento, temos que ser mais gradualistas, temos que ser mais responsáveis para diluir o investimento por todas as Freguesias. Porque eu já falei com todas as que me procuraram. E eu vou conhecer essa situação do e-mail e a razão pela qual ainda não reunimos. Desconheço, mas vou saber. Mas fica ciente esta forma de relacionamento e resolução dos investimentos essenciais para a Freguesia. Primeiro, prioritário, essencial, com fundos comunitários ou sem fundos comunitários. E o investimento, vos garanto, nas Freguesias, nas quarenta e três Freguesias, o investimento continua e vai continuar a ser feito. Não pode é ter a mesma leitura, como os senhores Presidentes de Junta sabem, porque assim estou convicto eu que o então Vice-Presidente vos transmitiu, estas candidaturas andam se houver fundos comunitários. Se não houver fundos comunitários, é assim que eu e os meus colegas do Executivo assumimos esse compromisso. E, em finais de maio de 2020, os técnicos apresentam-me 2.5 milhões de euros de investimento, em quarenta e duas Freguesias, os quais, sem fundos comunitários, não é possível de realizar. Não é possível de realizar 2.5 milhões, no ano 2020, sem fundos comunitários. Fica aqui claro que não é possível gastar, para além de 1 milhão e meio, meus senhores. Para além de 1 milhão e meio que eu podia ter dito, na mesma lógica, que era evitar de fazer estas obras de 1 milhão e meio. Esses estão lá. Esses estão lá e, em colaboração com cada um de vós, vamos ver o que é que é possível. E daquilo que são as opções das Freguesias, vamos também ver o que é possível no ano 2020. E o que não for possível em 2020, vamos trabalhar para 2021. Pelo menos, nestes dois anos. E é assim, de forma responsável e rigorosa e verdadeira, que nós temos que fazer política e estar na política. Não está nada proibido, não foi nada impedido. O que nós quisemos fazer foi, efetivamente, ser responsáveis na avaliação dos encargos, naquilo que são necessidades essenciais muito abrangentes e vamos querer apostar nessas. E de uma forma gradual, todos os anos, apostar naquilo que são as vossas reivindicações legítimas e que nós também vos queremos ajudar a responder a essas necessidades. Disse. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Alguém pretende usar da palavra neste ponto? Senhor Deputado Monteirinho, faz favor.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Boa tarde, novamente, a todos. Só colocar aqui duas questões ao senhor Presidente. E a primeira está relacionada com aquilo que acabou de dizer. Vi que definiu um princípio. Para as Juntas de Freguesia só haverá investimentos se houver a possibilidade de haver as candidaturas. Não foi isso que disse?” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Não. Peço desculpa, posso? Só para ter a noção. Há um conjunto de investimentos que estão a decorrer nas Juntas de Freguesia. Esses estão assentes e assumidos pelo Executivo. Acontece que há um conjunto de investimentos que estavam nessas candidaturas que, como não foram aprovadas, não podemos assumir de todo os 2.5 milhões para o ano de 2020. E aí carece de uma seletividade das opções relativamente ao ano de 2020 e daquilo que era a busca

e a procura dos Presidentes de Junta. E quanto a esse exclusivamente, sem prejuízo dos que já estão em curso, eu, nós, vamos dar, de facto, prioridade à definição clara, desses todos, quais é que vamos fazer no ano de 2020.” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Muito bem, senhor Presidente, está esclarecido. Então a questão que eu quero colocar é a seguinte. Em relação ao ponto que estamos a debater, queria só saber em quem a escritura pública iria ser feita, em nome da Junta de Freguesia? Em nome da Câmara Municipal? Em que nome é que isso vai acontecer? Porque é assim, há aqui um travão de segurança que, de alguma forma, tem que ser colocado. Porque ao estar a fazer um investimento da Câmara Municipal, de 40 mil euros, numa Junta de Freguesia, e bem, no nosso entender, uma vez que há necessidade, apesar de corresponder a uma falência ou a uma gestão menos cuidadosa, segundo ouvi dizer, não tenho a certeza, mas de certeza que o Presidente nos irá esclarecer, queríamos saber quais são as garantias que a Autarquia tem para que esse investimento fique salvaguardado de uma outra má gestão, ou coisa assim do género. Está bem? Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, infelizmente aconteceu a insolvência da Associação Social e de Melhoramentos de Gonçalo Bocas que é o Centro de Dia desta Freguesia, prejudicando, de diversas formas, a sua vida coletiva. Está, por agora, este equipamento limitado a servir para local de consultas e enfermagem, educação física sénior, servindo a comunidade sem ter qualquer plano de utilização. É, apesar disso, válida a opção da Câmara de apoio à sua aquisição pela Junta de Freguesia. Contudo, este equipamento deve continuar a funcionar normalmente como IPSS, ficando sujeita às determinações contidas na proposta de Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Instituições Particulares de Solidariedade Social, ou equiparadas, e outras entidades de interesse público do Concelho da Guarda, é o que iremos votar a seguir, nomeadamente o que está contido no artigo 17º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Instituições. Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Obrigada, senhor Deputado. Temos, agora, o senhor Deputado Henrique Monteiro. Faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Pois muito bem, se realmente este apoio corresponde à supressão de uma necessidade social da Freguesia, acho muito bem que se faça. Mas também que efetivamente se acautelem e se garanta que, aquilo que aconteceu no passado, talvez fruto de uma gestão menos cuidada, não venha a ocorrer no futuro. Portanto, é importante saber quem é que, no futuro, depois vai prosseguir à ação social que era desenvolvida nesta entidade. Se são as mesmas pessoas, se são outras pessoas, como é que vamos ficar. E também é importante saber se, efetivamente, o património fica na esfera do Município, ou se ficará na esfera da Freguesia, ou de uma outra terceira entidade. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Presidente de Junta. É isso? Faz favor.” -----

- **Deputado Manuel Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Gonçalo Bocas (PSD):** “Cumprimento a senhora Presidente da Assembleia, os restantes Membros da Mesa, o senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores e senhoras Vereadoras, os meus colegas Presidentes de Junta, senhoras Deputadas, senhores Deputados, Comunicação Social e público em geral. Antes de começar aqui a intervenção, já fizeram duas ou três questões e eu quero responder. A solicitação que eu fiz ao senhor Presidente da Câmara é a intenção de a Junta de Freguesia adquirir o edifício. E porquê? O edifício pertencia à Associação Social de Melhoramentos de Gonçalo Bocas. A Associação é que tinha o património do edifício e a Associação entrou em insolvência. As razões também não vêm aqui ao caso, porque se foi má gestão, ou não, não podemos dizer isso. Se o edifício estivesse no poder da Junta de Freguesia, não tínhamos esta necessidade de o adquirir. Já era dela. Mas não era, era da Associação. E o que nós queremos é que fique na posse da Junta de Freguesia para não voltar a acontecer isto. E até aconselho todas as Juntas de Freguesia, se mantêm edifícios em nome das Associações, façam tudo por tudo para o transferir para a esfera das Juntas de Freguesia. Isto vai acontecer em muitas Freguesias, tenho a certeza absoluta. A Freguesia, se estivesse a posse do edifício, não tinha acontecido isto. O problema foi que a Associação teve problemas, começou, não tinha responsabilidade nenhuma, entrou em insolvência, garantindo que as dívidas que tinha iam servir o edifício porque era deles. Porque se o edifício fosse da Junta de Freguesia não se tinha passado isto. Acho que esclareci sobre a intenção da Junta de Freguesia adquirir o edifício. Se o adquirir, está a manter lá a educação física sénior, está a manter lá a consulta de enfermagem e a intenção de manter lá o Centro de Dia, mas a Associação que vier a ser criada, tem que receber o edifício em protocolo e não ceder-lho para que fique a Associação com o poder do edifício. Não, vai-lho ceder por um “x” de anos. Se vier a acontecer isto, a Junta de Freguesia mantém em seu poder o edifício. Penso que esclareci sobre isso. Isto acontece porque as Associações estão bem e, de um momento para o outro, estão mal. E se tiverem posse dos bens, os bens vão para a insolvência e são vendidos que é o que está a acontecer a esta. Acontece ao edifício, às carrinhas, acontece ao recheio. Está a acontecer a isso tudo. Se tivesse todo o património em nome da Junta, não estava a acontecer isto. Penso que esclareci sobre isto. Antes de falar neste ponto, pedia à senhora Presidente da Assembleia se me dava um minuto para fazer um agradecimento. Pode ser?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu dou-lhe o tempo todo que o senhor tem, que é o do Grupo Parlamentar. Ainda tem treze minutos, portanto, está à vontade.”

- **Deputado Manuel Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Gonçalo Bocas (PSD):** “É assim, no tempo que tivemos em Estado de Emergência, houve dificuldades na cidade, mas também houve nas aldeias. E eu queria agradecer à Dr.<sup>a</sup> Cecília Amaro que me ligou, e penso que fez para as Freguesias, para perguntar se tínhamos alguns problemas nas nossas Freguesias. Ligou-me duas, ou três, ou quatro vezes. Isso foi bom porque eu andava lá, como todos os Presidentes de Junta acho que andaram nas suas Freguesias, havia idosos que não respeitavam, era preciso aconselhá-los, era preciso

ajudá-los na medicação, na alimentação. E falando da alimentação, também quero agradecer ao Presidente de Junta da Arrifana, ao António, que em colaboração connosco nunca deixou lá os idosos sem a alimentação, sem o apoio domiciliário. Ele, em colaboração connosco, fez isso. Muito obrigado à Junta de Freguesia de Arrifana, em colaboração com o Centro de Dia da Arrifana, porque a Associação entrou em falência, mas descuidou-se dos utentes que estavam lá. Há lá utentes que precisavam da alimentação. Era preciso cuidar deles. Teve que ser a Junta de Freguesia em colaboração com a Junta de Freguesia da Arrifana. Muito obrigado. À Dr.ª Cecília, lembrou-se das Freguesias e, cada vez que me ligava, eu dizia-lhe: muito obrigado por se ter lembrado de nós. Obrigado! Agora, indo ao ponto em concreto. Apesar de ser quase certa a venda do edifício utilizado como Centro de Dia de Gonçalo Bocas, a população de Gonçalo Bocas mantinha a esperança de que a sua venda não viesse a acontecer. E veio a acontecer. No dia 25 de Abril, confirma-se. A massa insolvente da Associação Social de Melhoramentos de Gonçalo Bocas, coloca o edifício à venda em leilão eletrónico que decorreu até às 15h00 de hoje. A população de Gonçalo Bocas questionava-me como é possível perdermos um património daqueles. No mesmo dia, cerca das 15h00, tomei a liberdade de ligar ao senhor Presidente da Câmara informando-o desta situação, ao qual, em nome da população, especialmente os mais idosos, de Gonçalo Bocas, agradeço toda a disponibilidade, marcando de imediato uma reunião para o dia 28. Neste dia 25, o senhor Presidente estava numa cerimónia no Hospital, mas, mesmo assim, teve a disponibilidade para me atender o telefone e marcar a reunião. Muito obrigado, por essa razão. Na reunião, informei o senhor Presidente da Câmara de que o edifício deixou de servir a população como Centro de Dia, mas continuava a ser utilizado para consultas de enfermagem e para a educação física sénior. Nós não temos outro edifício que não este para prestar estes serviços. Informei, ainda, o senhor Presidente da Câmara que a Junta de Freguesia tem todo o interesse em adquirir o edifício, disse que é uma mais-valia para a população. Questionei, então, o senhor Presidente da Câmara sobre a possibilidade de a Câmara Municipal conceder um apoio financeiro à freguesia de Gonçalo Bocas para a aquisição do edifício, visto que a Junta de Freguesia não possui disponibilidade financeira para a sua aquisição. O senhor Presidente da Câmara mostrou todo o interesse no assunto, solicitando que lhe enviasse o pedido por escrito, para que o assunto fosse apresentado em reunião de Câmara. Pelo conhecimento que tenho, foi aprovado, por unanimidade, conceder o respetivo apoio. Agradeço, também, aos senhores Vereadores. Agora é o momento e, em nome da população da Freguesia de Gonçalo Bocas do Concelho da Guarda, e principalmente dos mais idosos, pedir a todos os senhores Deputados Municipais que votem, favoravelmente, esse ponto. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Presidente de Junta. Senhor Deputado Marco Loureiro, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Uma das minhas grandes dúvidas já foi respondida pelo senhor Presidente de Junta, agora mesmo. Essa dúvida acompanhava também um pouco daquilo que o senhor Deputado Monteirinho aqui disse, relativamente a percebermos quem é que ia ficar com o edifício. Contudo,

também quero apenas dizer ao senhor Presidente de Junta que o Bloco de Esquerda irá votar a favor, mas apenas permita-me que descorde um pouco de si, só numa matéria, porque eu não conheço o processo, senhor Presidente, mas importa que toda a gente daquela aldeia, neste caso, a sua, e todos nós que aqui estamos, importa perceber as razões que levou a essa insolvência. Porque corremos o risco de algumas dessas pessoas poderem, um dia, estar a ser candidatos à Junta, estarem, lá está, eu sei que as pessoas são livres. Eu sei, senhor Deputado Tiago, eu sei. Mas também eu sei que é preciso percebermos aqui, porque o documento chegou há poucos dias, e nós precisamos de perceber se não vai cair num erro. Neste caso, o senhor Presidente de Junta já aqui disse que é para a Junta, e muito bem. Agora, a Junta de Freguesia, e nós vamos estar atentos, nessa matéria, num futuro próximo, espero mesmo que consiga, e vamos votar o apoio, que consiga comprar, mas vamos ter que estar atentos se, um dia, um outro Presidente de Junta, não vá ceder aquilo e como é que vai ceder. Nós temos que ter atenção. Não se pode brincar com estes dinheiros públicos. Coisa que aquelas pessoas, que outrora lá estiveram, pelos vistos, nessa Associação, brincaram. Desde carrinhas, desde outros apoios financeiros do Estado e da Câmara Municipal. Nós não podemos. Quem diz para esta Junta, diz para outras. Todas as juntas devem ter estes espaços e parabéns se nós todos conseguirmos que a Junta de Freguesia tenha este espaço. Agora, os habitantes dessas Freguesias não podem gozar. Os habitantes destas Freguesias, que depois estão a dirigir estas Associações, não podem brincar com o dinheiro que é de nós todos e nós temos que lhes explicar isso a eles. Vocês, como Presidentes de Junta, e todos nós, enquanto eleitos, devemos dizer isto aos cidadãos. E não há que ter vergonha. E não há que ter receio nas votações, porque isto não se pode andar aqui a brincar e depois dizermos assim: isto agora vai para insolvência, alguém há de cá vir para comprar isto e há de ficar outra vez. E vamos andar aqui sempre a gastar o dinheiro que é de nós todos. Não é deles, é de nós todos... Mas eu não estou a dizer que eles têm culpa. Eu não estou a dizer que eles têm culpa. Eu acho que fui muito claro. Eu não estou a dizer que as pessoas têm culpa. Se as pessoas que dirigiam essa Associação são de lá, não custa assumirmos aqui que houve uma má gestão. Eu não sei qual é que foi a insolvência. O que eu sei é que eu tenho que aprovar, e muito bem, os 40 mil. Mas tenho o direito de saber qual foi o motivo da insolvência, ou não?" -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Senhor Deputado Marco Loureiro, dá-me um minuto, por favor? Eu só pedia que não entrassem em diálogo. Quem quiser falar pede a palavra e eu dou a palavra. Portanto, o senhor Deputado termina e depois, quem quiser falar, estão à vontade. Faz favor." -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** "Obrigado, senhora Presidente. Mas também, deixem-me que vos diga que não têm que concordar comigo. Senhor Presidente, não temos que concordar. Esta é a nossa posição e, repito, foi esclarecido pelo senhor Presidente de Junta, vamos votar. Mas isso não significa que nós não temos o direito de perceber o que é que lá esteve em causa. E se o senhor Presidente não sabe o que é que se passou, tudo bem, não é obrigado. Também não é obrigado. Não foi isso que eu disse. Eu nem sei se algumas dessas pessoas que geriam aquilo... a verdade, é que aqui foi dito que, se não fosse outros cidadãos lá, havia idosos com problemas. Então e isso é para esquecer?"

É insolvência, é para esquecer. E algumas pessoas que lá estão, não têm que ser penalizadas, num futuro próximo? Cada um é que sabe. Isto é a nossa posição. Seja para esta Junta, seja para qual for. Não estamos aqui a olhar para nenhum lado. Deixe-me só dizer uma coisa, senhor Presidente da Câmara, relativamente há pouco, à sua intervenção. O senhor Dr. Álvaro Amaro, ex-Presidente da Câmara Municipal da Guarda, dizia, muito recentemente, espero que não alterem um projeto político, que ele próprio implementou, e que não seja interrompido. Aparenta-me que... eu gostava de saber qual vai ser o método de seleção dessas candidaturas das restantes Juntas, que não vão ser possíveis, e já explicadas pelo senhor Presidente, que não vão ser possíveis de concretizar para o ano, qual vai ser o método que vai utilizar para escolher quais é que são, destes projetos aqui, as que vão ser escolhidas para o ano? Seria importante perceber se está a interromper o tal projeto político de um ex-Presidente, ou não, ou se tem um novo projeto político nesta matéria. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Henrique, pediu a palavra? É que já tinha falado, ou já estou eu baralhada? Já. Mas ainda tem tempo, pode usá-lo.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Para dizer que uma parte das minhas dúvidas foram esclarecidas pelo senhor Presidente. Relativamente a quem vai prosseguir esta ação social da Freguesia, a dúvida mantém-se. Eu também não sei as razões, porque é que a instituição entrou em insolvência, não é? Também sabemos que, muitas vezes, estas instituições trabalham um pouco no fio da navalha e substituem-se ao próprio Estado na prossecução deste apoio social aos mais necessitados. Mas, sendo certo também, votaremos favoravelmente a proposta de aquisição. É preciso acautelar, efetivamente, no futuro, para que as coisas não ocorram da mesma forma. Não me parece, a sugestão que o senhor Presidente que aqui deixou, de aconselhar todas as Juntas de Freguesia a adquirirem e passarem para o próprio património aquilo que é o património associativo, não me parece, de todo, correta. Até porque Autarquias Locais é um setor, o setor associativo e social é outro setor e eles coexistem pacificamente nas nossas Freguesias, complementam-se na sua ação. Portanto, parece-me que não será muito propositado esse tipo de sugestão. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Tiago Gonçalves, faz favor.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara, demais elementos desta Assembleia. Apenas para dizer três questões que julgo que, de alguma forma, deixaram no ar alguma dúvida. A primeira, relacionada com aquilo que disse, agora instantes, o Deputado Henrique Monteiro e a sugestão que o Presidente da Junta, Manuel Vítor, da Freguesia de Gonçalo Bocas fez, de passar este património para a órbita da Junta de Freguesia. Isto tem uma explicação e é uma explicação muito simples, atendendo à realidade que se vive em muitas Freguesias do nosso Concelho. E a explicação é esta, é que aquele património que a Câmara agora está a ajudar a Junta de Freguesia a comprar, é um património edificado à conta do dinheiro dos fregueses de Gonçalo Bocas. Ou seja, foram as

peças, os próprios cidadãos, através do seu contributo voluntário, que conseguiram criar um património para a Freguesia, que depois foi alocado e registado em nome de uma Associação. Ora, se o povo contribuiu e se o povo tivesse colocado aquele bem, aquele património, em nome de um ente público, então não se correria este risco de insolvência como agora aconteceu. E é sob essa perspectiva que, efetivamente, o Presidente da Junta de Freguesia, Manuel Vítor, coloca essa questão. Uma vez que foi o povo que pagou, agora é novamente o povo, já não da Freguesia Gonçalo Bocas, mas agora o povo do Concelho da Guarda quem está a comprar novamente. Ou seja, o povo, neste caso do Concelho da Guarda, comprou duas vezes ou pagou duas vezes o mesmo imóvel. E é sob esta perspectiva que isto, de facto, deve merecer, sob esta ótica, a reflexão de todos os presentes. Porque estamos a recuperar para a população do Gonçalo Bocas aquilo que a população do Gonçalo Bocas pagou. Não foi nenhuma Associação que pagou. Foi a população que pagou. A Associação, simplesmente, registou o património em seu nome. A segunda questão, para dizer que, felizmente, e o Manuel Vítor esqueceu-se de dizer isso há pouco na intervenção dele, mas felizmente o leilão já terminou e a Freguesia de Gonçalo Bocas conseguiu ficar à frente do leilão e, portanto, adquirir este património, ainda assim, julgo que por um preço ainda inferior a estes 40 mil euros que estavam previstos nesta proposta. E, portanto, se hoje aqui aprovarmos esta proposta, é garantido que a Freguesia de Gonçalo Bocas beneficiará, novamente, deste património. E, finalmente, gostaria só de responder uma coisa ao Deputado Marco Loureiro. Eu, não é que descorde do Deputado Marco Loureiro, quando diz que temos que ter muitas cautelas ao nível da gestão e que temos que saber, ou que temos que procurar saber aquilo que aconteceu em relação à gestão deste Centro de Dia. Mas esse tipo de julgamento não nos cabe a nós. No âmbito dos processos de insolvência existe uma coisa que se chama incidente de qualificação na insolvência. O que é que isto significa? Significa tentar perceber se as pessoas que eram responsáveis pela administração deste património, se tiveram intenção, dolo, se agiram com má fé grosseira, em relação à gestão deste património. Isso acontece no tribunal. E se isso for provado, essas pessoas ficam realmente inibidas do exercício de funções, nomeadamente ao nível de IPSS's, e podem também os Juizes decretar até a própria proibição de exercício de funções ao nível do comércio, até eventualmente ao nível do exercício de cargos públicos. Portanto, é nessa estrita medida que isso deve ser julgado. Ainda recentemente tive, foi do conhecimento público, um processo em que isso aconteceu. Um processo aqui de natureza criminal, que foi muito noticiado há pouco tempo, em que isso aconteceu e houve uma pessoa que ficou inibida do exercício dessas funções durante "x" tempo. Isso acontece nos tribunais. Nós não podemos impedir as pessoas que estiveram à frente deste Centro, por muito que tenham gerido bem ou mal, este Centro de Dia, não é a esta casa que nos compete fazer esse tipo de juízos ou esse tipo de censura. Esperamos, e isso faço minhas as suas palavras, esperamos, isso sim, que se tiver havido má gestão, que o povo, se essas pessoas algum dia te candidatarem à gestão da Freguesia de Gonçalo Bocas, saiba dar a resposta e saiba não votar naqueles que tiveram responsabilidades na eventual má gestão deste Centro de Dia. E, por isso, dizer-lhe tão só, com esta resposta, ou com esta minha intervenção, que não concordo com o tipo de julgamento que aqui quase se procurou fazer, em relação àquilo que

aconteceu na gestão deste Centro de Dia. Esse julgamento tem que ser feito no local exato e o local exato é o tribunal.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém pretende intervir sobre esta questão? Não? Então, se me permitem, já agora, só uma pequena achega. Talvez também fazendo aqui um pouco, como fez o Tiago, uso das nossas qualificações profissionais, digamos assim. No meu caso, de Jurista e de Conservadora. E talvez isto que esteve a dizer o Tiago e o que disse o Senhor Presidente de Junta, muitas vezes acontece porque, por desconhecimento e por falta de apoio jurídico, talvez não fosse má ideia de todo que o Departamento Jurídico das Câmaras, os Departamentos Jurídicos Camarários, prestassem algum apoio jurídico às Freguesias, nomeadamente nestas questões, tentando prever alguns problemas que possam surgir mais tarde. Até porque, tanto quanto julgo saber, no caso de Gonçalo Bocas, penso que o próprio terreno onde foi edificado o edifício era, inicialmente, da Junta de Freguesia. Estou certa? Pronto. E isso tem algumas nuances jurídicas e que às vezes as pessoas não sabem, desconhecem, porque não têm conhecimentos para tal. E talvez não fosse descabido de todo que os Gabinetes Jurídicos Camarários prestassem algum apoio às Juntas, nesta matéria. Perdoem-me este pequeno aparte, mas não ficaria bem comigo mesma se não fizesse aqui um pouco o uso das minhas capacidades, que não são muitas, mas enquanto Jurista, enquanto a Conservadora. Senhor Deputado Marco Loureiro, pretende... sim, muito rapidamente, porque o senhor já excedeu o seu tempo em três minutos e trinta e seis. Como bem calcula, muito, muito rapidamente.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Calculo, mas as interpretações cabem a cada um. Em momento algum eu disse, e nunca o fiz aqui, ao contrário de outros, nunca me vou substituir aos tribunais. Nunca. O que estava em causa é, eu apenas, eu não sou... tentem-me explicar. Vem aqui à votação algo. Eu não posso perguntar, o Partido que represento, os cidadãos que votaram em nós, não posso perguntar qual é o motivo, o que é que levou a essa insolvência? Isso é estar a julgar se o outro é o criminoso, se não é? Desculpem lá. Isso é... o que vocês acabaram de dizer foi que o Bloco estava-se a substituir. Como é que vocês podem acompanhar isso nas palavras que eu aqui citei? Não é. Não é. Não há mal nenhum. Agora, se me disserem assim: não sabemos. Não queremos dizer. Tudo bem! Agora, a pergunta foi legítima, desculpem lá. E é por isso que eu deixei e disse ao senhor Presidente que há pouco falou, deixei, ouço e respeito. Mas acho que não interpretaram o que eu quis dizer. Só isso.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Já estou perdida. Senhor Presidente, faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Obrigada, senhora Presidente. Ainda é relativamente a este assunto?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Sim, é o direito de resposta a que tem direito.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Dizer o seguinte. Na verdade, eu acompanho aqui, não estou muito de acordo com o Deputado Marco Loureiro porque,

nesta matéria, nós estamos aqui a tentar resolver um problema. Foi suscitada a questão do apoio financeiro à Junta de Freguesia. As circunstâncias, nós somos alheias às mesmas. A gestão foi a gestão que foi, não foi boa, sabemos-lo agora. Muitas vezes, atitudes preventivas não acontecem e depois é já situações repressivas. E aqui o tribunal apreende os bens e com certeza que depois já temos que ser proactivos em encontrar a solução, como encontrámos agora. Eu penso que isso é que deve prevalecer aqui no debate. Verdadeiramente, nós tínhamos um problema e encontrámos uma solução. A Junta de Freguesia vai ser a proprietária do imóvel, o Município ajudou financeiramente a Junta de Freguesia a adquirir o imóvel, em Hasta Pública, para a Junta de Freguesia, já não através de entidades privadas, porque é verdade que as Associações são uma entidade privada diferente da Freguesia e, como tal, quando os privados não agem convenientemente, só resta uma solução. É o Estado, através das suas instituições, agir. E o Presidente da Junta agiu bem. Enquanto Presidente de Junta percebeu que havia ali um problema que era preciso colmatar. Com certeza que a confiança, a lealdade é fundamental para gerir as instituições, para assumir compromissos. Aquela Freguesia correu um risco, houve um erro. Mas de certeza que, para a próxima, sabe bem que as coisas têm que estar nas pessoas certas e os projetos vão continuar exatamente em prol da satisfação dos interesses que a Junta quis salvaguardar. E é isso que está em discussão. Ou se aprova, ou não se aprova. Só dar aqui uma nota, Deputado Marco Loureiro. Aqui não há modelo antigo, modelo novo. Nós temos regras. A regra da eficiência, do planeamento, da prioridade das necessidades. Como sabe, na relação com as Freguesias nós temos, desde logo, os Acordos de Cooperação. Mas se algum Presidente de Junta me manda um e-mail, se me telefona, eu envio para os serviços para avaliar as quantidades, as necessidades, as possibilidades que nós temos de fazer. E essas também se resolvem dia após dia. É diária esta circunstância e nós temos os serviços também oleados nesse sentido. O que é que acontece? Curiosamente vamos voltar à questão de Santana da Azinha. Estão a ocorrer obras de milhares de euros em Santana da Azinha. Temos troços de saneamento com arranjo de vias, colocação de betuminoso. Mas valas de saneamento designadamente para três Lares que estão a desenvolver a sua atividade nesta Freguesia. Curiosamente, eles estão interrompidos. E eu preciso mesmo de falar com o Presidente de Junta. Ele já não está cá, mas fica aqui para conhecimento público. Preciso mesmo porque eu admito que, em vez de se fazerem fossas sépticas para cada um daqueles Lares, embora já com uma estrutura diferente porque é essa que está a ser investida atualmente, e se forem lá vocês veem que está a acontecer obras profundas nesta Freguesia, mas eu quero ir mais além. Este Executivo quer ir mais além que é, se possível, saber quanto custa ligar todos estes investimentos, acrescentar investimento e ligar a Vila Mendo porque é a partir dali que nós podemos depois bombar o saneamento e entrar numa conduta e num alinhamento mais mecanizado, do que ter situações estanques como são as fossas para cada uma. Com mais capacidade, com mais resposta às necessidades e isto são questões técnicas que eu também me fui apercebendo com as reuniões técnicas que nós temos que ter para também ajudar naquilo que são as possibilidades para que a decisão corresponda muito à racionalidade, àquilo que é essencialidade. E eu só o consigo fazer com o estudo e o acompanhamento dos meus técnicos. E esta realidade que eu aqui acabei de focar

é para nós premente, porque sabemos bem que todas as Freguesias são importantes. Esta, em concreto, tem esta especificidade que é preciso dar resposta onde o investimento, repito, de milhares de euros estão a acontecer, neste momento, lá. Não suspendi obra nenhuma. Este Executivo não suspendeu obra nenhuma, mas queremos, efetivamente, tenho necessidade de reunir com este senhor Presidente de Junta exatamente para ver da possibilidade de dar uma conduta, que neste momento está interrompida por vários segmentos, numa só e dar uma resposta mais global para as populações. Mesmo assim, como sabemos, Santana da Azinha tem um povoamento muito disperso e, ainda assim, é difícil conseguir aglomerar todas as anexas neste projeto mais estruturante. Mas também sei uma coisa. É uma reivindicação que tem mais de vinte anos pelos cidadãos, os fregueses desta Freguesia. E hoje está a ser feito um investimento que não aconteceu nos últimos vinte anos, está a decorrer nesta Freguesia. O Município assumiu, não suspendeu, não impediu a realização do mesmo. Mas é certo, naquilo que há pouco acabei de referir, neste conjunto de projetos que nós assumimos na condição, repito, dos fundos comunitários, mas também é certo que, mesmo nesses, alguns Presidentes de Junta já vieram ter com este Executivo e há obras. Vou dizer, em Videmonte, em Pera do Moço, em Sobral da Serra, que havia investimento que estava nesse processo que nós retirámos. Mas esse, face à essencialidade, à importância que a mesma representa para estas Freguesias, nós vamos executá-los. Se os Presidentes de Junta aqui estiverem, sabem que eu já falei com eles e sabem que o meu compromisso foi de executar. Pese embora termos, no global, impedido a continuidade desses projetos com fundos comunitários, porque eles não aconteceram até agora, nós estamos a fazer obras para dar resposta àquilo que é uma premência, necessidade, dessas nas Freguesias que eu acabei de referir. Sem prejuízo de haver outras. Obrigado, não tenho mais nada a dizer.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Passamos, então, à votação deste ponto.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.3 - Discussão e votação da Proposta de Atribuição de Apoio à Freguesia de Gonçalo Bocas.* -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e quatro votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Sim? Faz favor, senhor Deputado. O senhor Deputado, hoje, é só Declarações de Voto. Precisa de justificar tudo e mais alguma coisa.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Não, é só para dizer que não restem dúvidas que nós votamos esta proposta conscientes de que esta solução, que foi aqui esclarecida pelo senhor Presidente da Junta, é a solução correta para esta Freguesia.” -----

-----  
**Ponto 2.4 - Discussão e votação da Proposta de Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Instituições Particulares de Solidariedade Social, Equiparadas e Outras Entidades de Reconhecido Interesse Público do Concelho da Guarda.** -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, pretende usar da palavra?” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Obrigado, senhora Presidente. Relativamente a este assunto, nós reportamos como os outros, mas em particular este porque até levou alguns anos a ser concretizado e, portanto, chegámos à fase do seu termo. E a partir daqui inicia-se uma nova fase que é a de aplicação, de aplicabilidade àquilo que são as IPSS’s do Concelho, sem fins lucrativos, legalmente constituídas e com os órgãos sociais em efetividade de funções. Que detenham a situação tributária contributiva regularizada relativamente ao Estado, à Segurança Social e ao Município da Guarda. Que possuam documentos financeiros e de atividade nos termos da lei. Que estejam licenciados caso seja aplicável este critério. Depois, dizer que nós definimos um conjunto de pressupostos, de critérios, que ajudam a selecionar cada uma das propostas que estas IPSS’s fizerem ao Município e, em função disso, nós valorizamos essas propostas, fazemos uma ponderação e adequamos à ajuda do Município, exatamente àquilo que são os pressupostos e os critérios de apreciação. São critérios de apreciação as seguintes atividades, ou projetos, que não sejam financiados pela Segurança Social. Portanto, é um critério de exclusão, não pode haver aqui o duplo financiamento. Não havendo outra solução para apoiar um projeto das IPSS’s e se a Segurança Social, que tem muitas soluções, não der resposta, o Município tem este carácter subsidiário para dar resposta a qualquer circunstância. Claro que, depois, a ponderação e a valorização terá em conta a resposta às necessidades da comunidade em que se insere, a capacidade de resposta que esta IPSS pode dar exatamente ao Concelho e à comunidade onde está. Também a valorizar a intervenção continuada em áreas prioritárias de inserção social e comunitária. O contributo para a correção das desigualdades de ordem socioeconómica e combate à exclusão social. Portanto, o projeto deve, e nós avaliamos-lo exatamente com este pressuposto da relevância e o contributo para a correção de desigualdades. A relevância do projeto e dos planos de atividades que o mesmo encerra. A continuidade da atividade ao projeto também. A consistência do projeto de gestão determinada, designadamente pela adequação do orçamento apresentado às atividades a realizar. Também a capacidade financeira que cada instituição tem é fundamental para percebermos se é um projeto que está dentro daquilo que é a realidade daquela IPSS e nós também apostamos e investimos mais nesse projeto, porque também a vontade dessa entidade, também ela própria está disposta a colocar muito dos seus recursos para desenvolver esse tipo de projeto. O número potencial de beneficiários e o público-alvo das atividades ou projetos, portanto, quanto mais gente abranger mais nós apoiaremos. As parcerias e o envolvimento das populações, um projeto isolado em que a IPSS dá uma resposta, mas se envolver a população e envolver outras IPSS’s, outras instituições, valoriza exatamente o critério de apreciação. E, depois, também um último critério que é a demonstração do equilíbrio das contas do ano anterior. Portanto, nós consideramos que este Regulamento vem dar aqui resposta, ainda para mais num período de pandemia extraordinário, onde nós percebemos que foi muita também desta capacidade... há pouco foi valorizada aqui a ação da senhora Vereadora Cecília, e bem, o senhor Presidente Vítor referiu. Mas neste período de pandemia também aprendemos muito com esta circunstância. Mas também todos os

senhores Vereadores. Aqui a nossa senhora Vereadora Lucília, que tem o Pelouro da Ação Social, recordava-me, há pouco, que foram vários os e-mails também enviados para os senhores Presidentes de Junta para respostas e ações, do ponto de vista social, que nós tínhamos já encetado no terreno e para, não só divulgar, mas também podermos fazer chegar às IPSS's essa capacidade de resposta. E, portanto, é esta articulação constante que tem que existir. Não concordamos sempre. Mas é importante que este diálogo se mantenha e nós temos tido essa capacidade de dialogar, de estar próximo, ainda para mais num período que a todos convocou para dar as respostas essenciais àquilo que são também necessidades extremas em populações, em territórios depauperados, com populações já idosas. E se não forem, de facto, os Presidentes de Junta, com a ajuda das IPSS's, mas também do Município, não conseguimos, efetivamente, combater essa problemática. Esta resposta é mais um contributo que nós estamos cientes de que pode ajudar a promover o terceiro setor, que é o setor social, neste território. Sabemos bem da importância económica já que ele representa também para o nosso território. São centenas de pessoas que o mesmo emprega no nosso Concelho. Sabemos bem da realidade também económica que a mesma faz evoluir nas nossas Freguesias e, por isso, é mais um incremento, um incentivo, para continuarmos a apostar nesse setor. E, ao mesmo tempo, e fundamentalmente, favorecer a qualidade de vida dos nossos cidadãos, daqueles que já estão institucionalizados e precisam também, cada vez mais, de ter condições nas IPSS's para que tenham, de facto, um período de velhice que corresponda também a momentos de felicidade, que é aquilo que também, em última instância, nos faz estar aqui e mover na ação política. Disse." --

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Muito obrigada, senhor Presidente. Alguém pretende intervir? Senhor Deputado Aires Diniz, se não se importa, senhor Deputado Henrique. Faz favor, senhor Deputado Aires Diniz." -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** "Eu, na generalidade, e nós, na generalidade, temos dúvidas em votar favoravelmente este Regulamento Municipal. Somente persistem algumas dúvidas quanto ao funcionamento do artigo 13º e sua aplicação na ordenação das diversas candidaturas de apoios municipais e respetivas consequências na sua atribuição. Queiram explicar, por isso, por favor, como este Regulamento vai funcionar, em particular o artigo 13º." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Muito bem. Terminou, senhor Deputado? Senhor Deputado Henrique, faz favor, agora sim." -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** "Nós iremos votar favoravelmente este Regulamento. Acho importante que ele tenha sido criado. A importância deste setor no nosso Concelho é deveras importante, não só pelo trabalho que desenvolve, mas também pela importância económica e o senhor Presidente referiu aqui a empregabilidade que está associada a este setor. E, importa, sobretudo, que haja equidade no tratamento das instituições. Que os apoios sejam devidamente regulados por este documento e que não sejam casuísticos e um bocadinho, às vezes, discriminatórios. Isto é um complemento ao trabalho e ao apoio que já vem do Governo através da Segurança Social e outras tutelas, mas que muitas vezes não chega para, de

alguma forma, corresponder àquilo que é o trabalho no terreno e os custos que as instituições têm com este trabalho. Portanto, acho importante que, efetivamente, este passo tenho sido dado. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhora Deputada Isabel, por favor.” -----

- **Deputada Isabel Martins, Secretária da Junta de Freguesia da Guarda (PSD):** “Boa tarde a todos. Cumprimento, na pessoa da senhora Presidente da Assembleia Municipal, cumprimento todos. Encontro-me aqui em representação da Freguesia da Guarda e, infelizmente, começo por referir que a Freguesia está de luto, nesta semana especialmente triste para o jovem Deputado da Assembleia de Freguesia da Guarda, o jovem Frederico Quinaz, que nesta semana perdeu a sua avó e perdeu hoje, como já lamentámos, o seu pai Rui Quinaz. Venho aqui então falar do Regulamento de Atribuição de Apoios, a conceder pelo Município, às IPSS’s e outras instituições equiparadas do Concelho. Desde logo, apraz-me o facto de ter sido uma promessa realizada em 2017, na campanha para as eleições autárquicas, e que agora se cumpre. Esta satisfação de poder cumprir uma promessa realizada é, com certeza, comum a todos quantos já participaram em campanhas eleitorais e, particularmente, a quem depois assumiu o privilégio de fazer parte de órgãos executivos. Pela experiência de pertencer a uma Junta de Freguesia, a grande proximidade com os cidadãos permite-nos ouvir as suas reclamações, anseios e opiniões. A responsabilidade sentida de corresponder é, muitas vezes, vivida com a angústia de não se conseguir com a celeridade pretendida e, por vezes, tal até se tornar impossível. Felizmente não foi o caso e este Executivo Camarário cumpriu a promessa e concretizou o presente Regulamento. Registo com muito apreço e agradeço, de forma particular, à senhora Vereadora de Intervenção Social, não apenas por honrar a palavra dada, mas também por, desta forma, salientar a importância do setor social no nosso Concelho. Como aqui já foi referido, a diversidade de respostas devolvidas para diferentes necessidades, em diferentes momentos da vida, desde o seu início nas creches, até ao seu fim em Lares de idosos, passando pelo acompanhamento de crianças e jovens nos trabalhos escolares, nos tempos livres, nas dificuldades, protegendo-os e permitindo-lhes um melhor desenvolvimento. A riqueza gerada pela economia social, criando um grande número de empregos diretos e indiretos, muitos deles especializados, permitindo a fixação de jovens após a sua formação superior. O terceiro setor é ainda rico no voluntariado que proporciona nas mais diversas atividades e, desde logo, nos seus órgãos dirigentes. Agora que fomos assolados por uma pandemia como a que vivemos, e aproveito aqui para abrir um parêntese e agradecer ao Município a maneira como agiu nesta pandemia, de forma pronta e tentando colmatar as adversidades que ela implicou, contamos também com a solidariedade das instituições que trabalham fundamentalmente com os mais vulneráveis como são estas instituições. O Regulamento que agora se apresenta, mostra assim como o Município reconhece o papel vital das instituições nas nossas comunidades, bem como a vontade de as acarinhar com apoios justos e criteriosos. Sabemos que o Estado subsidia as respostas sociais a que nos referimos. Mas sabemos também como esse financiamento é limitado, correspondendo, na maioria das vezes, ao gasto do funcionamento quotidiano. Sou

colaboradora de uma instituição equiparada a IPSS, a CERCIG, Cooperativa de Educação e Reabilitação para o Cidadão Inadaptado da Guarda, que penso dispensa apresentações. Conheço, dessa forma, por experiência própria, a necessidade dos apoios que agora se regulamentam, já que os tais subsídios Estatais concedidos para o funcionamento diário nem sempre contemplam atividades extraordinárias. E, extraordinárias, não apenas porque não são as do dia-a-dia, mas principalmente porque são muito importantes para a vida dos utentes ao proporcionarem experiências invulgares, por vezes inéditas, a cedência de um palco para ser aplaudido, ou o empréstimo de um transporte para viajar e contemplar o infinito do mar, por vezes nunca antes visto. Há ainda situações que necessitam de gastos extra. A máquina que avaria, a carrinha que fica na oficina, o equipamento que permite melhor acessibilidade, entre muitos outros mais ou menos avultados. Estes gastos não financiados levam à necessidade de ajuda e as Autarquias são o recurso mais próximo, constituindo-se como a malha mais forte da rede social onde diferentes entidades procuram suporte. Apesar de sabermos que o orçamento da Câmara é finito e que haverá solicitações que poderão ficar por responder, a existência deste Regulamento ajuda a melhor compreender a justeza das respostas e dos critérios usados para análise do pedido. Como é referido no próprio Regulamento, pretende-se com ele conferir rigor, transparência e imparcialidade na atribuição dos benefícios. E como também é aí referido, esses benefícios destinam-se prioritariamente a corrigir desigualdades de ordem socioeconómica e combater à exclusão social. Por tudo isto, não podíamos terminar esta intervenção sem, de novo, agradecer ao Município, na pessoa do senhor Presidente, pelo facto de não ter deixado cair no esquecimento esta importante promessa para as instituições da Guarda. Obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhora Deputada. Senhora Deputada Conceição, faz favor.” -----

- **Deputada Conceição Santos (PS):** “Na pessoa da senhora Presidente da Mesa da Assembleia, cumprimento a todos e a todas. De acordo com os dados da Carta Social, no Concelho da Guarda existem atualmente em funcionamento cinquenta e oito Instituições Particulares de Solidariedade Social, que prestam serviços a mais de quinhentos idosos através das respostas sociais: ERPI, que são as Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas; Serviço de Apoio Domiciliário; Centro de Dia; Centros de Convívio; e, aproximadamente, a duas mil crianças e jovens, através das respostas sociais: Creches; Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar; Centros de Apoio Familiar e Acompanhamento Parental; Centro de Atividades de Tempos Livres; Lares de Infância e Juventude e Centros de Acolhimento Temporário, e, no âmbito das pessoas com deficiência, apoiam, sensivelmente, cento e cinquenta e quatro pessoas nas respostas sociais: Centros de Atividades Ocupacionais, Lares Residenciais e Residências Autónomas. Constituindo-se como empresas do denominado terceiro setor, que é composto por organizações sem fins lucrativos e tem como principal missão ajudar os mais desprotegidos e proporcionar-lhes melhores condições de vida. Isto, para além de outras entidades equiparadas e de reconhecido de interesse público que também desenvolvem a sua atividade na área social. A existência de um Regulamento Municipal

de Atribuição de Apoios com fins sociais, aprovado, por unanimidade, na reunião de Câmara de 14 de abril de 2020, reveste-se da maior importância, na medida em que os seus objetivos preconizam a promoção do desenvolvimento social, através da dinamização e cooperação institucional, possibilitando que esses apoios, atribuídos pelo Município, sejam efetuados de forma justa, uma vez que as condições, os procedimentos, os critérios e a execução, serão aplicados de forma transparente e com regras bem definidas. Pelo exposto, a bancada do Partido Socialista vota favoravelmente a proposta de Regulamento Municipal de Atribuição de Apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social Equiparadas e outras Entidades de Reconhecido Interesse Público do Concelho da Guarda. Muito obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhora Deputada. Mais alguém pretende intervir? Senhor Deputado Marco Loureiro, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Dizer que o Bloco de Esquerda irá acompanhar o voto favorável neste Regulamento. Dizer apenas que, no artigo 19.º, se fossemos nós, íamos mais além. E passo a citar: «falsas declarações. IPSS’s que dolosamente prestam falsas declarações com intuito de receberem apoios indevidos, terão de devolver as importâncias recebidas e serão penalizadas durante um período que poderá ir até aos três anos.» Nós sugeríamos cinco anos, durante o qual não poderão receber qualquer apoio, direta ou indiretamente, por parte da Câmara. Esta seria a nossa única alteração. Contudo, se não for possível, continuaremos na mesma a votar favoravelmente o Regulamento. Terminando dizendo, senhor Presidente, a democracia é mesmo isto. Ter opiniões diferentes sobre o mesmo tema e ainda bem que assim o é. No que toca a nós assim o será. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Zé Carlos, faz favor.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “É só uma questão rápida. Só perguntar se existe já alguma dotação financeira para fazer face a este Regulamento e se esse apoio é bem dotado ou mal dotado. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Mais alguém? Não? Senhor Presidente.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhora Presidente. Começando aqui pelo senhor Deputado Aires Diniz. Eu, em resumo, tentei explicar um pouco aqui estes critérios de apreciação. Não valem todos o mesmo, por isso é que também o artigo 13º tem, no máximo, respostas à necessidade da comunidade. É um critério. Tem uma ponderação de um. Depois, cada um destes critérios que eu li tem a respetiva ponderação. Como disse, não têm todos a valia ou avalia igual. Há uma comissão de análise que tem que, sobre cada um desses critérios, depois de ser submetida à apreciação de um projeto, tem que olhar para esse projeto e integrá-lo em cada um desses critérios. Se ele preenche na totalidade, terá o máximo da ponderação. Se não preenche na totalidade, terá a redução proporcional correspondente. Isto tudo assenta na definição de um valor global, todos os anos, em orçamento. Este ano para

ter a dotação, como o senhor Deputado Carlos referiu, Carlos Breia, teria que haver uma alteração orçamental. É algo que poderemos pensar, mas está feito para o próximo ano em termos de orçamento. Mas como estamos a meio, não sei, vamos ponderar esta questão, se fazemos alguma alteração e dotamos já o orçamento com esta alteração de um valor que possa, e também faz sentido face às circunstâncias que assim ocorra, há um valor global para esta rubrica. Desta rubrica vamos ver os projetos que vão ser apresentados. Essa comissão de análise avalia cada um dos projetos e, dentro do bolo que tem, tem que criar as fatias necessárias para dar a resposta àquilo que são os projetos que aí vêm. Portanto, também acreditamos que é um desafio. Os projetos virão. Mas é algo que, em termos de execução, está preparado para o próximo orçamento, em outubro, dotar já o orçamento que vamos elaborar de um montante, não podia deixar de ser assim, de um montante que depois dê resposta àquilo que são os anseios das IPSS's. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Passamos, então, à votação deste ponto.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.4 - Discussão e votação da Proposta de Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Instituições Particulares de Solidariedade Social, Equiparadas e Outras Entidades de Reconhecido Interesse Público do Concelho da Guarda.* -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e dois votos a favor. -----

## **Ponto 2.5 - Discussão e votação da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas.** -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “O senhor Presidente pretende usar da palavra? Faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Sim, senhora Presidente. Relativamente a este ponto, estão definidos todos os princípios fundamentais da estratégia que o Município da Guarda pretende adotar, para adaptar um conjunto de ações às alterações climáticas. Uma delas, como todos sabemos, que está no topo da agenda e que é a descarbonização. Já o fizemos, em 2013, com a assinatura do Pacto dos Autarcas, numa redução que nós devemos assumir de 40% até 2030. Todas as ações que formos desenvolvendo, todos os projetos, devem ter subjacente, de facto, esta redução de produção de carbono. O mesmo inserido, em termos nacionais, esta opção, e também europeus. Depois, referir que as alterações climáticas colocam-nos uma série de problemas ao nível daquilo que é o aquecimento global, também o aumento da pluviosidade em curtos espaços de tempo e são fatores, ou ventos fortes, são fatores que hoje nos assolam com uma premência muito mais efetiva. Ora, perante circunstâncias também tão extraordinárias, tão inusitadas, cabe-nos a nós também adaptar um pouco aquilo que é a nossa capacidade de desenvolver projetos físicos, de construção, mas também de vivência, hábitos de vida que nós estamos habituados e que herdamos dos nossos antepassados, de adaptação ao meio. E a verdade é que, se o meio se altera, nós também temos que adaptar os nossos hábitos a essas mesmas

alterações. Uma delas foi aquela que eu vos foquei, mas também estas circunstâncias de planeamento, de urbanismo, mas também de pensar a saúde dos nossos cidadãos, de que forma é que nós adaptaremos as novas medidas, as nossas ações, àquilo que são estas alterações climáticas que afetam a Guarda, mas afetam o mundo como é sabido. Também, ao mesmo tempo, a partir destas alterações, também podemos encontrar outras formas benévolas para reagir e com isso aumentar a capacidade de atração, aumentar também a capacidade de mais-valia para os hábitos de vida e de bem-estar das nossas populações. É isso que se pretende neste documento. Nós não somos os especialistas. Ouvimos também especialistas que nos apresentaram esta estratégia, inserida também num projeto com as Cidades Cencil. Ou seja, as cidades que integram o centro de Portugal, em articulação com o projeto transfronteiriço que envolve as cidades de Castilla y León e nós entendemos, das verbas que partilhamos no desenvolvimento destes projetos, nós quisemos definir, também utilizando esse capital que é comunitário, e é importante como eu disse, faz parte da gestão, temos que dar resposta aos assuntos, mas é importante viver, ou só do orçamento da Câmara, ou conseguir encontrar outros mecanismos de financiamento. E aqui está um que ajuda numa definição clara da estratégia que nós vamos adotar face a esta problemática. Com certeza que esta estratégia visa colmatar, como disse, esta problemática, mas também não é um documento acabado, é um documento que deve ser participado sempre por toda a comunidade. Hoje definimos esta regra, não quer dizer que não as possamos alterar e, com certeza, que o plano de ação que virá a seguir, concretizará as medidas concretas para tornar exequível esta estratégia. Ou seja, o trabalho começa aqui mas não acaba aqui. Por isso, depois de terem lido, como penso que o fizeram, se não no todo, em parte, nós temos de facto um documento que é relevante para a nossa ação futura, para a nossa convivência coletiva neste território, adaptando os nossos hábitos, a nossa capacidade também para encontrar soluções para combater algo que está no nosso ambiente, está nas nossas circunstâncias de vida e aos quais nós também temos que nos adaptar para resolver esses problemas. Disse, obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Senhor Deputado Aires Diniz. Podemos dar a primazia ao senhor Deputado Aires Diniz, faz favor. Primeiro as crianças, primeiro as crianças, senhor Deputado.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Eu estive a estudar o documento e tirei algumas críticas para fazer e para acrescentar ao debate. Trata-se aqui de saber se a estratégia municipal se adapta ou não às alterações climáticas, mas aquilo que importa é saber se estas estão de acordo com as necessidades de manter equilíbrios dentro do Concelho com as necessidades de uma vida saudável de todos, incluindo os equilíbrios entre as diversas componentes da sua vida económica, onde a agricultura continua a ser um parente pobre, cuja produção é residual, contribuindo para a manutenção da desertificação do mundo rural, necessário agora muito mais quando a pandemia nos isola dos mercados abastecedores. Seria necessário que, para o conseguir, a Autarquia protegesse de modo efetivo os poucos agricultores que nos restam e criasse e desenvolvesse o papel dos mercados agrícolas, onde uma produção familiar em modo biológica tivesse escoamento. Trata-se de conseguir quebrar os mecanismos que nos esvaziam de gente

nas aldeias, já que a agricultura não cria, nas condições atuais, empregos e empresas com rendimento suficiente para que os agricultores tenham a qualidade de vida necessária. Para que isto aconteça, há que transformar stakeholders, que eu achei aquela classificação que lá está na página 51 do documento, com baixo interesse e baixa influência como se refere na página 51, dando-lhes informação mesmo que tenha de haver um esforço acrescido para que esta realidade seja transformada e tornar-se dinâmica para que as alterações climáticas sejam uma oportunidade ou, pelo menos, fiquem circunscritas a situações suportáveis socialmente, pelo facto de a poluição de rios e solos não acontecerem como obstáculos intransponíveis ao desenvolvimento da agricultura e turismo de natureza. Se existe a falta de associações empresariais dinâmicas na área comercial e agrícola, estas existem na indústria e no setor sindical e devem ser potenciadas e servir para criar dinâmicas de transformação entre empresários e trabalhadores. Por outro lado, no setor do ensino de engenharia ambiental, sabemos existir um curso deste género no IPG que deve ser chamado a contribuir para a transformação desta imobilidade em algo que nos torne mais resilientes e adaptados a um futuro difícil tal como receamos e que devemos esconjurar. Para o conseguirmos, temos de ter um maior número de stakeholders, que são aquelas pessoas que se empenham na transformação do mundo, com elevado interesse e elevada influência, que devem ter uma colaboração efetiva para que os objetivos ambientais, sociais e económicos mais adequados, possam ser atingidos dentro de uma procura de um bem-estar compatível com a adaptação necessária às alterações climáticas. Como conclusão, consideramos que, para ser um stakeholder com elevado interesse, elevada influência e intervenção neste processo de combate às alterações climáticas, quem escreveu este documento que estamos a analisar, devia ter lido o livro “Pontes entre Agricultura Familiar Agricultura Biológica”, que é o n.º 37 das Iberografias, que deve ter sido lançado, no dia 6 de março, nesta cidade, mas que eu não assisti porque estava também numa reunião do Conselho Municipal da Juventude ali com a Dra. Lucília. E, portanto, também não soube e hoje, quando estive a ver a agenda da Biblioteca, no dia 6 de março, não o vi lá. Ou seja, este livro é um livro que foi lançado pela nossa Câmara e que deve ser lido por nós e que devia ter sido lido pelas pessoas que fizeram aquele documento e que não o leram. Portanto, é uma das críticas que eu faço e que também faço aos meus camaradas e amigos que aqui estão, aos meus companheiros de Assembleia Municipal, que devem ler este livro que foi até lançado pela nossa Câmara e que corresponde a um contributo fundamental para que as alterações climáticas possam ser combatidas aqui e em todo o nosso País e em todo mundo. Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Muito obrigado, senhor Deputado. Senhor Deputado Marco Loureiro, por favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Realmente olhando para o ecrã, e este sim é grande, eu vejo ali assim: 2.5 - Discussão e votação... pois, mas eu, não sei se vocês conseguiram, se conseguiram parabéns a todos, mas eu por acaso tive a possibilidade de ficar em confinamento e realmente dava-me jeito ter conseguido ter isto antes, na altura do confinamento, que realmente tinha conseguido

analisar. Não dá. Não dá. Não andemos aqui com histórias porque não se consegue ter uma discussão clara sobre documentos, e tamanha importância que isto tem para nós, para vir aqui, chegar, levantar o dedo e votar. Não se consegue. E quem conseguir está a contrariar a lógica daquilo que diz, discussão. Não se consegue. Quem conseguir, parabéns. Eu não consigo e não há hipótese, nestes tempos, assim, com documentos deste grau de importância. E, por isso, não vamos votar contra. E não vamos votar contra, seguindo uma coerência porque, ao contrário de muitos, nós aqui somos coerentes. Vamo-nos abster relativamente a esta matéria e não vamos votar contra como fizemos, há pouco, no orçamento por uma razão. Porque o senhor Presidente disse que está aberto a possibilidade de alterações. Só por isso. Senão, votávamos contra. Eu não posso, não tive tempo, é impossível. Não é tempo, é impossível. Por isso, agradecia, senhor Presidente, compreendo que há matérias que é impossível chegarem a nós. Esta tenho toda a certeza, e atendendo à temática em causa, que se conseguia chegar a nós, antecipadamente, porque é importantíssimo debater isto. E aproveito também para dizer que o clima também engloba árvores, senhor Presidente. Atenção às árvores da Guarda e atenção àquelas que caíram, porque também podem cair com a tempestade, que as pessoas que tiveram prejuízos devem ter direito, por parte da Câmara e dos seus seguros de responsabilidade civil, a que paguem os danos desse material. Porque uma coisa não tem que justificar a outra que é cortar as árvores todas como muitos dizem, que é para depois não haver quedas. Nada tem a ver com nada disso. Mas as árvores têm a ver também com o clima. E, por isso, recordo, mais uma vez, veja lá o que vai fazer a muitas das árvores que se diz por aí. E eu não sou Tribunal, não vou dizer que vai cortar sem as ter cortado primeiro. Está bem?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém? Senhor Deputado Henrique Monteiro. Faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Realmente, não é fácil analisar documentos desta importância, num curto espaço de tempo. Mas tentou-se. Tentou-se e percebeu-se que este é um documento, provavelmente, feito como são feitas as Cartas Educativas, se calhar, em todos os Municípios do País, feitos pelas mesmas entidades. São de natureza obrigatória e têm que se cumprir. Pronto, e está feito. Mas isto é uma generalidade. A caracterização está bem feita, é fácil obtê-la. Não sei se as pessoas vieram ao território, se olharam para o território e para as características do território. O que é certo é que, depois, em termos de soluções e de ações concretas, onde é que estão? Como é que se vai fazer face a estas alterações climáticas? Bom. Problema central deste documento... senhora Presidente, isto é importante demais e, se me estender um bocadinho, peço a sua condescendência. Problema central deste documento: água. Ou seja, a falta dela. Falta de água, diminuição da humidade e os problemas que daí advêm como consequência. Bom. E como é que resolvemos isto? São estas respostas que a gente precisa. Por um lado, sabemos que as árvores são reguladoras do clima. Sim, mas não só. Não podemos estar só a falar de árvores no meio urbano. A grande densidade delas está no meio rural. Onde é que está a nossa floresta? Onde é que está a floresta do Concelho?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Tente falar para o micro, senhor Deputado.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Abandonada. Como é que é possível, depois, nestas circunstâncias, combater um dos flagelos da diminuição da humidade e da falta de água, os incêndios, quando as manchas de mato são continuadas. Quando nós olhamos para o documento e vemos que apenas 12% das empresas deste Concelho estão afetadas ao setor primário, e que este setor, em termos económicos, representa 2% da economia deste Concelho, está tudo dito. Portanto, tragam pessoas para cá, tragam pessoas para o setor primário, apoie-se o setor primário que esse é, efetivamente, aquele que vem resolver a grande parte dos problemas que estão aqui identificados. Como é que se faz a reposição da água no subsolo, se a manta de mato impermeabiliza esse próprio solo? Certo? Como é que, sendo a água um problema, e tendo nós carência de água e de água de qualidade, como é que se mantém o Rio Noeme nas condições em que se mantém, com o esgoto a céu aberto? O que é que falha aqui? E eu continuo a dizer. É preciso olhar para a qualidade da água que sai da ETAR de São Miguel e agora ali também da ETAR do Torrão. Elas estão a cumprir cabalmente a função para que foram construídas? Têm capacidade de tratar a quantidade de efluentes que ali chegam? Todos os efluentes desta cidade, que são muitos... e eu, em tempos, tinha identificados muitos pontos negros em que eles eram libertados para as linhas de água. Hoje já lá não vou há muito tempo, talvez a situação, sei que já não é igual, mas será que todos estão a ser encaminhados para as ETAR’S?” -

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, tem que terminar.” ---

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Sim, sim. Eu continuo. Eu continuo. Na questão que também já foi aqui a referida pelo Deputado Marco Loureiro e que também é aqui abordada neste documento, onde se fala efetivamente da necessidade de aumentar as áreas verdes, portanto, recorrendo a espécies autóctones, mas também de promover os produtos de seguros específicos para cobertura de danos causado por vulnerabilidades climáticas. E, aqui, claro, resulta evidente que aquela situação que ocorreu ali na Avenida de Salamanca foi uma dessas vulnerabilidades e parece-me que, mesmo não havendo seguro, é de todo oportuno que realmente a Câmara Municipal saiba responder à emergência que ali aconteceu...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Tem que terminar, senhor Deputado.” --

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Eu termino, eu termino. Isto é demasiado importante, senhora Presidente, acho eu...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Pois é, mas é o tempo que o senhor tem.”

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Hoje estamos a discutir documentos de especial complexidade, portanto também faz sentido...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, os tempos estão previstos no Regimento, para si para todos os outros Deputados.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Tudo bem. Fala aqui, aponta aqui este documento, para alterar no Regulamento de jardins e de espaços de verdes públicos que defina normas específicas de manutenção. Se bem se lembram, o CDS trouxe, por mais do que uma vez, aqui o Regulamento do Arvoredo e ele foi chumbado pela maioria do PSD. Este próprio documento aponta para a existência desse mesmo Regulamento. Há um indicador que a alteração climática traz, que é os níveis de conforto que nós vamos ter nas nossas habitações. E isto faz-se, se nós vamos climatizar as nossas habitações, vamos consumir mais energia elétrica, vamos produzir mais CO2, portanto, entramos num processo inverso àquilo que desejamos. Também nós trouxemos aqui. E sei que nisso, nessa matéria, também já houve evolução positiva na zona urbana da cidade. Portanto, a ARU foi, a pouco e pouco, sendo alargada. Mas continua a pôr-se as questões das Freguesias. Nós temos que dar conforto às nossas habitações para nos defendermos também das alterações climáticas. Portanto, é importante e o senhor Deputado Aragão, na altura, referiu que apenas doze Freguesias...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, tem que terminar. Vai em cinco minutos para além do seu tempo.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Eu termino já. Doze Freguesias é que tinham decidido o perímetro urbano. Para essas doze já temos ARU? Se calhar não temos. Já foram definidos mais perímetros urbanos? Isto é urgente fazer-se. Nós temos que dar conforto às pessoas, temos que dar conforto às casas para, efetivamente, darmos também cumprimento àquilo que se está vertido neste documento...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem, já entendemos. Muito obrigada, senhor Deputado.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Só para terminar. É aqui referida a questão das ciclovias. São importantes. O incentivo do uso da bicicleta e também do caminhar a pé, é importante. Mas nós temos que olhar à orografia da Guarda, nem toda a gente o pode fazer. Isto já esteve referido no recente de concurso para os transportes públicos que foi uma limitação em termos de emissões de CO2. Mas não faria sentido também termos uma rede de minibus elétricos que permitissem a mobilidade das pessoas dentro aqui do perímetro da cidade? Se calhar, uma forma diferente de olhar para os transportes urbanos. Uma solução complementar...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Terminou, senhor Deputado. Senhor Deputado, tem que terminar. Tenha paciência. Vai em seis minutos... senhor Deputado, termine imediatamente. Senhor Deputado, vai em seis minutos para além do seu tempo. Tenha paciência.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Termino já. Uma vez que vai ser feita a intervenção na zona da feira, também criar um circuito de transportes especificamente para os dias de feira para levar as pessoas a esse local e evitar a utilização do transporte particular.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Monteirinho, faz favor.” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “É rápido, senhora Presidente. Só para dizer que o Partido Socialista evidentemente que votará favorável este documento, sem, no entanto, deixar de salientar quatro ou cinco aspetos que nos parecem relevantes. Esperamos que a Autarquia tenha consciência daquilo que está a aprovar e toda a documentação e tudo aquilo que sejam os projetos, de ora em diante, tenham reflexo e tenham base neste documento, porque isso é que é fundamental. Essa é uma das preocupações. Nós não podemos andar a aprovar documentos importantes ao nível da estratégia, ainda para mais este documento que, no meu entender, é um dos documentos mais importantes para o futuro. A Europa, Portugal, as cidades portuguesas têm que liderar, a nível mundial, este combate e esta estratégia uma vez que já compreendemos que há países no mundo inteiro que fizeram tábua rasa destas alterações climáticas. Sabemos que houve aqui um período em que houve uma interrupção e estamos a falar desta pandemia, mas que este assunto é um assunto de primordial interesse e de primordial importância. Assim sendo, não podia deixar também de chamar à atenção para uma coisa, que é a divulgação deste documento. Porque só aprovarmos este documento e depois não haver essa divulgação... E a sensibilização dos cidadãos da nossa cidade é muito importante e só assim é que se pode, de alguma forma, construir o futuro. É, sempre que nós aprovamos estes documentos... E já agora abro aqui um parêntese. O documento anterior também espero que seja divulgado a todas as Instituições de Solidariedade Social para elas se poderem candidatar, porque para estarmos a fazer um documento e estarmos a metê-lo na gaveta e dizer só que o aprovámos e que isso, ao fim e ao cabo, ninguém fica a saber, não tem qualquer interesse, senhor Presidente. E, portanto, este é o momento em que a Câmara tem que, de alguma forma, divulgar aquilo que vai propondo, porque só assim é que podemos melhorar essas condições. Evidentemente que este documento, com as alterações climáticas e esta adaptação, é muito importante para o futuro. Quando aqui hoje de manhã se falava no turismo e se falava na massificação do turismo e que aqui o turismo devia de ser feito e encarado de outra forma, evidentemente que as pessoas também vão olhar para a estratégia que a Autarquia tem e para aquilo que, ao fim e ao cabo, é aplicado na prática e na realidade. Quando se falava hoje, e muito bem, e quando ouvi acerca disso, falar sobre o turismo sustentável, de baixa densidade e que haveria uma procura muito maior e definição já da estratégia, passa também por esta adaptação deste Regulamento e desta estratégia que o Município tem. Acho que é muito importante que isso aconteça e não podemos deixar isso de fora e a sua divulgação é, por si só, muito importante. Está bem? Por isso mesmo, o Partido Socialista não podia ficar de fora da votação favorável. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Mais alguém? Senhor Deputado Tiago Saraiva, faz favor.” -----

- **Deputado Tiago Saraiva Gomes (PSD):** “Ora, boa tarde a todos. Boa tarde senhora Presidente, cumprimento-a e à Mesa, senhor Presidente e restante Executivo, cumprimentar todos os Técnicos da Câmara, e permitam-me, de uma maneira particular, também os Funcionários do TMG que, de uma maneira extraordinária, nos estão a receber aqui ao longo deste dia. Muito obrigado, bem-haja a todos pelo vosso

trabalho. Efetivamente, a proposta que nos chega da parte do Executivo, acho que foi claro, por todos aqui, a importância que tem. É importante porque pensa a sustentabilidade, é importante porque pensa o futuro, é importante porque nos coloca no hoje, no agora, a trabalhar aspetos concretos e práticos do futuro. A bancada do PSD por várias vezes trouxe a esta Assembleia Municipal precisamente este tema. O combate às alterações climáticas. Trouxe-o porque é, e compreendemos que seja para todos, desde os Presidentes de Junta que lidam tantas vezes com catástrofes, o Município que aqui tanto já se falou do que aconteceu na Avenida Cidade de Salamanca e quantas vezes, cada um de nós, pode estar sujeito efetivamente a esses desastres naturais como temos assistido. Ou então, por força da razão, também pode acontecer aquilo que estamos a passar exatamente agora. Quantos de nós, e aqui já foi referido tantas vezes, pensávamos em janeiro, em fevereiro, que nós nunca seríamos alvo desta doença da Covid? No entanto, neste momento, é o tema central do momento. É o tema central que pode ser o amanhã e que é isto, as alterações climáticas. Que nós, cada dia que passa, é um dia que se perde, é um dia que se perde na não luta, na não responsabilidade de cada um de nós. Mais que nunca, é importante antever, é importante precaver, é importante capacitar e esse documento é precisamente isso que faz. É um documento técnico. Senhor Deputado Henrique, penso que foi o senhor que referiu o plano de ação. Sim, mas isso é um plano político. Isto é um documento técnico. Um documento técnico que nos diz, claramente, quais são os objetivos. Aliás, está lá elencado, no próprio documento, os objetivos, o plano de desenvolvimento sustentável no qual se baseia este documento, de onde, depois, e muito bem disse e concordo consigo senhor Deputado Monteiro, quando diz, sim, queremos ver depois este documento concretamente aplicado. Porque lá está, é um documento técnico que tem que se aplicar depois às prioridades políticas. E, portanto, meus caros amigos, senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta, acho que é essencial todos nós, independentemente de... concordo também consigo, é um documento extensivo, caro Marco, é um documento muito extenso. É um documento que precisa de ser trabalhado. Mas digo-lhe, confio, confio neste Executivo Municipal precisamente por causa de uma coisa. Vejam a cidade. Já repararam que a cidade está a ficar diferente? Nem que seja na troca dos Leds, por exemplo. Este Executivo já está a trabalhar, este Executivo já está a fazer. Se não repararam, deem uma volta à noite de carro na cidade e vejam a substituição crescente de lâmpadas Leds pela cidade. Vejam também isto tudo que o senhor Presidente aqui disse e aqui referiu, e que, aliás, antes de mim, alguém tinha referido, da pedovia e da ciclovia. Um projeto estruturante. Vejam aquilo que eu tive a honra e o prazer de falar, na última Assembleia Municipal, da concessão dos transportes urbanos. Essa nova rede viária de transportes urbanos. Meus amigos, estamos claramente a mudar. Estamos claramente com atitudes e planos concretos políticos, mas respeitando, e agora já temos sim uma estratégia a seguir. Portanto, acho que todos nós devemos aprovar este documento que nos chega, este parecer técnico e, no entanto, nunca nos esquecermos, com o futuro constrói-se e constrói-se cada dia, mas, sobretudo, hoje. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não? Senhor Presidente, quer responder?” -----

- **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Chaves Monteiro:** “Sim, senhora Presidente, obrigado. Pronto, de facto, o documento é extenso. Tem aqui linhas orientadoras estratégicas importantes. Quando eu digo que é um documento inacabado, é verdade. Nós podemos sempre fazer chegar aos autores, como nós fizemos também tecnicamente na Câmara, fizemos chegar algumas alterações. Eu próprio usei já algumas delas para responder a um conjunto de cidadãos que questionou sobre as árvores onde uma das conclusões, e posso ler: o aumento da temperatura média e consequente ocorrência de pedidos de períodos de seca severa e as recorrentes, perturbam ainda o desenvolvimento de espécies vegetais, uma vez que esses fenómenos promovem a diminuição do crescimento das árvores e podem conduzir a uma fraca saúde e uma possível morte das árvores. Depois, diz mais à frente que: o aumento da mortalidade de espécie de árvores, se se somar a maior probabilidade de ocorrência de tempestades individuais, mais intensas, à medida que a temperatura média aumenta, verifica-se um risco muito elevado associado à ocorrência de danos em edifícios e infraestruturas, assim comodamos para a saúde e vida das populações. Portanto, são questões que são importantes nós criticarmos, avaliarmos. Portanto, o primeiro passo está dado. Com certeza que, todos os contributos, nós podemos integrá-los na estratégia, no Plano de ação. E, se não for estratégia, no Plano de Ação que são as medidas concretas que visam concretizar exatamente este Plano. E, por isso, eu disse que não é documento fechado, mas já temos demos um passo, já temos alguma coisa. Entre não ter nada e termos de facto uma estratégia que do ponto de vista técnico nós acreditamos e validamos... Mas pode, ainda assim, ser enriquecido com a participação das instituições e de cada um dos Partidos e Deputados aqui presentes. Portanto, é essa uma nota que eu vos queria deixar. Efetivamente, houve prejuízos, como sabemos. Nós temos seguro. O seguro está a declinar a responsabilidade. Esta situação, como diz o senhor Deputado Henrique Monteiro, de o Município assumir, a partir do momento em que assumirmos isso, deixando que a responsabilidade da seguradora não seja efetiva e o Município assuma, vai ser para este caso e ser para todos os casos futuros. E, na verdade, quando nós temos um seguro de responsabilidade civil é para responder. Claro que as companhias se encontrarem uma vírgula ou ponto final a mais, tentam colocar-se de fora. Principalmente até em circunstâncias destas que são atos que não são dominados pela vontade humana e, como tal, é muito fácil os seguros colocarem-se de fora. Eu não estou aqui a incitar à instalação de ações judiciais. Mas, verdadeiramente, acho que aqui a responsabilidade do Município será subsidiária e, porque temos um seguro, era importante que esse seguro fosse efetivo na defesa dos interesses legítimos dos nossos cidadãos. E, depois, claro, ter aqui uma política ativa, concreta, razoável para, se assim decidirmos globalmente, poder dar resposta a situações como as que ocorreram no passado recente, mas também no futuro porque já vimos que temos que ter uma perspetiva e uma abordagem diferente nesta problemática e àquilo que são os problemas que nos afetam. É verdade o que o Tiago Gomes falou. Estamos também a caminho da substituição de todas as luminárias da cidade, ou quase todos, aonde há uma redução efetiva da produção de dióxido carbono, com a utilização e substituição de iluminação para Leds. Nós próprios vamos adquirir agora, dois, três, carros elétricos para exercer as funções no Município. Claro que isso é uma gota no oceano. Mas o

caminho, repito, faz-se caminhando. Estamos a traçar as novas orientações para o concurso público internacional dos transportes e, para além daquilo que já conhecem no caderno de encargos, não implica que não se possa ir mais longe naquilo que serão as futuras linhas de transportes urbanos, mas também os novos modos de mobilidade urbana. Desde logo, os modos suaves, mas os modos mais pesados, desde as bicicletas elétricas que é algo que nós queremos desenvolver e vamos desenvolver. Mas não posso também dizer que vamos desenvolver amanhã, porque eu irei falhar na promessa, não consigo concretizar isso imediatamente amanhã. Como também uma coisa que vos digo em primeira linha, desde já. É para nós fundamental, estamos a iniciar os primeiros estudos, pedi a alguns técnicos que avaliassem a definição de um regadio para a zona alta do Concelho porque é possível. Hoje temos situações, a água, num Concelho vizinho da Guarda, que vai diretamente para a Idanha, livremente. Ela é aqui que está, os leitos dos rios, designadamente do Côa, está neste território mais alto e, portanto, há que pensar, com a escassez de água e com as alterações climáticas futuras, é para nós estratégico a definição clara do regadio que abrangerá, com certeza, se se vierem a concretizar o que estamos a estudar. Por um lado, a questão da sua localização que abrangerá, com certeza, a Freguesia do Jarmelo e também de Santana da Azinha. É algo que vai potenciar vários hectares de área, se for concretizado, é isso que estamos a pensar. Mas ao mesmo tempo, também, estudar as novas produções agrícolas, falar em mirtilos, falar nos pistachos e outras. Mas isso só com aportes técnicos, com conhecimentos profundos, que nos poderão ajudar, no futuro, a definir novas estratégias que são fundamentais para fixar as pessoas. E as alterações climáticas, como há pouco eu referi, trazem problemas, mas também trazem novas soluções. E isso só acontece, só pensamos exatamente nestas soluções, onde esta, para mim, é essencial, consideramos determinante até. E se conseguirmos concretizar, desde logo, com fundos comunitários... é importante que estas novas medidas, que esperamos agora com a pandemia, que estão a ser definidas pela Europa, e que podem ajudar muito nos territórios do interior, apostar, desde logo, nesse regadio que eu gostava de ver nascer, até por impulso deste Executivo, nos próximos anos. Dizer também que o local da feira, estamos a pensar encontrar aqui... os transportes já são feitos até pelo Município, gratuitamente. Vamos às aldeias e trazemos à feira quinzenal um conjunto de cidadãos que vivem nas Freguesias rurais. Já o fazemos. Mas também aquele espaço já contemplar, também, espaço pedovia nessa reabilitação que já falámos e, com certeza, que temos o Plano Estratégico de Mobilidade Urbana que temos, contratámos e que já está definido no Município e queremos dar impulso e concretização dessas medidas do plano e da estratégia de mobilidade urbana, naquilo que são as obras, as infraestruturas que vamos realizar e que estão a acontecer, como já foi dito aqui, na nossa cidade. Mas vamos integrar, exatamente, esses novos conceitos, essas novas infraestruturas para, dessa forma... e respondendo também ao Deputado Monteirinho que os documentos não ficam na gaveta. É exatamente isso, nós temos os documentos já, temos as estratégias e os projetos, vão perceber, com o tempo, que aquilo que já são conhecimentos assumidos, concretizados, por estudos técnicos validados, nós queremos que efetivamente sejam também concretizados nos nossos projetos de execução, designadamente no âmbito da parte de desenvolvimento urbano. A

divulgação dos documentos. Claro, não podia ser de outra forma. Se a estratégia está definida, o compromisso é público, como nós aqui tivemos, portanto, só nos leva efetivamente a comprometer uma política de verdade aquilo que nós aqui trouxemos e que já foi aprovado. Tiago, é verdade. Tocaste muito bem nesta questão. A senda, o nosso eixo de desenvolvimento é apostar, encontrar um futuro melhor para este território. Estamos a lançar essas bases e, com certeza, com a participação de todos, vamos valorizar cada vez mais as nossas opções e, com certeza, colocarmo-nos ao lado de uma modernidade que é importante trazer para a Guarda, de um desafio como acontece noutros territórios do litoral mais prósperos, e que os nossos, definindo, mesmo assim, com problemas de interioridade, temos grandes potencialidades para também apanhar esse comboio do desenvolvimento e de um futuro mais próspero para as nossas populações. Disse.” -----

- **Presidente da Assembleia Municipal, Cidália Valbom:** “Obrigada, senhor Presidente. Muito bem. Estão, passamos à votação do ponto 2.5.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.5 - Discussão e votação da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas.* -----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e oito votos a favor e duas abstenções. -----

- **Presidente da Assembleia Municipal, Cidália Valbom:** “Declaração de Voto, senhor Deputado Henrique Monteiro.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Muito bem. Nós votámos a favor apesar de faltar o tal plano de operacionalização e, contrariamente àquilo que disse o senhor Deputado Tiago Gomes, as alterações climáticas não são o futuro. Elas são o presente e já são o passado. E se esse plano de operacionalização é um plano político, da ação política, é sim senhor, mas espero que as opções que foram tomadas no passado, em que já vivemos em alterações climáticas acentuadas, não seja a opção de criar grandes tapetes verdes com necessidade de grandes quantidades de água, e que se repensem os espaços públicos de forma a economizar essa mesma água que tanto nos falta. Relativamente àquilo que disse o senhor Presidente, acompanho-o nessa necessidade de criar bacias artificiais de retenção de água. Nós estamos no início das bacias naturais, das grandes bacias naturais de água deste País e não temos água. Isto é dramático. E lembro-lhe outra coisa, senhor Presidente, não se esqueça...” -----

- **Presidente da Assembleia Municipal, Cidália Valbom:** “Senhor Deputado, isso é uma Declaração de Voto?” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “... não se esqueça de um projeto que o Partido Socialista, e aqui apelo também ao Partido Socialista para que desenvolva diligências no sentido da sua concretização, que é a barragem de Girabolhos na Freguesia... desculpe, de Girabolhos não, de...” -----

- **Presidente da Assembleia Municipal, Cidália Valbom:** “(...) senhor Deputado, vai terminar. Já terminou o seu tempo e não está a fazer uma Declaração de Voto...” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Senhora Presidente, deixe-me completar, já me deu uma branca que me esqueceu o nome... aqui na Freguesia do Adão, a barragem...” -----

- **Presidente da Assembleia Municipal, Cidália Valbom:** “Sou a causa dos males do mundo.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “... aqui na Freguesia do Adão que também é importante para fomentar o regadio naquela zona. Foi cancelada em 2006 pelo Governo.” -----

- **Presidente da Assembleia Municipal, Cidália Valbom:** “Muito bem. Muito obrigado senhor Deputado. Passávamos ao ponto... eu não bloqueio nada, o senhor Deputado é que é expedito em usar todos os artifícios para falar todo o tempo do mundo. O senhor é exímio, é exímio nisso. O senhor tem o tempo regimental, consegue sempre dar uma volta para falar mais tempo do que os outros todos. Faz Declaração de Voto, a torto e a direito, para usar o tempo. É que eu já estou velha, senhor Deputado, também sei alguma coisa... sou sempre, sou sempre. O senhor é que é um abusador. Tenta ali esticar ao máximo. Bom. Passamos ao ponto 2.6.” -----

**Ponto 2.6 - Informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda acerca da Atividade Municipal.** -----

- **Presidente da Assembleia Municipal, Cidália Valbom:** “Senhor Presidente, pretende falar? Não? Muito bem. Alguém pretende falar sobre este ponto? Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Eu, coitado de mim, fui o que falei menos...” -----

- **Presidente da Assembleia Municipal, Cidália Valbom:** “Olha, outro a lamentar-se.” ---

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, eu só vou dizer quatro linhas e pequenas. Verificamos que houve, desde 1 de março de 2020, alterações na ligação do Município, nomeadamente no apoio aos munícipes com a criação de áreas de isolamento, não se identificando onde estas se encontram, isto na página 4 do relatório do senhor Presidente, e a que grupos de munícipes se destinam. Queria ser esclarecido sobre isto.”

- **Presidente da Assembleia Municipal, Cidália Valbom:** “Muito obrigado. Senhor Deputado Marco Loureiro, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Realmente, felicitar imenso os técnicos do TMG e a prova dada de que realmente há obras, na Guarda, que funcionam no género de multiusos. Aqui está uma obra que funciona bem. Foi teatro, conferências, alteração de Assembleias e consegue-se ter aqui... muitos parabéns, mais uma vez, a todos os que possibilitaram a realização, dadas as circunstâncias desta sessão ordinária. Ao contrário de determinada obra que está para sair o filme. O filme inédito. E o filme chama-se, intitulado numa televisão próxima de

si: comboio fantasma da rotunda vinda diretamente de Bruxelas. É esse, perto de si, um novo filme. Senhor Presidente, para quando o comboio fantasma que é para isto ter sucesso? A Guarda precisa, nos próximos tempos, de reviver o pós desconfinamento, então precisamos de uma televisão a sério no que toca a esse filme, que espero poder ter uma resposta para quando é que é possível essa divulgação a 100%. Quero apenas aqui terminar desejando, que há pouco que me esqueci, porque é mesmo algo muito importante para a nossa cidade, há mais de dez anos, há mais de dez anos que o Instituto Politécnico da Guarda não tem uma nova Licenciatura e vai ter agora uma nova Licenciatura. Será em Biotecnologia Medicinal. Parabéns ao Instituto Politécnico da Guarda, parabéns à Guarda que, provavelmente, vai ter mais alunos. E sejam, todos eles, muito bem-vindos. Seja do sítio ou da terra de onde vierem, independentemente da cor, independentemente da etnia, se lhe quiserem chamar porque eu não sou muito de raças, nem de cores. Somos todos iguais. Mas sejam muito bem-vindos à Guarda. Quero apenas, e mesmo para terminar, dizer que esta pandemia realmente trouxe vários problemas ao país e ao mundo. Mas há algo que eu, e certamente muito de vocês irão estar de acordo, para não dizer se calhar todos, dentro das possibilidades de cada um, o apelo que eu faço em nome do Bloco de Esquerda e em meu nome pessoal, para aqueles que nos próximos tempos ainda tenham direito a gozar algumas férias, ou pelo menos alguns dias sem ser naquela ideia de confinamento, que escolham, em primeiro lugar, o concelho da Guarda, as nossas aldeias com turismo rural, que visitem as nossas praias fluviais e, numa fase seguinte, o distrito. Primeiro cá e depois, se tiver mesmo que ser, podem também, é obvio, contribuir para dentro do território português. Deixem o tempo de sair para fora para os próximos anos e deixem o pouco dinheiro que alguns de nós temos cá, que assim nós agradecemos e certamente todos aqueles que usufruem também vão agradecer. Muito obrigado.” -----

- **Presidente da Assembleia Municipal, Cidália Valbom:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Aragão, faz favor.” -----

- **Deputado Luís Aragão (PSD):** “O motivo que me traz aqui tem a ver com o funcionamento da Câmara. Na Câmara, no atendimento aos municípios e, de uma forma geral, tudo o que é o organismo público. Vivemos num período de desconfinamento com cuidado, ninguém tem dúvidas disso. No entanto, sabemos que vamos ao supermercado e, com as regras que temos de manter distâncias, de higiene, como temos visto aqui, vamos lá normalmente. Vamos à farmácia. Neste momento já vamos aos cafés. Custa-me a entender que, num organismo público, para se conseguir entrar se tenha que se fazer uma chamada que demora, às vezes, e estou a dar exemplos concretos, um dia, dois dias, três dias para conseguir marcar para ter o atendimento no próprio serviço, para poder entrar no serviço. Isso não é bom. Não é bom porque sabemos que Portugal já é um país que tem uma dificuldade enorme de tratar com os processos. Com esta história da pandemia, as pessoas tiveram que ter cuidado. Corretíssimo. Mas, neste momento, aquilo que se passa não faz qualquer sentido. As pessoas têm um dispensador de senhas, chegam lá e tiram a senha. Aquela ala de espera do Balcão Único alberga, não sei, três, quatro, cinco, seis pessoas com as regras do distanciamento. Então, porque é que não podem ir? Quando são mais, ficam à espera

na rua, como esperam, normalmente, em todos os sítios. Ali, à frente da EDP, tem lá sempre um monte de pessoas à espera na rua e vão entrando. Como se esperava nas farmácias. Isto aplica-se à Câmara, neste caso em concreto, como se aplica a todos os organismos públicos. Uma pessoa, um assunto? É pá, para onde é que queremos levar o país? Isto vai ser um horror. A única sorte é que os países ricos, a Alemanha, a Itália, os outros países ricos, a França, também estão metidos nisto, porque se não isto era um buraco completo. Íamos para o buraco, não havia hipótese. Portanto, a ver se conseguimos perceber que isto tem que funcionar com regras, com disciplina, com educação porque nenhum de nós quer ficar doente, e a maior parte de nós já estamos crescidinhos, portanto, temos que ter cuidado. Portanto, não é necessário este confinamento exagerado e nesta forma de atendimento ao público é um horror. Portanto, é a minha opinião que é necessário dar a volta a isto. Depois, a questão do sistema informático. Eu sei que o senhor Presidente da Câmara, porque falei com ele, tem feito tudo para tentar passar para a época digital, passar para a era digital. Vivemos num período desgraçado, que temos o papel e temos a época digital. É pior do que era antes. Antes entregávamos as coisas em papel. É pá, mas não é por isso que isto não anda. Isto não anda, mas não é por isso que isto não anda. Mas agora, como não nos podíamos deslocar fisicamente aos serviços, tínhamos a parte digital para poder fazer a passagem dessa informação. Mas não. Isto funcionou dois dias, três, logo no princípio desta história do confinamento. Passado dois ou três dias, não, tem que passar a mandar os processos pelo correio, como se não tivéssemos que ir ao correio para os levar. Ou seja, deixámos de ir à Câmara para não haver contacto físico, passava a haver contacto físico no correio, que era mentira porque nos correios a gente sabe como é que funcionam. Depois, alguém teve uma ideia prodiga de arranjar umas caixas, umas caixas físicas, onde se punham lá os projetos que mandávamos em suporte informático. E foi como esteve a funcionar até ao período em que se faz as marcações pelo telefone. Estamos na altura de desmaterializar completamente. Há algumas Câmaras que já o fizeram de forma correta. Vila Nova de Gaia é o exemplo que é utilizado a nível nacional e a seguir é Lisboa. Nós estamos naquele meio-termo. Já há uma data de anos que temos que andar com o papel e com o suporte informático e, depois, por cúmulo do ridículo, para não dizer outra coisa, é que temos que fazer uma declaração a dizer que o que está no papel é igual ao que está no sistema informático. Quer dizer, tomem juízo, por favor. Entendam-se. Portanto, estamos na altura de passar para o sistema informático. É a altura de o fazer. Eu recorde-me que fiz uma proposta num orçamento participativo para que fosse dotada uma verba para acabar a passagem para o sistema informático, porque é uma coisa simples. Isto foi há quatro anos. Era uma coisa simples. O que é certo é que essa coisa simples nunca mais foi para a frente. Eu sei porque tenho falado com ele, não é por falta de vontade política. Mas a vontade política tem que ser mais forte com as engrenagens que existem dentro da Câmara que encravam isto e que não o deixam pôr a funcionar. Portanto, é preciso que passemos, efetivamente, para era digital. Muito obrigado.” -----

- **Presidente da Assembleia Municipal, Cidália Valbom:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Mais alguém para falar? Não? Senhor Presidente, quer usar da palavra? Faz favor.” -----

- **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Chaves Monteiro:** “Sim, senhora Presidente, obrigado. Senhor Deputado Aires Diniz, dizer-lhe que, de acordo com a informação escrita, nós definimos um plano de contingência que encerra um conjunto de medidas e essas medidas são aquelas que estão a ser cumpridas ao longo destes três meses de pandemia, ou mais de três meses de pandemia, alterado conforme as circunstâncias e obrigatoriamente ficou definido uma área de isolamento. Se, por acaso, um funcionário começar a ter febre, se tiver de facto os sintomas que indiciam a existência desta doença, há um procedimento próprio dentro da Câmara, encetado logo em fevereiro deste ano, para efetivamente ser isolada a pessoa e, a partir daí, ligar para a linha Saúde 24 e tomar todas as ações e o comportamento adequado para dar resposta a esta circunstância. E daí, na informação escrita, no plano de contingência, estarem em todas as ações concretas, como podem ler, que nós tomámos desde essa data até ao momento. Ao Deputado Marco Loureiro, o comboio é o que é. Ele anda sempre atrasado, não é? Portanto, é a linha férrea. É a linha férrea, é os tempos. Depois querem tirar até o Intercidades. Afinal o Governo já definiu. E pronto, o comboio é assim em Portugal, é verdade. Mas tenho-lhe a dizer o seguinte. A locomotiva, falei recentemente com o técnico que está responsável pelas oficinas da empresa que está integrada na REFER para executar este trabalho. Entretanto, é verdade que o processo não andou, não foi célere como nós queríamos que fosse e, há coisa de quinze dias, teve indicações claras para que esta máquina, que já apareceu aí numas fotografias, entrasse nas oficinas da REFER. Da REFER ou da empresa que faz a reparação das máquinas da REFER. Acontece que não entrou antes porque, desde logo, esta doença, com esta pandemia, impediu, no âmbito do lay-off, que elas, as oficinas, estivessem a trabalhar de forma plena. Isto também atrasou. Mas, verdadeiramente, aquilo que ficou acordado foi, avance-se com a obra de pintura, reparação. Discutimos o orçamento, porque havia um orçamento ainda perto dos 50 mil euros, estamos a tentar ali que seja 25. Pronto, e foi mais ou menos esse o valor de reparação e conservação para estar exposta na rotunda, que tudo já existe faltando mesmo a questão central da locomotiva. Portanto, não me vou comprometer com prazos. Tenho confiança que, há quinze dias, terá ido do local onde estava para a oficina. A partir daí é a execução do trabalho e depois o transporte para cá. Mas não me posso comprometer se é um mês, se é dois meses, se é até ao final do ano. Da nossa parte... como? Teremos estreia. Mas há uma coisa que é certa, da nossa parte, tudo o que depender de nós é para avançar. Espero que a REFER também faça isso porque nós não temos condições de proceder a essa reparação. Depois, também congratular de facto o IPG e a Guarda e nós todos, exatamente pelo novo curso, a nova licenciatura, porque a afirmação do Instituto Politécnico da Guarda é a afirmação deste território. Claro que as instituições por si só, se não tiverem as pessoas certas, não avançam. Mas com certeza que este é um sinal claro de que o Instituto Politécnico da Guarda está vivo, está forte e a criação de mais um curso implica mais economia, mais atração de alunos e, principalmente, mais investigação, mais conhecimento, mais ciência a ser produzida no nosso território. E, por isso, este conhecimento, este investimento na ciência, tem que ser de facto reproduzido no território e eu acredito que, no futuro, a saúde pode também melhorar por esta via, de um curso novo no Instituto Politécnico da Guarda. Engenheiro Aragão, as medidas. Respondo-lhe,

também, da mesma forma. Há um plano de contingência que eu li. Não fui eu que o fiz, apresentaram-mo. Definiram um conjunto de regras, de normas, de procedimentos. Eu aceitei, nós aceitámos, o Executivo, este programa de acompanhamento deste período da Covid. As pessoas cumprem até que o mesmo seja alterado. Com certeza que poderia ser melhor, não nego, como também o funcionamento. Uma coisa é certa. Está na nossa agenda, queremos melhorar, queremos valorizar, valorizar os cidadãos que interagem com a Câmara, designadamente também os profissionais para os processos andarem mais rápido, para evitarmos duplicação processual de situações que não têm justificação. Mas estamos a trabalhar nisso, há vontade da política como disse e penso que também haverá vontade técnica para nós encetarmos novas dinâmicas, novas formas de nos relacionarmos com a nossa comunidade, com os profissionais que exercem aqui atividade. Mas isto também é um problema nacional. A burocracia, nós nunca a vamos conseguir aniquilar porque, verdadeiramente, o peso da administração, o tempo que ela gasta consigo mesmo e aquele que gasta para produzir serviço externo ainda é demasiado. Portanto, nós devíamos gastar a maior parte do tempo para produzir ações, também atos diretamente relacionados com as necessidades das pessoas. Mas as instituições, e quanto mais ou menos desenvolvidos são os países, por vezes, mais se evidenciam os defeitos das instituições. Cabe-nos a nós, cidadãos, mas também quem tem a responsabilidade política, melhorar, fazer valer os seus conhecimentos para produzir mais eficácia. O termo adequado é eficácia, eficiência na administração pública. Não é por acaso que temos um Ministério da Modernização Administrativa, exatamente porque é preciso dar as novas tecnologias, os novos instrumentos de abordagem àquilo que são novas metodologias para resolver problemas. Mas não é só isso, é também simplificação processual. E isso já se faz, nos últimos anos e nos diversos Governos, permanentemente, nem que seja só como bandeira ou como emblema político. A verdade é que esse é um tema muito importante. Há pouco falei dos tribunais. É justo que tribunais, para tomar decisões, estejam anos e anos a fio onde estão em causa interesses substanciais da nossa comunidade e do nosso desenvolvimento? E lá continuam. É isso que temos que mudar. Mas não é só nesta Assembleia, nem nós temos a força. Mas é importante termos o espírito crítico e fazer funcionar as instituições. E com certeza que nós somos sensíveis a esse facto e queremos também que a Câmara da Guarda possa estar na dianteira da modernização administrativa, na proximidade do cidadão, mas em termos de eficiência e de eficácia no serviço que presta. Disse. Obrigada.” -----

- **Presidente da Assembleia Municipal, Cidália Valbom:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Eu, antes de terminarmos, ia colocar à votação a aprovação de todas as deliberações em minuta. Eu pedia aos senhores Deputados, aos dois, que se sentassem, favor, para procedermos à votação. Aproveito, enquanto não fazemos a votação, só dar os parabéns aqui ao senhor Vice-presidente, que me esqueci no início. Mas faço-o agora. No desempenho das suas novas funções, desejo-lhe sorte no desempenho dessas novas funções que assumiu. E deixar também um agradecimento muito especial aos responsáveis e aos técnicos do TMG e a todos os técnicos camarários, pela forma como correu esta Assembleia. Outra coisa eu não esperaria. Foi tudo definido e pensado ao milímetro e, portanto, temos aqui a prova provada de que podemos e devemos usar

